

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO ECONÓMICO DE ANGOLA 2003

1.- INTRODUÇÃO

O ano de 2003 foi na verdade e em diferentes dimensões, o primeiro dum novo período. Encerrado o ciclo de 27 anos de guerra, coloca-se agora o problema de transformar a paz e a estabilidade política em factores de desenvolvimento e nos verdadeiros elos para a reconciliação nacional. De resto, sem desenvolvimento – no sentido moderno que lhe deu Kuznets - a reconciliação nacional dificilmente se tornará efectiva e sustentável. Uma reconciliação nacional que devolva a paz de espírito a todas as pessoas, reponha a sua dignidade enquanto cidadãos e contribua para se acreditar no futuro do país.

Concerteza que um pouco mais de um ano e meio depois do acordo de paz definitivo, não podem ainda ser visíveis mudanças profundas no domínio económico e social e, por isso, mantêm-se elevadas as expectativas da população, tantos foram os anos de privação, sacrifício e fome. Existem pré-transformações fundamentais, sem as quais as condições para o desenvolvimento não existem. E muitas delas podem ser demoradas, porque devem operar-se ao nível comportamental. O desenvolvimento talvez seja, antes de tudo o resto, uma questão de atitude, subjacente à qual se encontram comportamentos de rigor, disciplina e organização. O desenvolvimento num mundo como o actual, em que a concorrência – entre produtos, processos, ideias, sistemas fiscais, financeiros e judiciais - é absolutamente arrasadora e dominante, não se compadece com atitudes em que o superficial comanda os processos de definição de estratégias e políticas. O desenvolvimento é muito diferente do crescimento económico. Em Angola, para que exista crescimento basta que mais um poço de petróleo entre em exploração. Mas para que se transforme em desenvolvimento outras condições têm de estar reunidas. Por exemplo, a ambição. Quando se confrontam resultados da política económica, o padrão de referência deve ser sempre estabelecido em patamares muito elevados, para se evitar comparar o que se faz com o que se fez, quando se deveria comparar o que se faz com o que os nossos maiores concorrentes fizeram ou estão a fazer. Para isto, tem de existir uma ideia muito clara sobre a causa das coisas e sobre o que deve ser feito. Sem esta ambição, os 50 anos de atraso económico¹ provocados por 27 anos de guerra não poderão ser recuperados em pouco mais de 20 anos.

Os 27 anos de guerra agora definitivamente encerrados, patrocinaram a criação duma mentalidade laxista, dum pensamento pouco analítico e duma prática pouco consequente com princípios universais de rigor e disciplina. Daí que o encerramento do ciclo de guerra deva ser aproveitado para se constituir uma elite de rotura com o passado. Naturalmente que os aspectos geracionais devem estar presentes neste processo de corte com o arcaico. Mas isso não é o essencial. O elemento básico é o da mentalidade do rigor e da organização. Só por seu intermédio aspectos cruciais

¹ É mais ou menos este número que um exercício simples de cálculo exponencial fornece quando se colocam nos termos da equação as oportunidades de desenvolvimento que se perderam por causa da guerra e das inconsequentes políticas económicas aplicadas. O incidente da dramática desindustrialização do país é, tão somente, um caso paradigmático do que foram as consequências inconsequentes da guerra.

para o desenvolvimento, como um sistema judicial eficiente² e transparente, um conjunto de regras económicas e sociais precisas, um bom clima de concorrência³ e um conjunto de metas e “*timings*” de cumprimento rigoroso, poderão estar reunidos. O encerramento do ciclo da guerra só se tornará efectivo e ficará completo quando as atitudes e os comportamentos forem inteiramente diferentes dos do passado.

Por todas as razões descritas anteriormente – no entrecho das quais se fica a compreender que 21 meses de paz (entre Abril de 2002 e Dezembro de 2003) não foram seguramente suficientes para induzir, mais ou menos espontaneamente, alterações visíveis sobre os sistemas económico e social – os grandes e profundos contrastes, que do ponto de vista económico caracterizam Angola, mantiveram-se em 2003. Estes contrastes não se circunscrevem à contraposição entre um país virtualmente rico e um país efectivamente pobre⁴, passam, também, pelo desenvolvimento do sector do petróleo⁵ e o subdesenvolvimento dos restantes e completam-se nos profundos desequilíbrios entre o litoral (particularmente Luanda) e o interior⁶. Quando se fala de reconciliação nacional é, igualmente, a necessidade de ultrapassar estas incongruências sectoriais, espaciais e institucionais que se está concretamente a exprimir.

Os dois elementos que há já algum tempo têm individualizado a economia nacional – o domínio dos negócios petrolíferos e a instabilidade macroeconómica – não registaram variações significativas em 2003, continuando o PIB petrolífero a representar em média 55% da riqueza total anual e a inflação ainda a estabelecer-se em limites intoleráveis para o poder de compra do cidadão pobre e inoportáveis para as estratégias empresariais. Tem-se, por vezes, afirmado que a persistente instabilidade macroeconómica e as demais distorções na economia são os principais factores responsáveis pelo retardamento do crescimento dos restantes sectores. Ainda que no essencial esta afirmação esteja correcta, não se pode minimizar a importância de outros factores, como o fraco poder de compra médio da população, a destruição das infraestruturas, a grande dificuldade de circulação de mercadorias e pessoas, o envelhecimento do parque industrial, a desertificação agrícola, a inexistência de capital humano, etc.

A economia nacional, um pouco devido à guerra, mas também pelas características especiais dos sectores intensivos em capital, estruturou-se dum modo muito desarticulado e dependente. A guerra responde pela atomização dos mercados, desligados entre si, quase auto-suficientes ao nível dum reprodução simples da actividade económica. As grandes dificuldades com que a circulação de pessoas e bens se efectua pelo país explica uma boa percentagem das elevadas taxas de inflação, ao introduzir limitações à capacidade global de oferta interna.

² Leia-se célere, desburocratizado, justo e incorruptível.

³ Uma leitura atenta e isenta sobre o sistema de concorrência vigente leva a concluir pela existência dum número muito reduzido de empresas e empresários angolanos de sucesso, em que o processo de acumulação de capital se tenha feito exclusivamente à custa de esforço pessoal.

⁴ Cujas taxas de pobreza geral é de 68,2% (dados de 2001), um quantitativo de deslocados de cerca de 2 milhões de pessoas em finais de 2003 e mais de 500 mil pessoas em situação de urgente ajuda alimentar.

⁵ Em 2002, Angola tornou-se no terceiro maior produtor africano (tendo ultrapassado a Argélia) e se as tendências se confirmarem (o Ministério dos Petróleos projecta uma produção média diária para 2006 de 1542636 de barris, ultrapassando a produção líbia) passará a ser o segundo maior produtor de África.

⁶ Não se incluem as diferenças entre o depois e o antes da independência, que determinadas fontes insistem em considerar como dos mais marcantes contrastes do país. Por dois motivos: o primeiro de natureza económica, que limita fortemente a comparação entre situações que do ponto de vista técnico, tecnológico, conhecimentos e experiência, são profundamente diferentes; o segundo, de incidência e política que considera a independência como um bem público insuperável, mesmo que a situação económica e social seja hoje incomparavelmente pior do que ontem.

O sector petrolífero – ou melhor dizendo, a economia petrolífera – tem um modelo específico e próprio de funcionamento, assente na lógica do dólar e integrado numa economia cada vez mais globalizada. As articulações com o resto da economia pela via dos fluxos reais não existem, tendo, pelo contrário, o sector petrolífero e pela via dos fluxos financeiros, contribuído para o atrofamento da economia não petrolífera. Esta economia – a única que, de resto, foi afectada directa e indirectamente pela guerra – tem vindo, sistematicamente, a perder peso económico e social no contexto nacional, traduzido em ritmos baixos de crescimento, em valores reduzidos de investimento produtivo, em cifras elevadas de desemprego e numa dependência absurda das importações. Esta situação de afastamento e marginalização dum sector económico do qual depende a esmagadora maioria da população tem sido, provavelmente, a causa mais importante do surgimento do fenómeno da pobreza no país.

Para além das reconhecidas debilidades do aparelho de Estado (extraordinariamente burocratizado, centralizado e carente de recursos humanos qualificados) as quais impedem a plena assunção do seu papel de agente importante na coordenação das estratégias de recuperação e na criação de um ambiente propício para as decisões microeconómicas, é igualmente atestada a fragilidade do sector empresarial privado. Admitidas que são as suas fraquezas e debilidades, e reconhecidas que são as difíceis condições em que exerce a sua actividade, o seu papel no processo de reconstrução económica pós-conflito deve ser estudado no sentido de o transformar na principal força geradora de prosperidade e riqueza nacionais. A definição do melhor contexto para a sua inserção e das condições institucionais, económicas e financeiras para o exercício da sua actividade tem de ocupar um lugar destacado em matéria das políticas públicas de incentivo ao empresariado privado.

Um outro elemento a ter em consideração na reflexão sobre as dinâmicas internas é o capital humano. São aceites as debilidades dos sistemas nacionais de ensino, educação, saúde e investigação. Mas igualmente autenticada é a necessidade de as diferentes estratégias destes sectores terem de convergir com a estratégia geral de desenvolvimento, para que os chamados efeitos sinérgicos se maximizem.

A referência ao capital humano permite a consideração de uma das questões-chave para o êxito do processo de reconstrução e desenvolvimento a médio prazo: o investimento. Esta variável terá de ser cuidadosamente programada – respeitando-se todos os princípios que a consistência macroeconómica determina – porque é a restrição número um do modelo geral de recuperação do país. Uma variável que tem tido um comportamento muito irregular desde a independência, porque dependente, no que ao Estado diz respeito, das receitas fiscais petrolíferas – por seu turno, atidas ao comportamento do preço internacional do crude e à evolução da produção das concessionárias – e da poupança interna, no que ao sector privado respeita. Dada a sua insuficiência – determinada por baixos salários, lucros empresariais em média de reduzida expressão, défices fiscais permanentes – é importante, portanto, questionar por outras fontes de financiamento dos investimentos, como o investimento estrangeiro directo, os financiamentos e as linhas de crédito internacionais, a cooperação empresarial e a ajuda pública ao desenvolvimento. Em suma, como restrição do modelo de crescimento, o investimento terá de ter uma abordagem abrangente em todas as suas componentes – investimento produtivo e em infraestruturas, investimento em capital humano e investimento em capital ambiental – e no seu relacionamento com as fontes possíveis de financiamento, o que coloca em aberto a questão da renegociação da dívida externa do país.

Renegociação que tem de ser analisada em duas perspectivas, a saber, a das necessidades de financiamento para a reconstrução e o desenvolvimento a médio

prazo e a dos acordos com o Fundo Monetário Internacional. Em última instância, a convergência fundamental que deverá ser realçada e garantida no processo de retoma, reconstrução e crescimento é a estabilização-reformas-desenvolvimento.

O processo de recuperação da economia nacional e de estruturação futura da sua base produtiva deve ter, nas circunstâncias actuais, como variável estratégica o emprego. O modelo ou os modelos em que o mesmo deve assentar têm de levar em devida conta a possibilidade da máxima criação de empregos. O reconhecimento de que o emprego deve ser a variável central das estratégias de recuperação da produção justifica-se não apenas pelas elevadas taxas de desemprego actualmente registadas na economia não petrolífera⁷, como, e talvez principalmente, pelos efeitos positivos sobre o processo de reconciliação nacional, sobre o alívio da pobreza e, seguramente, sobre o crescimento económico interno pelo viés da criação (e distribuição) de poder de compra. Assim sendo, as actividades estruturantes da economia nacional, portadoras de soluções sustentáveis no futuro e mais consentâneas com um processo rápido de recuperação económica, terão de combinar, de forma original, eficiência e equidade, ou seja, tecnologias de produção apropriadas e intensidade em trabalho. Isto quer dizer que o binómio produtividade/emprego tem de estar em permanente análise na elaboração dos planos e das políticas do Governo.

A colocação do emprego como variável central do processo económico tem outro tipo de consequências, a serem levadas em consideração. A primeira refere-se à correlação entre emprego e tipo de qualificações que os modelos de recuperação económica irão necessitar. O sistema de formação profissional a curto prazo e os sistemas de educação e ensino numa óptica de mais longo prazo terão de ser chamados à coacção, de modo a evitar estrangulamentos entre a oferta de mão-de-obra qualificada e a procura veiculada pelo sistema económico. A segunda consequência respeita à correlação com os sistemas de saúde, nomeadamente os que devem atender aos cuidados primários e à erradicação das mais importantes endemias. É importante que o processo de geração de empregos que a recuperação da economia certamente irá pôr em marcha não seja prejudicado pelo absentismo e por índices baixos de produtividade devidos a dificuldades no domínio da saúde.

Tem-se consciência que a máxima criação de empregos reclamada pela extensa crise social que o país vive não poderá ser viabilizada, apenas, pelas actividades económicas consideradas isoladamente. Daí que os modelos de recuperação do sector produtivo tenham de possibilitar, também, a máxima integração económica interna. Claro que a recuperação de cada vez maiores extensões do território nacional para a livre circulação de pessoas e bens é um factor determinante duma integração económica interna que se pretende maximizada, mas que não depende, apenas, da economia em si mesma. Por isso mesmo, a problemática dos circuitos internos de distribuição e comercialização deve merecer um tratamento adequado no plano da elaboração das políticas públicas de desenvolvimento a médio prazo, como um elemento de influência preponderante para a viabilização dos modelos de recuperação da economia nacional.

A integração da República de Angola em instituições de carácter regional constituiu-se, igualmente, como variável a tomar em linha de consideração. Angola é um país da SADC e da CEEAC, espaços geográficos aonde poderá vir a desempenhar um papel de relevância económica, compatível com as suas potencialidades naturais. Convirá,

⁷ A economia petrolífera, pela sua natureza capital/tecnologia-intensiva, não tem capacidade de criação de emprego: o sector petrolífero não consegue empregar um estoque de trabalhadores nacionais superior a 10000, enquanto que o restante do sector mineiro não vai além dos 28000.

neste contexto, estabelecer relações adequadas entre as actividades económicas mais aptas à integração económica interna e à máxima criação de empregos e as especializações produtivas que deverão conferir maior competitividade económica naqueles espaços. Mais do que em qualquer outra área económica, é aqui que o binómio eficiência/equidade deve ser devidamente equacionado, de modo a que os diferentes objectivos estratégicos possam ser maximizados.

As dinâmicas internas vão desempenhar um papel crucial na viabilização dos modelos de crescimento económico. O Estado aparece como um agente importante na coordenação das estratégias de recuperação e na criação de um ambiente propício para as decisões microeconómicas. A Administração do Estado tem experimentado, nos últimos anos, um processo intenso de reformas institucionais que vão no sentido de transformar os seus órgãos em agentes activos do desenvolvimento. O “*capacity building*”, a redução da burocracia e a descentralização são os três aspectos capitais enformadores duma relação nova entre o Estado e a sociedade civil. A assunção filosófica dum novo modelo desenvolvimento a médio prazo é a de que o Estado tem um papel institucional e económico muito particular e importante a desempenhar no processo de reconstrução pós-conflito. De resto, à semelhança do que aconteceu com as economias europeias e a japonesa depois do segundo conflito militar mundial. Trata-se de aquilatar em que moldes este papel deve ser desempenhado na mobilização de iniciativas, na facilitação do exercício da actividade económica, na criação das bases materiais do crescimento e no exercício das suas responsabilidades sociais, etc.

No Relatório Económico Anual de 2002 foram identificados alguns dos desafios que, do ponto de vista do Centro de Estudos e Investigação Científica, se colocam ao país depois dos 27 anos de guerra: **estabilização macroeconómica, construção da economia nacional, redução da pobreza e integração regional**. Vejamos, sinteticamente, o que se passou durante o ano passado.

- **Estabilização macroeconómica**

Utilizando os indicadores convencionais relacionados com a avaliação macroeconómica – taxa de inflação, défice orçamental e convergência cambial – pode concluir-se que, no geral, se registaram progressos importantes. As estatísticas são claras quanto às tendências de uma diminuição do ritmo de crescimento dos preços, de convergência cambial, de estabilidade no mercado de câmbios e duma recuperação da confiança na moeda nacional⁸.

Relativamente à **taxa de inflação**, os indicadores estatísticos que medem a intensidade de variação dos preços permitem constatar que:

- a inflação anual acumulada tem vindo a diminuir: 268,4% em 2000, 116,1% em 2001, 105,6% em 2002 e 76,6% em 2003;
- a taxa de inflação média anual igualmente regista uma nítida tendência de regressão: 339,7% em 2000, 162,5% em 2001, 108,9% em 2002 e 89,5% em 2003;
- a taxa média mensal de inflação igualmente patenteia um comportamento positivo para aqueles mesmos anos: 11,5%, 6,6%, 6,2% e 4,9%, respectivamente;

⁸ Ver-se-á, em capítulos próprios, que esta relativa estabilidade macroeconómica teve determinados custos de oportunidade, mormente em matéria do montante de reservas líquidas sobre o exterior, sendo, de resto, esta variável que marca, indelevelmente, as diferenças entre os modelos de desinflação do Fundo Monetário Internacional e do Governo angolano.

- do mesmo modo, a inflação média dos últimos três meses tem vindo a diminuir: 9,5% em 2000, 7,7% em 2001, 6,3% em 2002 e 2,8% em 2003.

Apesar destas tendências, a inflação permanece muito alta nos seus valores absolutos, corroendo o débil poder de compra da população pobre (70% do total), dificultando o cálculo económico, continuando a incentivar a fuga ao Kwanza (a despeito do incremento da confiança na moeda nacional, continua a ser mais prudente resguardar o valor dos rendimentos em activos reais de menor probabilidade de desvalorização, como o dólar americano), tornando inoportáveis a consideração de estratégias empresariais estruturantes e viradas para o médio prazo e transmitindo sinais contraditórios para as decisões microeconómicas.

No concernente à **gestão orçamental**, os comportamentos não foram tão positivos quanto o terão sido em matéria de inflação. O quadro seguinte sintetiza-o:

INDICADORES DA GESTÃO ORÇAMENTAL

INDICADORES	2002	2003
Défi ce orçamental/PIB(%)	-8,8	-6,8
Gastos Públicos/PIB(%)	41,0	43,0
Salários/PIB(%)	10,0	15,0
Receitas totais cobradas/receitas totais orçamentadas(%)		117,1
Receitas tributárias não petrolíferas cobradas/ orçamentadas(%)		174,8
Receitas tributárias petrolíferas cobradas/orçamentadas(%)		107,9
Gastos públicos totais realizados/orçamentados(%)		117,2
Gastos correntes realizados/orçamentados(%)		123,0
Despesas de capital realizadas/orçamentadas(%)		94,8

FONTES: Balanço do Programa do Governo 2003, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional; Balanço das Operações Financeiras do Governo 2002-2007, Ministério das Finanças e Ministério do Planeamento.

Aparentemente o único indicador que registou uma melhoria em 2003 foi o défi ce fiscal, que diminuiu dois pontos percentuais relativamente ao ano transacto. O peso dos gastos públicos totais na economia aumentou dois pontos percentuais, situando-se em patamares muito acima do convencionalmente admitido como recomendável⁹. Estas constatações levam a presumir que do lado das despesas públicas ainda permanecem desregulações e desequilíbrios marcantes, expressos nos níveis de realização de despesas a mais do que as que foram autorizadas pela Assembleia Nacional (17,2% e 23,0% acima do orçamentado, respectivamente para os gastos públicos totais e as despesas correntes). Estas desproporções avisam para a existência de canais extra-orçamentais de constituição de dívida pública adicional e não programada, alheios à capacidade de controlo estabelecida.

⁹ Os gastos correntes do Estado mantiveram a sua proporção no PIB em 2002 e 2003 (34%), enquanto que as despesas em capital – aonde se incluem os investimentos públicos – passaram de 7% para 9%. A serem correctos estes valores, parece ter sido conseguido travar o crescente peso dos gastos correntes no PIB e, por outro lado e admitindo que a maior parte das despesas de capital são investimento público, elevar o nível de intervenção pela via de aumento do produto potencial da economia. Restaria apreciar a qualidade dos investimentos públicos para se poder aquilatar melhor a sua capacidade de gerar economias externas para o sector privado.

Estão pontualizados no quadro anterior aperfeiçoamentos nos sistemas de cobrança de impostos, particularmente nas receitas tributárias não petrolíferas¹⁰.

Alguns dos melhoramentos registados ficaram a dever-se à aplicação dum conjunto mais eficaz de instrumentos de política orçamental, de que se salientam:

- a programação financeira trimestral do Tesouro enquanto único instrumento validado de execução orçamental;
- um pacote legislativo variado, merecendo destaque a proibição de pagamentos em moeda externa aos residentes cambiais nas suas relações comerciais com o Estado, o registo e controlo mais rigoroso das despesas não processadas pela via informática e o alargamento do processo de cobrança das receitas fiscais pela rede de bancos comerciais;
- incorporação das despesas comprometidas não inseridas no Orçamento Geral do Estado.

Quanto à **taxa de câmbio**, o seu comportamento em 2003 foi menos oscilante e mais previsível, atendendo, justamente, às medidas de política tomadas e tendentes a regularizar o funcionamento do mercado cambial e a retirar da rua a correspondente política. A taxa de câmbio média passou de Kz 58,94/USD em Dezembro de 2002 para Kz 79,20 no correspondente mês de 2003, a que equivale uma depreciação média no ano de 34,4%. Mas mais relevante a assinalar é o controlo da política cambial pelo Banco Nacional de Angola, que se expressou, numericamente, por um diferencial médio entre as taxas de referência e do mercado paralelo de tão somente 3,8%. Foram aspectos como este que contribuíram para aumentar a confiança na moeda nacional, valorizando-a como meio de transacções na economia nacional e melhorando a sua capacidade de poder ser, também, um instrumento de constituição de poupanças.

Naturalmente que as intervenções efectuadas no mercado cambial tiveram um custo traduzido na não constituição dum estoque convencional de meios de pagamento sobre o exterior (5 ou 6 meses de importações ou, aproximadamente, 1,3 biliões de dólares, de acordo com as informações numéricas sobre as importações de mercadorias de 2002). Porém, as estatísticas disponíveis registaram uma variação positiva no “*stock*” das reservas líquidas sobre o exterior de aproximadamente 303 milhões de USD, passando o montante global, em Dezembro de 2003, para 626,7 milhões de dólares americanos¹¹. Conjuntamente, este acréscimo pode ser imputado aos ganhos proporcionados pelo diferencial do preço do petróleo nos mercados internacionais (24,2 USD/barril em 2002 e 28,1 USD/barril em 2003) – que largamente compensaram o decréscimo verificado na extracção de cerca de 2,3%, devido à suspensão das actividades num dos blocos petrolíferos durante o 1º trimestre do ano passado – e o recurso quase sistemático a empréstimos externos (criação de dívida externa)¹². As receitas de exportação de diamantes sofreram os reveses duma

¹⁰ Este excedente de praticamente 75% relativamente ao orçamentado pode, também, ser fruto duma deficiente previsão de receitas, assim como dum aumento da actividade económica não petrolífera (as Contas Nacionais e o Balanço do Programa do Governo 2003, registaram um crescimento real do PIB não petrolífero em 2003 de aproximadamente, 7,8%). Certamente que o excesso de cobrança das receitas fiscais petrolíferas pode ser todo atribuído à discrepância entre os preços de petróleo orçamentado e efectivado (o preço médio foi de 24,2 USD/barril em 2002 e 28,2 USD/barril em 2003).

¹¹ Aproximadamente, 2,3 meses de importações de mercadorias, de acordo com os dados da Balança de Pagamentos para 2002.

¹² É precisamente neste ponto que se colocam duas importantes questões. A primeira, relacionada com o modelo de desinflação da economia, assente no princípio de que o controlo da inflação pode ser obtido através da redução da depreciação do kwanza, dum controlo apertado da liquidez do sistema bancário e

degradação no preço médio de exportação dos diamantes (-8%), que não foi compensada pelo incremento de 3,45% na produção.

Em termos de política cambial, as taxas de câmbio continuaram, no decurso de 2003, a ser fixadas livremente como resultado das transacções entre os Bancos Comerciais e os seus clientes. A partir de Agosto a taxa de referência passou a ser determinada na base duma média ponderada das transacções no mercado primário.

- **Constituição da economia nacional**

O processo de estruturação duma economia nacional integrada é longo, sinuoso, difícil e estará sempre sujeito às perversas influências da economia mineral. Não é provável que nos próximos 10 anos os sectores estruturantes duma economia nacional mais integrada e de maior valor acrescentado interno possam disputar um espaço muito maior do que o que actualmente detêm no xadrez produtivo. Neste aspecto, o desafio identificado no Relatório de 2002 vai permanecer por muito tempo.

INDICADORES DA INTEGRAÇÃO INTERNA DA ECONOMIA NACIONAL (%)

SECTORES	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Petróleo	37,5	58,1	60,1	51,2	53,8	48,3
Diamantes e outras	5,3	8,3	6,4	6,2	4,7	4,5
Economia de enclave	42,8	66,4	66,5	57,4	58,5	52,8
Sectores estruturantes	25,3	12,6	11,3	15,7	15,1	15,6
Sectores de apoio	19,3	14,9	14,3	15,4	14,1	14,2

FONTE: INE, Contas Nacionais.

NOTAS: Sectores estruturantes: agricultura, silvicultura e pesca, energia, indústria transformadora e construção; Sectores de apoio: comércio, transportes, bancos, seguros e comunicações.

A incapacidade de a médio prazo se operar uma “*revolução estrutural*” na economia angolana é, também, comprovada pelas taxas médias de crescimento dos sectores estruturantes – que em capítulo próprio deste Relatório são estudadas – e pelos investimentos de grande envergadura esperados nos sectores de enclave. A previsão no sector dos petróleos – e conforme sublinhado já – aponta para que a partir de 2006 Angola passe a disputar com a Nigéria o primeiro lugar na produção africana¹³. Na extração de diamantes, as previsões são para uma produção em 2004 de 15 milhões de quilates, correspondentes a quase um bilião de dólares de receitas.

do recurso alargado ao financiamento externo do défice fiscal. O FMI prefere para estes propósitos o modelo “*money-based stabilization*” (MBS), que assenta numa política fiscal e monetária vigorosa e rigorosa, acompanhada dum a flutuação da taxa de câmbio inteiramente ao sabor do mercado paralelo. A segunda questão relaciona-se com o custo de oportunidade das reservas externas. Quando o seu nível não é o internacionalmente consagrado, o risco-país aumenta e as condições de contracção de empréstimos externos pioram. É devido a isto que a taxa de juro média que Angola paga nos mercados financeiros internacionais ronda os 8,5% ao ano, quando em condições normais os empréstimos poderiam ser obtidos a uma taxa de juro de 1,5% a 2%. O custo de oportunidade de não se ter um “*stock*” adequado de reservas externas é, então, de, aproximadamente, 7%.

¹³ Para além do constante anúncio de novas descobertas em águas profundas e ultra profundas, da apresentação de novas oportunidades de exploração e produção petrolífera a investidores estrangeiros e da comunicação de promissoras perspectivas de exploração “*on shore*” nas bacias do Kwanza, Cassanje e outras do interior do país, os pesados investimentos indicados pelas multinacionais do petróleo – 4 biliões de dólares em 2004 e 4,5 biliões em 2005 – apontam exactamente no sentido do crescente reforço da economia de enclave.

- **Redução da pobreza**

A pobreza – a que se associa a exclusão social – é o grande flagelo do país, não apenas porque é moralmente indigna e socialmente inaceitável, como representa uma amputação assinalável ao poder de compra nacional, essencial para que se constitua uma massa crítica de procura económica capaz de viabilizar as iniciativas empresariais. Espera-se que se consigam reunir as condições necessárias e suficientes para que a sua reversão, ou, no mínimo, redução expressiva, seja factível. Estas condições devem, sobretudo, relacionar-se com *boas políticas públicas*, isto é, bem focalizadas, correctamente geridas e eficazes.

A pobreza não se pode reduzir ou erradicar senão a longo prazo, sendo por isso que, nos próximos 20 anos, os programas económicos e sociais do Governo vão ter que consagrar políticas, verbas e projectos à sua resolução.

Para além da pobreza se ter constituído num problema estrutural da economia angolana – exigindo, em conformidade, soluções igualmente estruturantes, das quais a integração económica interna é uma delas - não se conhecem, até ao momento, evidências empíricas que comprovem a existência de modelos ou soluções definitivas para combater este flagelo¹⁴.

A questão da pobreza é central, agora que a guerra deixou de consumir recursos e ceifar vidas e a paz permite que se recupere a dignidade e se pense o futuro em modalidades diferentes das que até aqui permitiram uma exagerada concentração da riqueza. Não se pense que a pobreza tem uma solução rápida e fácil. Muitas vezes se tem apontado a Irlanda do Norte como um dos casos de maior sucesso do crescimento económico da União Europeia da moeda única e do pacto de estabilidade e crescimento (um autêntico “*case-study*” para o mundo). Só que se esconde que este país – apesar das profundas reformas económicas e estruturais efectuadas e consideradas como fundamentais para a recuperação da sua economia – é o de maior taxa de pobreza da ex-Europa dos 15. O que é que se passou então? Taxas de crescimento em torno dos 6-7% ao ano e durante mais de uma década não foram, afinal, suficientes para que o crescimento se transformasse em desenvolvimento. Significa que o crescimento económico não é o factor decisivo para se combater a pobreza e reverter as situações de profunda exclusão social¹⁵. A dinâmica e portentosa República Popular da China teve de esperar 20 anos para reduzir em apenas cerca de 400 milhões o número de pessoas que viviam com menos de um dólar por dia, apesar de durante esse período de tempo apresentar taxas médias anuais de crescimento do PIB de mais de 10% (e uma taxa de fecundidade média de 1,2 filhos por mulher em idade de procriação).

¹⁴ Salvo uma certeza absoluta: a pobreza não se combate com doações.

¹⁵ O fenómeno social do desenvolvimento económico não acontece por obra do acaso. O crescimento económico, entendido como o aumento sistemático da quantidade de bens e serviços de ano para ano, tem condicionantes e causas diferentes das que proporcionam o desenvolvimento económico. De resto, as Contas Nacionais de Angola (publicação do Instituto Nacional de Estatística) registam um crescimento económico sistemático desde 1990 a esta parte – medido a preços constantes de 1992 -, exceptuando-se os terríveis anos de 1992, 1993 e 1994 em que se averbaram significativas taxas negativas de variação no PIB. Por exemplo: em 1997 o crescimento económico foi de 7,7%, em 2002 de 15,5% e em 2003 de 6,2%. Portanto, parece que deste ponto de vista não temos que nos queixar: entre 1996 e 2003 a quantidade de bens e serviços deve ter aumentado praticamente 56% segundo o INE. No entanto, olhando à nossa volta percebem-se situações de miséria, de fome, de pobreza (a respectiva taxa estimada em 2001 foi de 68,2%, havendo quem afirme que se agravou entretanto, até hoje), de injustiça e de desigualdade profunda na distribuição dos frutos daquele crescimento económico.

Ravi Kanbur¹⁶ defende que o crescimento económico não é o factor mais importante do contexto político e económico de luta contra a pobreza, podendo mesmo, e em determinadas circunstâncias, agravá-la. Se o crescimento económico não for acompanhado de políticas normativas que melhorem drasticamente a distribuição do rendimento, não se transformará em desenvolvimento económico. Afirma mais que – e não deixa de ser preocupante esta conclusão – não existe, no actual estado da avaliação empírica do crescimento, nenhuma relação entre o crescimento do rendimento médio por habitante e a melhoria na distribuição do rendimento. De tal sorte que quando o crescimento for acompanhado por um aumento da desigualdade, o seu efeito líquido sobre a redução da pobreza já não é claro, podendo, mesmo, ser perverso.

Os cenários internacionais de redução da pobreza no mundo mostram uma tendência para que até 2015 o número de pessoas que vivem com menos de \$2 por dia diminua. Contudo, com diferenças significativas entre determinadas regiões – particularmente para a África subsariana, onde, o empobrecimento vai aumentar - conforme pode ser apreciado na tabela seguinte.

CENÁRIOS DE REDUÇÃO DA POBREZA NO MUNDO
(milhões de pessoas)

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS	Número de pessoas com menos de \$1/dia			Número de pessoas com menos de \$2/dia		
	1990	1999	2015	1990	1999	2015
Leste asiático e Pacífico	486	279	80	1114	897	339
Europa e Ásia Central	6	24	7	31	97	45
América Latina e Caraíbas	48	57	47	121	132	117
Oriente Médio e Norte África	5	6	8	50	68	62
Sul asiático	506	488	264	1010	1128	1139
África sub sa- riana	241	315	404	386	480	618
Mundo	1292	1169	809	1892	2173	2101

FONTE: Global Economics Prospects and the Developing Countries, Banco Mundial, 2003 e 2004.

De salientar que apesar duma redução, a mesma não deixa de apresentar, no geral e para algumas regiões, uma dinâmica pouco enérgica: por exemplo e para o mundo, entre 1999 e 2015 (15 anos) o número de pessoas vivendo com menos de dois dólares por dia apenas diminuirá em 72 milhões de pessoas (4,8 milhões por ano). Para o sul asiático e a África subsariana as tendências são muito preocupantes, porque se espera que o empobrecimento aumente. É um aviso sério para Angola, aonde a pobreza deve, entretanto, ter aumentado desde o último inquérito realizado em 2000/2001. Por isto é que o modelo de desenvolvimento deve ter um carácter extensivo, para que envolva no crescimento económico o máximo número de pessoas. Por isto também é que a gestão orçamental tem de ser muito mais eficaz e eficiente e a qualidade dos investimentos públicos garantida.

Atendendo às perspectivas de crescimento dos sectores de enclave – de que anteriormente se deu uma pequena nota - Angola pode vir a obter importantes recursos financeiros para investimento nos sectores sociais (os mais aptos a, no imediato, mitigarem algumas das dificuldades mais prementes da população). Um

¹⁶ Ravi Kanbur é economista e professor de Economia Internacional na Universidade de Cornell nos Estados Unidos da América e tem apresentado muitas conferências sobre os problemas da pobreza no mundo e em África e também sobre os objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas. A alusão do texto refere-se a uma recente conferência pronunciada em Pretória com o título “*Growth, Inequality and Poverty: some hard questions*”, Março de 2004.

cenário fiscal possível – provavelmente o mais conservador – é transcrito no quadro seguinte:

CENÁRIO FISCAL – UM PONTO DE VISTA				
VARIÁVEIS	2004	2005	2006	2007
Preço barril petróleo (USD)	33,4	31,3	29,0	28,0
Receita fiscal petrolífera (MUSD)	3879473,1 a 4395355,0	4210320,0 a 4770193,9	5036355,1 a 5706074,0	6306554,5 a 7145179,5
Receita fiscal não Petrolífera(MUSD)	1095236,0	1251198,4	1590217,3	1991279,5
Receita fiscal total (MUSD)	5490591,0	6021392,3	7296291,3	9136459,1
RFP/PIB(%)	30,5	30,5	30,5	30,5
RFPNP/PIB(%)	7,6	8,0	8,5	8,5

No decurso de 2003 não foram desencadeadas acções estruturantes visando iniciar o combate consequente contra o empobrecimento da população, a despeito do Governo ter elaborado uma Estratégia de Combate contra a Pobreza. Os passos dados inseriram-se genericamente na melhoria das condições sociais da população mais desprotegida, mormente no domínio da assistência social. Destacam-se, contudo, algumas acções concretas em domínios relevantes para a quebra dos elos transmissores da pobreza, como o são a educação e a saúde. No primeiro caso e de acordo com o Balanço do Programa do Governo 2003, registaram-se alterações expressivas:

- no primeiro nível de ensino o número de alunos inscritos aumentou em 47,6% e, pela primeira vez desde a independência, foi extensivo a todo o território nacional. No total o efectivo estudantil para este nível de ensino foi de cerca de 2170 mil alunos, tendo sido construídas mais de 2500 salas de aula;
- nos restantes níveis de ensino a percentagem de aumento da população estudantil foi de, respectivamente para o 2º e 3º nível, 22,5% e 8,0%. O efectivo universitário na Universidade Agostinho Neto situou-se, em 2003, em 17366 estudantes (um incremento de 38,2% em relação a 2002);

Na saúde e mesmo a despeito das permanentes movimentações das populações, foram reabilitadas 18 unidades sanitárias de grande, médio e pequeno porte nas províncias do Uíge, Bengo, Luanda e Moxico. No entanto, prevalecem endemias fortemente limitativas da obtenção de níveis elevados e estabilizados de produtividade do trabalho: o HIV-SIDA, a tuberculose, a malária, o sarampo, as doenças diarreicas e a tripanossomíase.

- **Mitigação das diferenças regionais no contexto da SADC**

À semelhança da luta contra a pobreza, o abrandamento dos desequilíbrios entre os países da SADC é um problema estrutural e de longo prazo. Enquanto se não derem passos concretos e seguros de reconfiguração da base produtiva interna, o relacionamento económico de Angola com os mais importantes países da SADC far-se-á sempre numa forma dependente e incompetitiva.

Algumas informações estatísticas recentes comprovam que as diferenças regionais apresentadas no Relatório Económico de 2002 permanecem, conforme o atestam os valores do quadro seguinte:

POSIÇÕES ECONÓMICAS NA SADC

PAÍSES	PRODUTO INTERNO BRUTO (milhões de dólares de 1995)			ESTRUTURAS ECONÓMICAS REGIONAIS (%)		
	1999	2001	2002	1999	2001	2002
Angola	6674	7095	8181	3,0	3,1	3,4
Botswana	6061	7000	7023	2,8	3,0	2,9
Congo, R.D	4958	4519	4654	2,3	1,9	1,9
Lesotho	1060	1109	1151	0,5	0,5	0,5
Malawi	1710	1657	1687	0,8	0,7	0,7
Maurícias	4748	5268	5500	2,2	2,3	2,3
Moçambique	3330	3821	4115	1,5	1,6	1,7
Namíbia	4022	4257	4373	1,8	1,8	1,8
Seychelles	659	676	678	0,3	0,3	0,3
S. África	166329	177012	182281	75,8	76,2	76,0
Swazilândia	1571	1632	1690	0,7	0,7	0,7
Tanzânia	6114	6854	7287	2,8	3,0	3,0
Zâmbia	3854	4188	4326	1,8	1,8	1,8
Zimbabue	8233	7172	6771	3,8	3,1	2,8
SADC	219323	232260	239717	38,1	37,7	37,8
ÁFRICA	575607	615439	634837	100,0	100,0	100,0

FONTE: African Development Indicators, 2004

A posição que a África do Sul detém no conjunto das economias da SADC muito dificilmente será disputada, restando, portanto, por um lado, desafiar o lugar de segunda maior economia deste espaço e, por outro, ver que países poderão endogenizar e maximizar os efeitos de irradiação da economia sul africana¹⁷. O domínio económico sul africano é arrasador:

- mais de 2/3 do PIB da região, tendo-se reforçado a sua preponderância de 1999 para 2001 e 2002;
- o incremento do PIB entre 1999 e 2001 (10683 milhões de dólares) foi superior ao valor da riqueza gerada neste último ano por qualquer uma das economias integrantes da SADC; ou seja, nenhuma das restantes treze economias conseguiu gerar um PIB sequer próximo do que a economia sul africana se acrescentou a si própria;
- entre 1999 e 2002 a economia sul africana cresceu 9,6%, a que equivale uma taxa média de crescimento real (a preços de 1995) de 3,2%¹⁸;
- Angola registou, no período considerado, um incremento de 22,6%, correspondente a uma taxa média anual de crescimento, a preços de 1995, de 7,0%, que, numa parte considerável, foi absorvida pelo aumento dos rendimentos factoriais exportados.

Provavelmente o mais dramático para Angola é que não existe alternativa à sua completa integração na SADC, num contexto em que os arranjos económicos espaciais parecem constituir, por enquanto, a melhor resposta e a melhor defesa às consequências nefastas da crescente globalização da economia mundial.

Restaram as iniciativas políticas e institucionais e que de acordo com o Balanço do Programa do Governo 2003 foram as seguintes:

¹⁷ Será que a proximidade geográfica é o elemento mais importante para que se acomodem os efeitos de difusão do crescimento económico?

¹⁸ Apesar desta relativa intensidade de crescimento, a África do Sul apresenta uma das taxas mais elevadas de desemprego de África (cerca de 30% em 2003).

- No domínio das reformas, institucionais foi concluído e aprovado o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), foi encerrado o Estudo sobre a Nova Estrutura da SADC e foram lançados o Comité Integrado de Ministros, os Comités Nacionais e as duas Direcções Principais, especificamente, a de Infra-estruturas e Serviços e a de Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais.
- A primeira fase do Estudo de Viabilidade do Fundo de Desenvolvimento da SADC foi concluída. O mesmo visa mobilizar recursos financeiros internos e externos para a implementação de programas e projectos, no âmbito do RISDP.
- No domínio humano e social, é de notar que no campo da segurança alimentar se registou um aumento considerável na produção de cereais de 2002/2003, estimada em 22,89 milhões de toneladas, devido ao aumento da pluviosidade em geral, dos subsídios aos equipamentos, sementes e outros “inputs” agrícolas fornecidos aos camponeses pelos Governos dos Estados Membros.
- No tocante à Edificação da Comunidade, há a destacar a assinatura e ratificação de vários instrumentos jurídicos pelos Estados Membros, que constituem os mecanismos fundamentais para o desenvolvimento da cooperação e integração regionais. A nível da República de Angola, há a realçar a assinatura do Acordo que Emenda o Tratado, os Protocolos do Comércio, de Extradicação, Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, Emenda ao Protocolo do Tribunal da SADC. De igual modo, Angola aprovou o Protocolo da Cultura, Informação e Desportos e ratificou o Protocolo das Pescas.

2.- OS CONTEXTOS ENVOLVENTES DA ECONOMIA NACIONAL

Cada vez assumem maior importância os contextos em que as economias funcionam. Os contextos externos exercem, crescentemente, uma influência marcante no desenho dos modelos de crescimento económico e nas estratégias empresariais voltadas para a aquisição duma competitividade¹⁹ que facilite a disputa de franjas ou de nichos de mercado. Mesmo para uma economia como a angolana, em que o peso nas relações económicas internacionais é absolutamente marginal – sendo apenas visível uma acidental importância dada pela percentagem de cerca de 7% das importações totais de petróleo dos Estados Unidos da América – os contextos externos têm de ser levados em consideração.

¹⁹ Para as empresas, a competitividade no âmbito da concorrência internacional consiste em aumentar as quotas de mercado e maximizar o lucro. O limite externo de uma empresa é literalmente o seu limite extremo. Quando uma empresa não é competitiva isso significa que a sua posição no mercado é insustentável, deixando de existir a qualquer momento. Ou seja, empresas incompetitivas pura e simplesmente desaparecem. O mesmo não se passa com os países que não são competitivos, que não deixam de continuar com as suas portas abertas, ainda que à custa dum fraco desempenho (baixa produtividade, reduzido crescimento económico, fraco nível de rendimento médio por habitante, etc.). Assim, a competitividade nacional quase que é incompreensível, uma vez que a penalização por não ser competitivo deve ser a falência, de acordo, evidentemente, com os critérios do mercado.

2.1.- O CONTEXTO INTERNACIONAL

Como sempre, o contexto internacional é efectivamente dominado pelas economias americana, japonesa e europeia. São, há já muito tempo, as alavancas do crescimento económico mundial. No entanto, têm-se juntado ultimamente a este clube restrito novos países, tais como os ex-tigres asiáticos, e, mais recentemente, a Índia, a China e a Malásia.

O ambiente de desinflação generalizada – que em alguns casos roçou as raias da deflação, como mais adiante é explicado – com uma descida histórica das taxas de juro em todas as economias capitalistas desenvolvidas e a recuperação da confiança depois de finalizada a invasão do Iraque, foram factores de favorecimento dum retoma que começou a dar sinais positivos no primeiro trimestre de 2003, ainda que a tensão geopolítica não tenha desaparecido no Oriente Médio, conforme o atesta a situação dos primeiros seis meses de 2004, permanecendo esta região, a par com o Afeganistão e a Coreia do Norte, como as grandes zonas de risco em 2003. As novas regiões asiáticas que emergem com grande força no xadrez económico mundial – China, Índia e Malásia – impulsionaram o crescimento económico mundial em 2003 para uma taxa da ordem dos 3,3%, superior em 0,5 pontos percentuais à registada no decorrer de 2002. Paire, no entanto para 2004, a incerteza quanto à evolução do preço do petróleo, a mais importante fonte energética das economias capitalistas ocidentais e das emergentes e que se não estabilizar em patamares suportáveis, pode fazer perigar as expectativas mais optimistas quanto à consolidação da retoma económica no ano em curso.

Particularmente para algumas das grandes economias, com destaque para os Estados Unidos da América, a retoma foi mais rápida do que a esperada, muito provavelmente pelo efeito multiplicador e de arrastamento provocado pelo substancial incremento das despesas militares americanas²⁰. Deve assinalar-se que em 2002 e 2003, os Estados Unidos da América viram rebentar a sua bolha especulativa, do sobreinvestimento nas novas tecnologias e de uma série de outras ocorrências, nomeadamente os problemas da “*corporate governance*”, que ainda não acabaram completamente, segundo as últimas notícias quanto ao pronunciamento judicial de alguns responsáveis de alto nível das empresas que se viram envolvidas nos escândalos financeiros das Bolsas.

Durante 2003 os EUA foram afectados pela enorme preocupação com a deflação, tendo feito reeçar a repetição dos piores momentos da grande crise económica de 1929-1932. Durante o ano passado a FED desceu as taxas de juro até próximo do limite mínimo a partir do qual uma taxa de juro passa a ser irrelevante por efeito dos custos das operações bancárias – cerca de 0,7%²¹. Chegou-se a reeçar que os limites da política monetária teriam sido atingidos, uma vez que a Reserva Federal baixou a

²⁰ De acordo com Jeffrey Sachs só no Iraque os Estados Unidos, em 2003, gastaram, em acções militares, cerca de 51 biliões de dólares (em torno de 360 mil dólares por cada soldado). O custo de oportunidade da invasão do Iraque, medido pelas incomensuráveis necessidades dos países subdesenvolvidos e entre elas os mais pobres, de erradicar a pobreza, combater o HIV-SIDA, a tuberculose e a malária – estima-se que no decurso de 2004 cerca de 8 milhões de pessoas em todo o mundo perecerá por causa destas três doenças - desenvolver a educação e estruturar as suas economias, é muito elevado, porquanto e segundo estimativas confiáveis, os investimentos a fazer para sustentar o capital humano nestas países poderia custar bem menos. Ainda do ponto de vista de Sachs, as despesas militares dos EUA em 2003 rondaram os 450 biliões de dólares e apenas pouco mais do que 15 biliões foram investidos para fazer face à pobreza global, à degradação ambiental e às doenças mais endémicas.

²¹ O Japão tem sido um verdadeiro “*case-study*” a propósito das taxas de juro: por mais liquidez que o Banco Central tem injectado na economia japonesa, as pessoas entendem que não vale a pena gastar, na expectativa de que os preços baixem ainda mais e não depositam porque, na prática, ainda estão a pagar para o fazer.

taxa de juro de 6,5% para 1% no decurso dos dois anos passados. O saldo orçamental da maior economia do mundo passou de +1% do PIB em 2000 para um défice de 4% do PIB em 2003, uma vez mais pela forte incidência do substancial acréscimo das despesas militares. Tendo sido accionados, e em grande escala, praticamente todos os instrumentos de política económica, estima-se que o crescimento do PIB americano em 2003 não terá ido além dos 2,8% (bem abaixo do crescimento médio da época dourada dos anos 90 do século passado)²². Por outro lado, em 2003 assistiu-se a uma forte depreciação do dólar americano face ao euro – a nova moeda da Europa dos 15 países aderentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento – o que acabou por se transformar numa poderosa arma de competitividade contra a União Europeia e num instrumento para aumento das exportações americanas para os mercados mundiais. No entanto e apesar disso, os Estados Unidos viram-se a braços com o problema do défice nas suas transacções correntes, estimado, em 2003, entre 4% e 5% do PIB, qualquer coisa como praticamente a poupança mundial total.

Na Europa dos 15, o contexto foi dominado por uma forte crise económica – que em alguns países se transformou mesmo em recessão – pelo incumprimento das metas mais exigentes do Programa de Estabilidade e Crescimento da parte das duas maiores economias europeias – a Alemanha e a França – e pela discussão aberta da validade e actualidade das metas económicas do PEC, mormente a do défice orçamental, numa mais do que evidente conjuntura de fraco crescimento económico e de aumento substancial do desemprego. Com efeito, a taxa de crescimento do PIB da Zona Euro não foi além dos 0,8% em 2003, o que foi, no entanto, suficiente – dado o carácter locomotor das duas maiores economias europeias – para provocar um crescimento médio na União Europeia de 0,4%. Às baixas taxas médias de inflação no espaço europeu – cerca de 2,1% - não se conseguiu fazer corresponder crescimentos económicos suficientes para mitigar o gravíssimo problema do desemprego, que em alguns países atingiu cifras assustadoras – 8% na Bélgica, 12% na Espanha, 9% na Itália, 10% na Alemanha, 10% em França e 7% em Portugal. As perspectivas para 2004, com a contínua valorização cambial do euro face ao dólar e ao iene e a incerteza no comportamento do preço do petróleo, não são muito animadoras, com a previsão dum crescimento de apenas 1,8% para a União Europeia e 2% para a Zona Euro.

Quanto ao Japão – ainda a maior economia asiática – 2003 foi um ano de franca recuperação da sua economia, que durante vários anos foi afectada por uma recessão que parecia não mais ter fim. O seu PIB, no ano transacto, foi de cerca de 4850 biliões de dólares americanos, a que correspondeu, por uma lado, uma taxa de crescimento de 2,6% - 0,2 pontos percentuais inferior à dos EUA – e, por outro, um PIB por habitante de quase \$26800 anuais. O défice orçamental estabeleceu-se em torno dos 2,8% do PIB e a inflação foi praticamente de zero por cento. Como é tradicional nesta economia, o saldo da BTC foi positivo e com uma cifra de 2,9% do respectivo produto interno.

Os dados estatísticos mais relevantes para estas economias encontram-se no quadro seguinte:

²² Um crescimento considerado abaixo do potencial, correspondente ao pleno emprego de todos os factores e recursos de produção.

COMPORTAMENTO DO PIB NAS ECONOMIAS MAIS DESENVOLVIDAS
(variação anual em oercentagem)

PAÍSES	COMISSÃO EUROPEIA			OCDE			FMI		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
ESPAÇOS									
ZONA EURO	1,1	0,8	2,0	n.d	0,5	1,8	0,9	0,5	1,9
UNIÃO EUROPEIA	0,9	0,4	1,8	n.d	0,5	1,9	1,1	0,8	2,0
EUA	2,5	2,8	3,8	2,4	2,9	4,2	2,4	2,6	2,9
JAPAO	0,1	2,6	1,7	0,2	2,7	1,8	0,2	2,0	1,4
OCDE	n.d	n.d	n.d	n.d	2,0	3,0	n.d	n.d	n.d
MUNDO	2,8	3,3	4,1	n.d	n.d	n.d	3,0	3,2	4,1

FONTES: Comissão europeia, OCDE(Economic Outlook) e FMI (World Economic Outlook).

Conforme se referenciou mais atrás, outros países têm aparecido na cena económica internacional, devendo merecer a atenção de quem define as políticas económicas, especialmente as relacionadas com o comércio internacional. São eles a República da Coreia, a República Popular da China, a Índia, o Brasil, a Argentina, o México, o Egipto e a Malásia.

A China é a futura grande “*ameaça*” económica mundial. O seu Produto Interno Bruto em 2003 aproximou-a dos critérios económicos de admissão no G-7, reforçada pela circunstância de ser actualmente o país mais populoso do mundo. A riqueza gerada no decurso de 2003 foi de, aproximadamente, 1080 biliões de dólares, para uma população de 1275 milhões de pessoas e um PIB médio anual de cerca de quatro mil dólares. O ano passado marcou a transição de poderes, com a saída da cena política directa de Jiang Zemin que deixou a presidência do maior partido político do mundo. Esta saída foi acompanhada da retirada de Zhu Rongji da liderança do Governo e a entrada de Wen Jiabao²³. O IDE foi o facto mais marcante do comportamento económico deste país, que continuou a registar cifras só comparáveis com a dimensão do país. A afluência de capitais estrangeiros foi motivada pelas elevadas taxas de crescimento económico - que se têm sistematicamente registado há uma boa dezena de anos - reforçada pela adesão da China à Organização Mundial do Comércio e o concomitante compromisso de liberalizar o seu comércio externo. As estimativas de investimento directo estrangeiro em 2003 apontam para uma cifra de cerca de 60 biliões de dólares, o que teve como resultado imediato um substancial aumento das reservas líquidas em divisas.

A despeito destas performances, a China ainda beneficiou duma ajuda externa de cerca de 1735 biliões de dólares. A crise na agricultura e a sequência de falências das empresas públicas atiraram para o desemprego mais de oito milhões de pessoas, tendo aumentado as situações de exclusão social.

A República da Coreia é uma das economias mais dinâmicas do mundo. O seu rendimento médio anual por habitante rondou os \$17300 em 2003, o que a coloca a par das mais importantes economias capitalistas desenvolvidas. Com uma população de 46,7 milhões de habitantes, o seu PIB foi de quase 460 biliões de dólares no ano passado. Representou esta cifra uma quebra no ritmo de crescimento, o qual passou de 6,3% em 2002 para apenas 3,1% em 2003, prevendo-se, no entanto, uma forte retoma para o ano em curso (6,4%). Um excedente orçamental (1,1% do PIB) e uma invejável estabilidade dos preços são outras notas relevantes do seu desempenho económico.

²³ Mas a “*velha guarda*” continuará na sombra a tutelar o desempenho dos jovens dirigentes, de resto, à boa maneira da tradição milenar chinesa.

As informações estatísticas destas duas economias estão contidas no quadro seguinte:

COMPORTAMENTO DO PIB EM ALGUMAS ECONOMIAS ASIÁTICAS
(variação anual em percentagem)

PAÍSES	COMISSÃO EUROPEIA			OCDE			FMI		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
CHINA	8,0	8,0	8,0	8,0	8,4	7,8	n.d	n.d	n.d
COREIA	6,3	3,1	6,4	6,3	2,7	4,7	6,3	2,5	4,7
MUNDO	2,8	3,3	4,1	n.d	n.d	n.d	3,0	3,2	4,1

FONTES: Comissão europeia, OCDE(Economic Outlook) e FMI (World Economic Outlook).

Quanto aos países emergentes, o seu desempenho em 2003 foi, no geral, positivo.

Na Índia e não obstante a tensão com o seu vizinho Paquistão, a violência interna entre hindus e muçulmanos e a instabilidade política, os sucessos económicos têm sido notados pelas agências internacionais que lidam com as questões do crescimento económico. O segundo mais populoso país do mundo – uma população estimada em 1008,9 milhões de habitantes – gerou, em 2003, uma riqueza avaliada em 457 biliões de dólares, o que deu um rendimento médio por habitante de cerca de \$2400. O serviço da dívida pública representou 12,8% do PIB. O sector exportador tem sido uma das molas impulsionadoras do crescimento económico, ajudado pela desvalorização da rupia. As grandes companhias mundiais olham para a Índia como a melhor base para os seus centros de “*software*”. A taxa de crescimento do PIB registada em 2003 foi de 5,9%, com uma inflação média anual de 4% e um saldo da BTC de 0,3% do PIB.

No Brasil, o ano transacto foi algo complicado para o Governo do Presidente Luís Inácio da Silva. A maior economia da América do Sul, com um PIB de praticamente 600 biliões de dólares – segundo determinadas fontes a 11^a maior economia do mundo – um rendimento médio anual de \$7625 e uma população de 170,4 milhões de habitantes, enfrentou um conjunto difícil de problemas conjunturais e estruturais. De entre estes devem realçar-se a pobreza, a exclusão social, a enorme desigualdade na distribuição do rendimento e a insegurança interna. Todavia e não obstante todas as dúvidas e desconfianças quanto à capacidade dum Governo Trabalhista lidar com a gestão macroeconómica e as expectativas internacionais, o desempenho, ainda que aquém do desejado, não deixou de traduzir um bom controlo das mais importantes variáveis macroeconómicas. Todos os receios quanto a repetir-se no Brasil uma crise financeira semelhante à da Argentina foram completamente dissipados no decorrer de 2003, apesar da sua dívida externa representar 90,7% do PIB. Chegou-se a temer o retorno do clima inflacionista que durante largos anos abalou a confiança na moeda brasileira, sendo, por isso, que as taxas de juro permanecem altas (demasiadamente elevadas para quem no Brasil defende que a prioridade das prioridades deve ser o crescimento económico e a geração de empregos)²⁴.

A Argentina parece ter afastado definitivamente o fantasma da recessão económica que durante algum tempo pairou sobre o país. A segunda maior economia da América do Sul, com um PIB de 285 biliões de dólares, uma população de pouco mais de 37 milhões de habitantes e um rendimento médio de \$12377, melhorou significativamente o seu desempenho económico em 2003, com uma taxa de crescimento do PIB de

²⁴ É no contexto desta discussão que se insere a problemática da teoria do crescimento económico com inflação: se na função de utilidade colectiva se atribuir uma elevada prioridade ao crescimento económico devido, por exemplo, à incidência de elevados índices de pobreza, naturalmente que os preços terão de se movimentar no sentido da sua elevação. Assim, o problema está em se saber, por um lado, qual o nível de inflação que a população está disposta a aceitar em nome da criação de emprego e, por outro, como a política orçamental deve actuar para conciliar as metas correspondentes a estes dois objectivos em níveis socialmente desejáveis.

5,5%, uma inflação média de 14,3%, um peso da dívida de 71,3% do PIB e um saldo positivo da BTC (4,5% do PIB). A lista de problemas é enorme: reestruturação do sistema financeiro, estabelecimento dum regime cambial credível, renegociação da dívida externa e equilibragem do orçamento. O peso ainda tem margem para se desvalorizar, o que trará mais inflação, mas ajudará o sector exportador.

O México é a segunda maior economia latino-americana a seguir ao Brasil. Com um PIB em 2003 de 575 biliões de dólares, este país é um dos principais produtores mundiais de petróleo – as suas reservas estão estimadas em 13 biliões de barris e a produção em 2002 foi de 3,6 milhões de barris por dia – e tem uma população de quase 100 milhões de habitantes. A economia mexicana depende muito dos financiamentos externos, estando, assim, à mercê de mudanças de sentimento ou de estratégia dos investidores internacionais. A dívida externa mexicana continua a ser muito elevada e a exigência de rigor na gestão orçamental, para garantir a credibilidade externa do país, é uma das condicionantes da comunidade financeira internacional. A economia mexicana cresceu em 2003 apenas 1,5%, o que contribuiu para um ligeiro decréscimo no rendimento médio por habitante, que se estabeleceu em nove mil dólares.

O Egito – 99 biliões de PIB, um PIB por habitante de \$3635 e uma população de 68 milhões de pessoas – é um dos países árabes com um ritmo de crescimento económico interessante. No entanto, a tensão política na região está a afastar o investimento estrangeiro e os turistas (já muito reduzidos depois dos atentados de 11 de Setembro ao World Trade Center), as duas mais importantes fontes de crescimento económico do país. O desemprego aumentou ao longo de 2003 e as tensões políticas internas ocasionadas pelos fundamentalistas islâmicos podem fazer perigar as expectativas duma retoma mais acentuada do crescimento em 2004. Este país beneficiou duma ajuda externa estimada em 1328,4 milhões de dólares em 2003, qualquer coisa como \$19,6 por habitante, ou 1,3% do PIB.

Quanto à África do Sul – a maior economia africana ao sul do Sara com um PIB, em 2003, de 126 biliões de dólares²⁵, superior em 3,1 vezes o nigeriano – o seu desempenho económico tem sido relativamente modesto, mas sustentado ao longo do tempo. Em 2003 a sua economia cresceu cerca de 2% - de acordo com o World Economic Outlook de Abril do corrente ano - e o rendimento médio por habitante foi da ordem dos nove mil e quinhentos dólares. No entanto, permanecem sequelas importantes do regime do “*apartheid*” que o Governo de Thabo Mbeki ainda não conseguiu debelar, tendo-se mesmo registado forte contestação ao seu programa de combate à pobreza e ao HIV-SIDA. A estratégia de privatizações também tem sido objecto de reparos políticos negativos, porque desagradam aos aliados tradicionais do ANC. O desemprego (mais ou menos 30% em 2003), a pobreza e o HIV-SIDA são os mais difíceis problemas deste país.

As informações mais expressivas sobre estes países encontram-se no quadro seguinte:

²⁵ Faz-se notar que o valor do PIB sul africano expresso na tabela estatística relativa às posições económicas na SADC é a preços constantes de 1995.

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO DE ALGUMAS ECONOMIAS EMERGENTES

PAÍSES	CRESCIMENTO DO PIB(%)		INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL(%)		BTC/PIB(%)
	2003	2004	2003	2004	2004
ARGENTINA	5,5	4,0	14,3	7,7	4,5
BRASIL	1,5	3,0	15,0	6,2	-1,5
MÉXICO	1,5	3,5	4,6	3,4	-2,7
EGIPTO	2,8	3,0	3,2	4,2	0,9
ÍNDIA	5,9	5,9	4,0	4,8	0,3
MALÁSIA	4,2	5,3	1,7	2,2	7,1
ÁFRICA SUL	2,0	4,0	6,0	6,0	0,6

FONTES: as mesmas dos quadros anteriores.

A breve alusão aos contextos externos e ao respectivo comportamento durante 2003, permite, em síntese, concluir:

- prevaleceram em 2003 focos importantes de instabilidade política que abalaram a confiança económica mundial. Os acontecimentos no Iraque parece terem demonstrado o fracasso dos processos democráticos a um nível internacional (provavelmente fica difícil exportarem-se, a qualquer preço, modelos democráticos que funcionam bem em determinados países, mas que se ajustam muito mal noutras paragens de culturas e tradições específicas, ou seja, é difícil impor pelas armas a democracia);
- continuou a afirmar-se a hegemonia dos Estados Unidos da América, no campo económico e também na vertente política. Em qualquer instância, quando a decisão mundial divergiu do que os Estados Unidos pretendiam, a América insistiu sempre que seguiria o seu caminho;
- agravaram-se as dificuldades institucionais de regulação dos fenómenos de globalização, que se traduziu num agravamento global das desigualdades mundiais, da pobreza, da exclusão social e do acesso ao mercado internacional;
- assistiu-se à progressiva afirmação do poder estratégico da esfera financeira sobre a esfera real das economias mais desenvolvidas;
- operou-se uma reorganização da economia mundial, com a entrada da China para a Organização Mundial do Comércio e a afirmação duma segunda geração de economias asiáticas de forte intensidade exportadora.

2.2.-OS FACTORES CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS INTERNOS

Aquando da apreciação sobre o modo como alguns dos grandes desafios foram atacados durante 2003, ficou evidenciado que a economia angolana enferma de determinadas debilidades que acabarão por exercer uma influência negativa na rapidez com que a reconstrução de economia se poderia processar.

Entre os **factores conjunturais** é possível destacar:

- um quantitativo ainda elevado de população deslocada a que se associa uma relativa lentidão no processo de regresso e a fragilidade das condições de re-instalação nos antigos locais de origem. Este facto prejudica a tomada de medidas em diferentes domínios de actividade, nomeadamente na educação e saúde;
- a burocracia continuou a ser um fortíssimo empecilho a todas as iniciativas da sociedade, quer as que os cidadãos individualmente pretenderam levar a cabo para melhorarem as suas condições de vida, quer as que as empresas privadas encetaram para lançar novas actividades económicas.

Os resultados da constituição dum “*guiche*” único de empresas tardam em fazer-se sentir²⁶;

- a corrupção não deu, em 2003, sinais de abrandamento e, em particular, a chamada corrupção de baixa intensidade continuou a corroer os parcos rendimentos dos cidadãos que se viram na contingência de terem de resolver situações em que a intermediação do Estado era incontornável²⁷;
- a gestão orçamental continuou a dar sinais de algum enfraquecimento no cumprimento de regras estabelecidas em diferentes diplomas e sistemas de controlo estatuidos pelo Ministério das Finanças para um controlo mais efectivo das despesas públicas. O Relatório de Execução Orçamental de 2003 destaca situações em que algumas unidades orçamentais ultrapassaram os montantes dos créditos orçamentais estabelecidos no processo de programação financeira do Estado. Dir-se-ia que ainda se observam muitas interferências políticas e institucionais em processos de afectação de receitas que deveriam ser integralmente técnicos;
- a inflação tem índices ainda elevados, havendo necessidade de a trazer para limiares abaixo dos 10% ao ano.

Aliás é neste aspecto que algumas divergências poderão ocorrer com o Fundo Monetário Internacional quando se reatarem as negociações para o estabelecimento dum novo programa de ajustamento estrutural. As discordâncias com o Fundo vão situar-se na natureza do modelo de desinflação que desde meados de 2003 tem sido seguido pelas autoridades governamentais angolanas e que tem sido baseado no princípio de que a desinflação pode ser obtida através da redução da depreciação do kwanza, dum controlo apertado da liquidez do sistema bancário e do recurso alargado ao financiamento externo do défice fiscal²⁸. Esta abordagem pode ter alguns inconvenientes, de que se ressaltam os seguintes:

- enfraquecimento da posição externa da economia pela diminuição das reservas líquidas sobre o exterior;
- aumento do montante de dívida externa, desencadeando implicações sobre o respectivo serviço anual, assumido pelo OGE;
- maior comprometimento da produção futura de petróleo – que continua a ser, e na falta duma renegociação da dívida externa no Clube de Paris, o único activo real que garante os empréstimos contraídos – com evidentes reflexos sobre as gerações vindouras;
- aumento dos atrasados da dívida externa;
- gestão deficiente do défice fiscal, nomeadamente do défice fiscal não-petrolífero – devido ao relaxamento trazido pelos financiamentos externos – sobretudo pela não redução atempada dos subsídios aos preços dos

²⁶ Serão feitas mais adiante – no capítulo que trata da inflação – referências concretas aos custos de intermediação económica que um pequeno empresário tem de suportar para poder lançar uma iniciativa de pequena dimensão. Naturalmente, que estes custos adicionais se têm de repercutir nos preços.

²⁷ Nas listas divulgadas em Março do corrente ano em Londres pela “*Transparência Internacional*” apareceram países como a Itália, a Grécia, os EUA e a Alemanha com índices elevados de corrupção. Trata-se, porém, duma corrupção que deixando mal os Governos desses países e as respectivas classes políticas, os seus efeitos não se repercutem directamente sobre os cidadãos. É precisamente este aspecto que diferencia a corrupção nos países mais pobres, em que a imensa maioria da população vive em situação de pobreza absoluta. Além do mais, a corrupção nos países desenvolvidos é, na maior parte dos casos, punida política e judicialmente.

²⁸ Este financiamento externo do défice aparece no Programa do Governo como a melhor contrapartida ao seu financiamento monetário interno. A estratégia pode estar correcta para o curto prazo, mas a médio prazo a política mais certa é a de reduzir o défice orçamental, melhorar a qualidade dos investimentos públicos e promover a produtividade administrativa.

derivados de petróleo e de outras utilidades como a electricidade e a água²⁹.

Sobre os **factores estruturais internos** algumas breves notas são necessárias, para ressaltar o quanto há a fazer para encarrilhar o país na modernidade e no desenvolvimento:

- a circulação de pessoas e bens não se tem feito em condições aceitáveis de custo, segurança e qualidade;
- as débeis infraestruturas de transporte e de circuitos de abastecimento encarecem os custos de produção e distribuição e contribuem para o aumento da especulação dos preços (por insuficiência de oferta em algumas regiões do país);
- as redes de fornecimento de água e electricidade não garantem constância do abastecimento, adiando, assim, soluções mais estratégicas e tecnologicamente mais poderosas das empresas;
- a produtividade perdura como uma das maiores dificuldades estruturais da economia angolana. A sua abordagem exige estratégias transversais que abarquem a formação profissional permanente, a educação ao serviço da economia, o sistema de saúde preventivo e de garantia de prestação dos cuidados primários (com resultados sobre a redução do absentismo e o aumento das horas de trabalho), a renovação tecnológica e organizacional das empresas, o fomento da concorrência, etc.;
- a estrutura dualista da economia é outro dos fortes “*handicaps*” económicos de Angola e que limitará sempre a integração económica interna, mesmo que se venham a registar algumas alterações no relacionamento entre os sectores de enclave e o resto da economia.

3.- SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

3.1. INTRODUÇÃO

Após um período, relativamente longo, de uma política monetária acomodatória e subordinada aos factores de expansão de liquidez - com destaque para o financiamento directo e indirecto dos défices fiscais – a política monetária, em 2003, tornou-se mais activa e restritiva, jogando um papel determinante para o processo de estabilização macroeconómica. Para o efeito, foram realizadas alterações regulamentares pelo BNA à política monetária, fundamentalmente no que refere ao funcionamento dos instrumentos monetários e cambiais de controlo da liquidez.

De entre os resultados atingidos pela política monetária em 2003, destacam-se o maior controlo na expansão dos agregados monetários e, conseqüentemente, a desaceleração da inflação anual para dois dígitos (76,6%) e a contenção da depreciação nominal da moeda nacional face ao dólar americano para 34,8%, cerca de 49 pontos percentuais menos que em 2002. Contudo, estes avanços, embora positivos e bastante encorajadores, situaram-se abaixo das expectativas governamentais, nomeadamente quanto à taxa de inflação anual.

O controlo estrito da expansão da liquidez deveu-se ao uso mais intensivo e eficiente dos instrumentos directos e indirectos de controlo deste agregado, dos quais se

²⁹ Segundo estimativas feitas a partir do IPC, a inflação dos bens transaccionáveis, que até beneficiou da política de resguardo do valor da moeda nacional face ao dólar, foi bem superior à registada pelos bens não transaccionáveis. O comportamento dos preços do mercado interno de bens não transaccionáveis tem sido fortemente influenciado pelas despesas públicas em salários, bens e serviços e transferências para a economia.

destacam as intervenções nos mercados cambial e monetário – com destaque para os Títulos do Tesouro Nacional - e a limitação da liquidez do sistema bancário pela extensão da base de incidência e da taxa retenção das reservas obrigatórias. Contribuíram igualmente para o controlo da expansão monetária a adopção de uma série de medidas liberatórias no domínio cambial e monetário, da supervisão do sistema bancário pelo BNA e das reformas fiscais pelo MINFIN.

Por outro lado, a coordenação entre as políticas monetária e fiscal buscando o equilíbrio entre as execuções orçamentais e a esterilização da liquidez para o controlo do crescimento da base monetária, constituiriam, igualmente, elemento importante para a relativa estabilidade conseguida, mantendo-se contudo a subordinação da política monetária às execuções fiscais, mas agora com um cariz de acomodação concertada.

Constituíram pontos vulneráveis da estabilização, a forte desmobilização de reservas internacionais do Banco Central e o aumento dos encargos financeiros e da dívida externa, sendo, de resto, este aspecto o mais crucial para a sua sustentabilidade.

3.2. A POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária continuou em 2003 a ter como objectivo principal, a desaceleração da inflação e a estabilidade da moeda nacional. Para o efeito, o Banco Central assumiu uma postura austera, procurando levar a cabo uma política monetária restrita e activa fundamental para o alcance das metas macroeconómicas do Governo, através do uso mais eficiente dos seus instrumentos directos e indirectos para o controlo da liquidez.

O crescimento da base monetária foi definida como a meta operacional da política monetária, enquanto que a programação monetária e o monitoramento estrito dos factores de expansão da base monetária constituíram o instrumento de gestão da autoridade monetária.

Para prossecução do seu objectivo de política, o Banco Central começou por adoptar em Fevereiro de 2003 um conjunto de medidas restritivas no âmbito monetário e cambial, das quais de destacam:

- A extensão da base de incidência das reservas obrigatórias aos depósitos à ordem em moeda estrangeira, a elevação e uniformização do seu rácio e a recolha em moeda nacional das reservas obrigatórias dos depósitos em moeda estrangeira;
- A alteração do limite de posição cambial mensal dos bancos, passando a ser determinado com base nos fundos próprios e cujo valor foi fixado em 20% dos seus fundos próprios, calculados mensalmente e sujeitos a acompanhamento diário;
- O controlo e a restrição de acesso às divisas, limitando as suas vendas para as operações de mercadorias, de invisíveis e de capitais estabelecidas, sendo proibida a venda de divisas para crédito em contas em moeda estrangeira;
- O novo regime de operações cambiais para o sector mineiro;
- A alteração dos mecanismos de funcionalidade do mercado monetário;
- A definição do regime de transferência de dividendos para o investidor estrangeiro.

Contudo, estas medidas revelaram-se insuficientes para conter a expansão de liquidez, levando a autoridade monetária a ajustá-las no terceiro trimestre do ano transacto.

O novo conjunto de medidas adoptadas pelo Banco Central tornou mais restrita a política monetária e mais liberatória a política cambial, sendo de destacar:

- A expansão da base das reservas obrigatórias para os depósitos a prazo;
- A liberalização da venda de até US\$ 5.000,00 aos residentes singulares sem necessidade de apresentação de provas de embarque;
- O mecanismo de esterilização ex-ante dos fluxos de moeda estrangeira provenientes das receitas do sector petrolífero, através da sua venda pelos bancos no mercado cambial secundário;
- Mudanças na metodologia de determinação da taxa de câmbio de referência e dos leilões de divisas pelo Banco Central;
- A venda de divisas aos importadores através do mecanismo relativo a recursos vinculados às operações de importação de mercadorias;
- A negociação de Bilhetes do Tesouro (BT) no mercado monetário;
- A redução do capital mínimo para abertura de casas de câmbio, de US\$ 100.000,00 para US\$ 50.000,00, de entre outras.

As intervenções do Banco Central no mercado cambial, através de sessões não presenciais de leilões de divisas e, no mercado monetário, com a negociação de Títulos do Banco Central (TBC) e Bilhetes do Tesouro, foram intensificadas em 2003, constituindo os instrumentos fundamentais da política monetária levada a cabo pelo Banco Central. São, ainda, de salientar, as reservas obrigatórias fixadas inicialmente em 10% e posteriormente estendidas para 15%, o total dos depósitos à ordem e a prazo em moeda nacional e estrangeira, que contribuíram para reduzir as disponibilidades de liquidez do sistema bancário, diminuindo, assim, a pressão sobre a procura de cambiais pelos bancos e sobre a taxa de câmbio. A par destes instrumentos, a taxa de redesconto, que se manteve inalterada em 150%, foi outro dos instrumentos ao dispor do Banco Central.

A introdução em Outubro, pelo Tesouro Nacional, de Bilhetes de Tesouro em face de necessidades de tesouraria constituiu um marco para a dinamização do mercado monetário ainda incipiente e embrionário, como do mesmo modo o foi, a instituição de mecanismos para o financiamento não inflacionário do défice público.

Por outro lado, a emissão Especial de Obrigações do Tesouro para o saneamento das dívidas contraídas pelo Tesouro junto de fornecedores nacionais por meio de créditos indirectos, constituiu um passo adiante para a credibilidade do Tesouro Nacional e das reformas económicas em curso.

A estreita coordenação entre as políticas monetária e fiscal conseguida em 2003, com o objectivo de esterilizar ex-ante a expansão monetária induzida pelas execuções orçamentais através das intervenções nos mercados monetário e cambial, garantiram um maior controlo sobre o crescimento da base monetária. De uma subordinação estrita à política orçamental, a política monetária passou a ser concertada entre o BNA e o MINFIN.

Ainda como resultado de um melhor entendimento institucional, o Tesouro Nacional procedeu à liquidação de alguns créditos ao BNA, quer sobre a forma de pagamento

directo, como pela titularização de parte da dívida, contribuindo, desta forma, para melhoria das reservas internacionais e das contas do BNA.

Em resumo, a política monetária foi mais activa que nos anos precedentes, reconhecendo-se o enorme esforço feito com vista à estabilização, tendo tido como resultado mais evidente a continuidade da desaceleração da inflação e da depreciação cambial em cerca de 30 e 49 pontos percentuais, respectivamente, em relação ao ano anterior. Todavia, os desvios em relação a algumas das metas relevam a necessidade do seguimento de uma actuação enérgica do Banco Central e de alguns ajustamentos à actual política monetária, com vista a uma melhor eficácia dos instrumentos.

3.3. A POLÍTICA CAMBIAL

A exemplo dos anos anteriores, a política cambial constituiu o alicerce fundamental para o processo de estabilização macroeconómica. A desaceleração da inflação e da depreciação cambial e a convergência entre os mercados oficial e paralelo de divisas foram conseguidos, fundamentalmente, com a intensificação das intervenções no mercado cambial, à custa da perda de reservas pelo Banco Central.

Inicialmente a política cambial foi marcada pela imposição de fortes restrições ao livre acesso às divisas pelos agentes económicos, limitando o seu acesso às importações de mercadorias e às operações de invisíveis de acordo com a legislação em vigor.

No terceiro trimestre, a política monetária tornou-se menos restritiva, com a liberalização da venda de cambiais aos residentes singulares até US\$ 5.000,00. Por outro lado, foram, no mesmo período, regulamentados os mecanismos de esterilização ex-ante dos fluxos de moeda estrangeira provenientes das receitas petrolíferas, alterada a metodologia de determinação da taxa de câmbio de referência³⁰, adoptado o método holandês nos Leilões de divisas, instituída a venda de divisas aos importadores através do mecanismo relativo a recursos vinculados a operações de importação de mercadorias e reduzido o capital mínimo para abertura de casas de câmbio.

A adopção destas medidas, conjugadas com o maior controlo monetário, revelaram-se importantes para reverter o processo de depreciação constante da moeda nacional, induzida pelo regime anterior, levando a apreciação nominal da taxa de câmbio por três meses consecutivos no final de 2003 .

Por outro lado, a melhor coordenação de políticas entre o MINFIN e o BNA e a redefinição do novo regime de operações cambiais do sector mineiro, contribuíram para concentração dos recursos externos do país.

3.4. O MERCADO CAMBIAL E AS TAXAS DE CÂMBIO

As intervenções do BNA no mercado cambial primário, através de leilões de divisas, continuaram a constituir em 2003, o principal instrumento de enxugamento de liquidez utilizado pelo Banco Central.

A venda de divisas pelo BNA no mercado primário ascendeu a US\$ 2.139,72 milhões, contra um total de compras aos bancos comerciais de US\$ 86,31 milhões. Em resumo, as vendas líquidas de divisas neste segmento de mercado foram de US\$ 2.053,4 milhões, isto é, US\$ 613,6 milhões mais do que em 2002, o que contribuiu para um enxugamento da base monetária de cerca de Kz 149.419,89 milhões, tendo, por

³⁰ Passando esta a reflectir apenas, as transações do mercado primário.

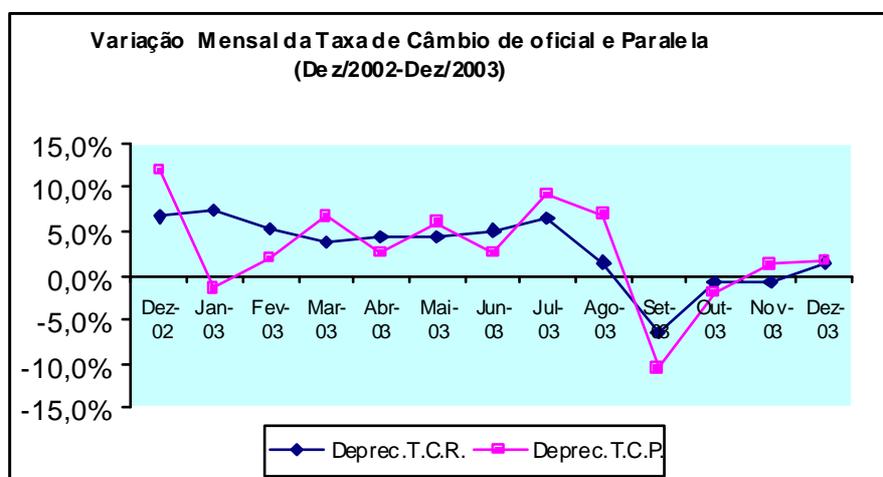
contrapartida, provocado uma forte desmobilização de reservas internacionais pelo Banco Central, fragilizando, substancialmente, a sua posição externa³¹.

Intervenção Líquida do BNA no Mercado Cambial Primário e Variação da Taxa de Câmbio

Anos	Venda líquida de divisas pelo BNA no MCP (Em milhões de USD)	Variação Nominal		Variação Real	
		Taxa de câmbio de Referência	Taxa de câmbio Informal	Taxa de câmbio de Referência	Taxa de câmbio Informal
2000	408,3	201,9%	214,6%	-18,7%	-12,6%
2001	997,1	90,0%	90,0%	-9,9%	-9,6%
2002	1439,8	83,6%	90,5%	-7,4%	-8,2%
2003	2.053,36	34,8%	25,2%	-20,4%	-22,6%

No início do ano, parte da procura por cambiais foi travada com a adopção do pacote monetário e cambial publicado pelo BNA em Fevereiro, que provocou um forte enxugamento de liquidez, levando o BNA a experimentar alguma dificuldade de utilização deste instrumento para conter a expansão monetária induzida pela execução da despesa pública, ou seja, de utilização do mecanismo a esterilização ex-ante, levando-o a liberalizar a venda de cambiais até US\$ 5.000,00 aos residentes singulares em Agosto.

O acima referido, conjugado com a entrada em vigor dos novos mecanismos de realização dos leilões e de determinação da taxa de câmbio, o aumento da oferta de divisas pelo Banco Central no mercado cambial primário e a adopção das demais medidas para a contenção da expansão monetária, levou a apreciação nominal da taxa de câmbio nos mercados oficial e paralelo e a desaceleração da sua depreciação anual.



Em Setembro a taxa de câmbio de referência apreciou-se cerca de 6,42% e em Outubro e Novembro cerca de 0,82%. A taxa de câmbio informal conheceu um comportamento idêntico, apreciando-se em cerca de 10,5% e 1,9% nos meses de Setembro e Outubro. Em consequência, a depreciação nominal acumulada da taxa de

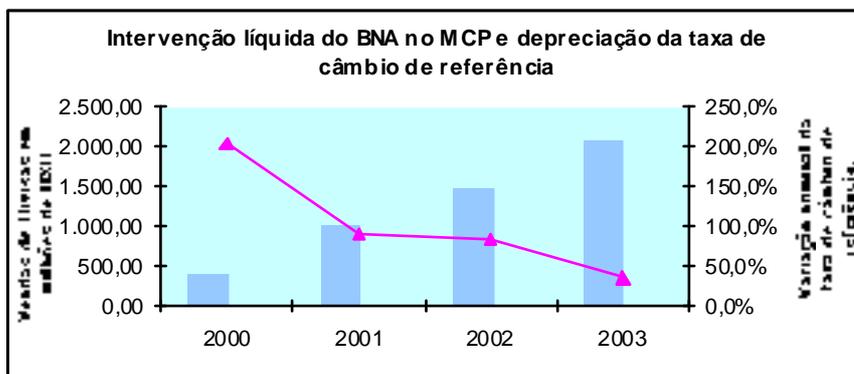
³¹ De resto, já na Introdução deste Relatório se fazia alusão aos diferentes modelos de desinflação e à preferência do FMI pelo denominado MBS. O custo de oportunidade associado à estratégia utilizada pelas autoridades monetárias nacionais foi a diminuição das reservas líquidas sobre o exterior, o incremento da dívida externa, o agravamento das condições de obtenção de financiamentos externos, o aumento do risco-país e a não atracção do investimento directo estrangeiro. Tudo aspectos e dissabores a merecerem um estudo aturado e acurado na política económica para 2004 e 2005, sendo certo que, por vezes, se torna difícil conciliar resultados igualmente desejáveis: estabilidade cambial, recuperação da confiança na moeda nacional e nível adequado de reservas líquidas sobre o exterior.

câmbio de referência que era de cerca de 44,4% em Agosto foi reduzida para 34,8% em Dezembro de 2003, representando uma desaceleração de cerca de 48,8 pontos percentuais, relativamente a depreciação de 83,6% em 2002.

No mercado informal esta contracção foi superior, isto é, de 38,4% em Agosto de 2003, a depreciação nominal acumulada passou para 25,2% em Dezembro, representando uma desaceleração de 65,3 pontos percentuais, relativamente à depreciação de 90,5% de 2002.

Para além da desaceleração acentuada da depreciação cambial, a política cambial conseguiu reduzir o diferencial entre as taxas de câmbio nos mercados oficial e paralelo de 13,6% em 2002 para 5,6% em 2003 e contribuiu para a redução do volume de transacções realizadas no mercado paralelo, tornando-o marginal, em consequência do crescimento das transacções realizadas no mercado cambial oficial secundário³².

O gráfico abaixo permite observar que as intervenções líquidas do BNA no mercado cambial com vista ao enxugamento da liquidez, tem resultado na desaceleração da depreciação da moeda nacional.



Em termos reais, a apreciação da taxa de câmbio foi intensificada em 2003 em ambos os mercados. De uma apreciação de 7,4% e 8,2% respectivamente nos mercados formal e informal em 2002, esta passou a 20,4% e 22,6% em 2003. As alterações introduzidas nas políticas monetária e cambial no segundo semestre, atenuaram o processo de apreciação real, considerando que a variação dos preços desacelerou em função do maior controlo monetário, embora a sua adopção se tenha revelado tardia para reverter a situação.

A forte apreciação real da taxa de câmbio sugere uma injeção de divisas para a estabilização dos preços superior às necessidades do mercado, concluindo-se que, para além da expansão monetária, existem constrangimentos do lado da oferta de bens e serviços que contribuem para a instabilidade dos preços³³.

A apreciação real da taxa de câmbio favorece as importações e induz a subida dos preços dos bens transaccionáveis e não transaccionáveis, devido ao aumento da procura, induzido pelo aumento do rendimento disponível. Apesar dos benefícios de curto prazo, esta política não é recomendável a longo prazo, sob pena da perda de competitividade e coacção do desenvolvimento dos sectores de exportação não

³² Conforme já salientado anteriormente, este foi outro dos resultados positivos da estratégia de desinflação da economia, isto é, o comando da política monetária voltou a ser exercido pelo Banco Central.

³³ Esta conclusão é importante, porquanto reconhece, duma forma clara, a necessidade de intervenção da esfera real da economia na desaceleração da inflação.

tradicionais. Esta situação só não será constrangedora para a economia, se os recursos adicionais, provenientes dos sectores tradicionais de exportação (petróleo e diamantes), forem canalizados para os outros sectores produtivos, garantindo o aumento da oferta futura.

3.5. O MERCADO MONETÁRIO E AS TAXAS DE JURO

Reconhecendo a importância do Mercado Monetário para a gestão da liquidez, através da realização de operações do tipo "open market", o Banco Central introduziu, em Fevereiro de 2003, alterações à regulamentação da emissão e circulação dos Títulos do Banco Central (TBC), passando o BNA a intervir no mercado, absorvendo e cedendo liquidez através da compra e venda de títulos. Os leilões de TBC passaram a ser de quantidades, deixando a determinação dos preços a cargo dos bancos e foram canceladas a emissão de TBC de 14 dias de maturidade.

Por outro lado, com a emissão, pelo MINFIN, de Títulos de Dívida Pública Directa, isto é, Obrigações do Tesouro (OT) para o pagamento de dívidas em Julho e Bilhetes do Tesouro (BT) em Outubro para o suprimento de necessidade de tesouraria no segundo semestre, conseguiu-se um aumento de instrumentos financeiros disponíveis para a realização de Operações de Mercado Aberto. Com a emissão dos BT de 91 e 182 dias, as emissões de títulos foram restritas a estes no final do ano e foram limitadas as emissões de TBC de 28 e 63 dias. Assim, no decurso de 2003, foram emitidos cerca de US\$ 380,2 milhões, de Obrigações do Tesouro, equivalentes a Kz 30.466,6 milhões para o saneamento de dívidas, que incluíram, US\$ 75,2 milhões e US\$ 30 milhões, respectivamente, para a formalização de obrigações ao BNA e FDES.

Contudo, a emissão de TBC continuaram a constituir o instrumento financeiro preferencialmente negociado no mercado, tendo a sua emissão atingido Kz 41.537 milhões, dos quais 23,4% a 28 dias, 26,7% a 63 dias, 28% a 91 dias e 21,8% a 182 dias, contribuindo para o enxugamento de base monetária em cerca de Kz.6.423,79 milhões. Isto significa dizer que a emissão de TBC superou a emissão do ano transacto em cerca de 18,4%, enquanto que os encargos com a sua remuneração de Kz 5.003,4 milhões foram superiores em 60,2% ao ano de 2002.

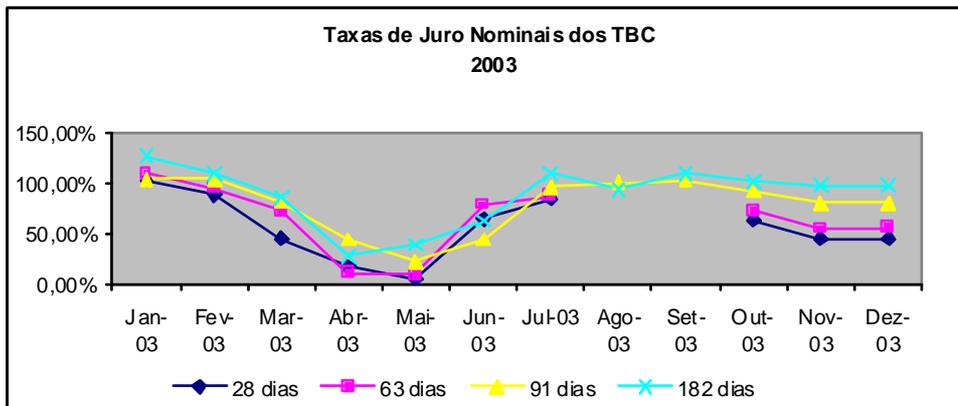
O novo mecanismo de realização de leilões de TBC, conjugada com a desaceleração da inflação, levaram a que as taxas de juro dos TBC passassem a ser positivas em termos reais durante o segundo semestre de 2003, contribuindo para o aumento da procura de TBC no mercado primário e o florir do mercado secundário, que apesar de ainda rudimentar, conheceu algum dinamismo, isto é, de 12,3% de TBC emitidos pelo BNA e repassados ao público em Dezembro de 2002, estes elevaram-se para 23,5% em Dezembro de 2003, ou seja para um stock de Kz 2.361,63 milhões de títulos.

Taxas de Juro

As taxas de juro dos TBC conheceram em 2003 fortes oscilações. Decresceram acentuadamente entre Fevereiro e Maio, devido ao aumento da procura pelos bancos e que passaram a determinar o preço dos títulos com a instituição do leilão de quantidades.

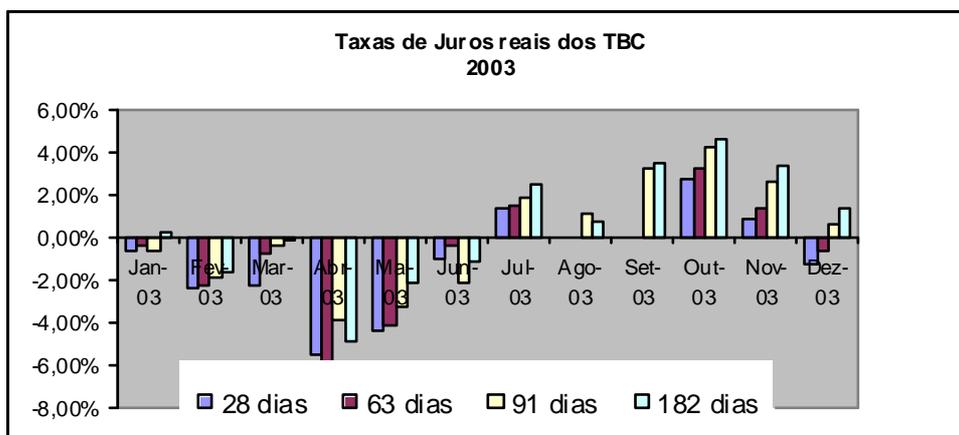
De 103,7% ao ano, a taxa de juro dos títulos do Banco Central (TBC) de 28 dias reduziu-se até 6,5% em Maio, enquanto que, a taxa de juro dos TBC de 63 dias passaram de 110,4% para 10,1% no mesmo período e a taxa de juro dos TBC de 91 dias e 182 dias decresceu de 105,3% e 127% para 22,9% e 40,2%, respectivamente.

A partir de Junho, as alterações regulamentares da política monetária e cambial limitaram a procura de TBC e a elevação das taxas de juro no segundo semestre de 2003. Em Dezembro os TBC de 28 dias foram remunerados à taxa de juro de 45,8%



ao ano, os de 63 dias a 56,1%, os de 91 dias a 81,3% e os de 182 dias a 98%.

A subida destas taxas de juro conjugada com a desaceleração das taxas de inflação no segundo semestre, tornaram positivas em termos reais as taxas de juros dos TBC a partir de Julho para todas as maturidades transaccionadas, contribuindo para uma maior procura por TBC pelo público, já anteriormente destacada.



As taxas de juro para as operações de crédito não foram alteradas em 2003, continuando a vigorar as mesmas taxas de redesconto estabelecidas em Agosto de 2000, isto é, para o crédito de tesouraria às instituições financeiras foram praticadas as taxas de juro anuais de 150%, 152% e 154% para as faixas A, B e C e para o crédito caucionado, a taxa de 150%.

As taxas de juros nominais activas e passivas praticadas pelo sistema bancário mantiveram-se voláteis em 2003, denotando-se, contudo, uma tendência de redução no segundo semestre em resposta da desaceleração da inflação e da estabilidade da moeda.

Para além da distinção entre as operações em moeda nacional e estrangeira, o sistema distingue as taxas de juro activas, entre crédito ao sector empresarial e crédito a particulares. As taxas juro nominais para o crédito ao sector empresarial, em moeda nacional, caíram 6,25 pontos percentuais para os créditos até 180 dias, cerca de 36,3 pontos percentuais para o crédito de 181 dias a um ano e 27,15 pontos percentuais

para o crédito de mais de um ano de maturidade. Estas fixaram-se em Dezembro de 2003, em 93,4%, 68,8% e 75,7% respectivamente.

Para os particulares ocorreu o inverso, as taxas de juro nominais para os créditos elevaram-se em 2003 à excepção da taxa juro de 181 dias a um ano, que decresceu 6,63 pontos percentuais. As taxas de juro de crédito a particulares de até 180 dias reduziram-se em cerca de 21,81 pontos percentuais e de mais de um ano, em 9,68 pontos percentuais, fixando-se em 103,44% e 92,96% ao ano, respectivamente. As taxas juros mais elevadas para os créditos a particulares devem-se ao facto de tratar-se, fundamentalmente, de crédito ao consumo.

As taxas de juro passivas nominais dos depósitos denominados em moeda nacional, decresceram para todas as maturidades, isto é, 14,3 e 31,65 pontos percentuais para os depósitos de até 90 dias, e de 91 a 180 dias respectivamente, fixando-se, em Dezembro de 2003 em 26,7% e 28% ao ano. Para os depósitos de mais de um ano a taxa de juro fixou-se em 27,1% ao ano. Os depósitos à ordem mantiveram as taxas de remuneração em cerca de 10% ao ano.

Considerando o valor da taxa de inflação anual, depreende-se que as poupanças em moeda nacional geraram rendimentos reais negativos, situando-se abaixo da inflação, enquanto que a maioria dos crédito foram liquidados a taxas reais positivas.

A maioria das operações em moeda estrangeira, quer activas, como passivas, viram reduzir as suas taxas de juro – ainda que numa proporção reduzida - reflectindo o desenvolvimento internacional e a contracção da procura devido à valorização da moeda nacional.

Para os créditos ao sector empresarial de curto e longo prazo em moeda estrangeira, isto é, até 180 dias e de mais de um ano, as respectivas taxas de juro médias ponderadas reduziram-se em menos de um ponto percentual, fixando-se em Dezembro em 9,04% e 10,12% ao ano, respectivamente. A maior variação ocorreu nos créditos ao sector empresarial de 181 dias a um ano, de cerca de 2 pontos percentuais, situando-se a taxa de juro no final do em 8,74% ao ano. As operações de crédito aos particulares tiveram um comportamento inverso, ao elevarem-se para 9,61% ao ano em Dezembro de 2003, contra 8,93% ao ano em 2002.

As taxas de juro nominais dos depósitos em moeda estrangeira contraíram-se em menos de um ponto percentual, passando os depósitos a serem remunerados em Dezembro de 2003 a taxas médias ponderadas de 0,91% ao ano para os depósitos à ordem, 1,05% ao ano para os depósitos até 90 dias, 0,57% ao ano para os depósitos com prazos de 91 a 180 dias e 1,56% ao ano para aplicações de mais de um ano. A análise real revela que a exemplo das transacções em moeda nacional, os créditos foram reembolsados a taxas reais positivas, enquanto que os depósitos a taxas reais negativas.

3.6. EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

A avaliação da evolução dos agregados monetários comparativamente ao ano anterior e as projecções da Programação Monetária³⁴ permite concluir por uma desaceleração do seu crescimento em 2003 e um desvio, embora pouco acentuado, em relação ao programado.

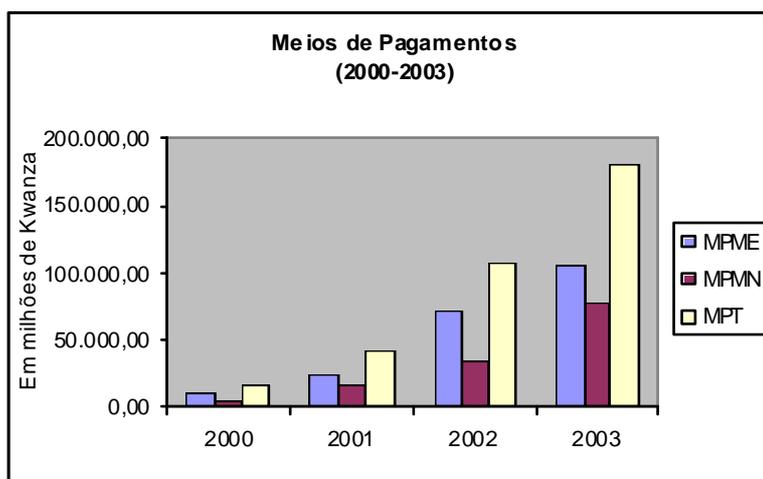
³⁴ Sendo a Programação Monetária um exercício dinâmico, as avaliações são feitas em relação a última Programação Monetária datada de Agosto de 2003.

Os meios de pagamento no sentido mais lato (M3), no total de Kz 181.073,26 milhões em Dezembro de 2003, cresceram em termos nominais 68,2%, contra 158,7% em 2002, salientando uma forte tendência de desaceleração do seu crescimento. Em termos médios, o M3 expandiu-se cerca de 4,4% ao mês, tendo em termos trimestrais o segundo trimestre registado a maior expansão de cerca de 34,7%, contrastando com uma contracção de 1,5% no primeiro trimestre, em função do pacote monetário restritivo imposto no período.

O crescimento nominal do M3 foi de cerca de 1,7 pontos percentuais superior ao programado, o que explica o desvio da inflação em relação à meta. Contudo, quando comparados à inflação anual, os meios de pagamento tiveram uma variação negativa em 2003, isto é, uma variação real negativa, o que “*de per se*”, foi positivo.

Das componentes do M3 há a salientar as expansões nominais de 263,8% dos outros Instrumentos Financeiros (TBC), na posse do público, passando a representar, em Dezembro de 2003, 1,3% do M3, contra 0,6% em Dezembro de 2002.

Os depósitos em moeda nacional, à ordem e a prazo, registaram igualmente fortes crescimentos nominais, isto é, cerca de 212,0% e 103,5% respectivamente, elevando a sua participação no M3 de 10,3% e 1,8% em Dezembro de 2002 para 19,2% e 2,4% em Dezembro de 2003 e tendo provocado uma expansão maior dos componentes em moeda nacional dos meios de pagamento em cerca de 121% em relação às componentes em moeda estrangeira, que foi tão somente de 43,3%.



O acima referido é explicado pela relativa estabilidade da moeda nacional, que chegou a apreciar-se em termos nominais entre Setembro e Novembro, reduzindo a procura por cambiais e o refúgio nas poupanças em moeda estrangeira, elevando a procura em aplicações em moeda nacional que geraram rendimentos reais positivos a partir do segundo semestre de 2003.

A expansão nominal de 72,8% das notas e moedas em poder do público, não obstante muito inferior a de 2002 (154,1%), manteve o peso de cerca de 19% no M3, o que revela a ainda forte apetência do público por moeda manual - o que de certa forma é explicado pelo débil funcionamento e abrangência do Sistema de Pagamentos Automáticos e do sistema financeiro em geral - e um elevado volume de transações monetárias fora do circuito bancário.

A base monetária cresceu em termos nominais 75,8%, isto é, 42 pontos percentuais menos do que em 2002 (117,8%). Em termos médios, a base monetária registou

crecimentos mensais de cerca de 4,8%, com uma forte contracção de 14,9% no primeiro trimestre e uma forte expansão de 47,5% no terceiro trimestre. O crescimento da base monetária deveu-se, fundamentalmente, à expansão dos depósitos em moeda nacional das instituições financeiras em cerca de 133,1%, explicada pelas alterações introduzidas no regime das reservas obrigatórias, com a expansão da base de incidência e da taxa de captação.

Contudo, os depósitos dos bancos em moeda estrangeira no Banco Central, por força da nova legislação dos fundos próprios, registaram uma contracção de 100%, e as notas e moedas em circulação escrituraram um crescimento nominal de 72,8%, isto é, 12,2 pontos percentuais superior ao de 2002.

A reserva monetária, por força da forte expansão nominal dos TBC de 127%, averbou um crescimento mais acentuado do que a base monetária, de 82,7%, sendo, no entanto, inferior em 26,6 pontos percentuais ao ocorrido em 2002. A reserva monetária apresentou um crescimento real positivo, contrariamente à base monetária que, quando comparada com a inflação, teve um crescimento real negativo em 2003.

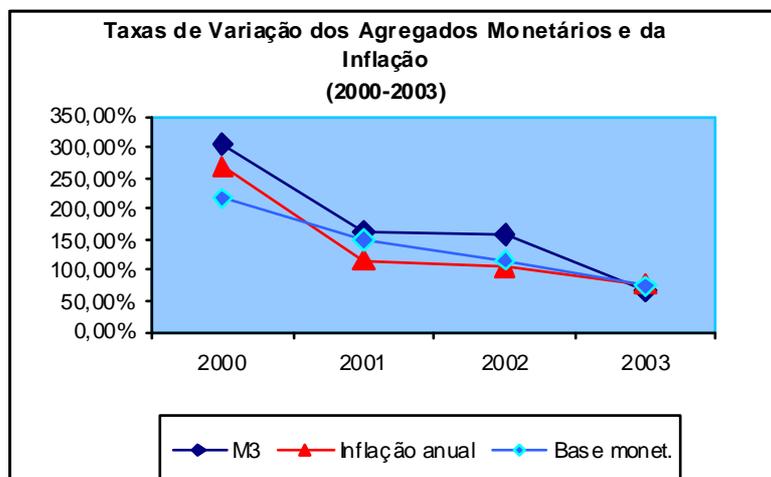
Agregados Monetários

(Em milhões de Kz)

	Dez-00	Dez-01	Dez-02	Mar-03	Jun-03	Set-03	Dez-03	Variac. anual
Meios de Pagamento M3	15.840,41	41.613,23	107.632,66	105.973,66	142.722,07	154.300,55	181.073,26	68,2%
Variacão	303,7%	162,7%	158,7%	-1,5%	34,7%	8,1%	17,4%	
Meios de Pagamento M2	15.840,41	41.291,94	106.983,43	105.210,13	142.539,68	151.818,34	178.711,63	67,0%
Variacão	303,7%	160,7%	159,1%	-1,7%	35,5%	6,5%	17,7%	
Moeda M1	13.308,18	30.119,64	69.440,05	52.584,87	70.674,09	94.698,98	127.795,17	84,0%
Variacão	336,0%	126,3%	130,5%	-24,3%	34,4%	34,0%	34,9%	
Notas e moedas em poder público	2.968,63	8.215,30	20.878,51	14.587,88	16.150,75	20.771,19	35.410,67	69,6%
Notas e moedas em circulação	3.456,64	9.715,57	23.497,17	17.496,98	20.481,07	25.948,06	40.595,52	72,8%
-Caixa nos bancos comerciais	-488,02	-1.500,27	-2.618,66	-2.909,10	-4.330,32	-5.176,87	-5.184,85	98,0%
Depósitos à ordem - MN	2.130,33	7.383,46	11.123,94	11.347,34	28.267,57	29.577,29	34.706,56	212,0%
Depósitos à ordem - ME	8.209,22	14.520,88	37.437,60	26.649,66	26.255,77	44.350,50	57.677,94	54,1%
Quase-moeda	2.532,23	11.172,31	37.543,38	52.625,25	71.865,59	57.119,35	50.916,46	35,6%
Variacão	190,8%	341,2%	236,0%	40,2%	36,6%	-20,5%	-10,9%	
Depósitos a prazo - MN	45,38	863,25	1.899,97	2.725,12	4.035,73	2.218,49	3.866,88	103,5%
Outras Obrigações - ME	1.179,78	2.987,28	7.509,48	6.009,09	5.083,41	6.252,99	7.750,97	3,2%
Depósitos a prazo - ME	1.307,07	7.321,78	28.133,92	43.891,04	62.746,45	48.647,87	39.298,61	39,7%
Outros Instrumentos Financeiros	0,00	321,29	649,23	763,54	182,39	2.482,21	2.361,63	263,8%
Reserva Monetária	6.446,43	18.531,11	38.789,44	35.935,26	50.124,45	58.383,44	70.870,73	82,7%
Variacão	226,1%	187,5%	109,3%	-7,4%	39,5%	16,5%	21,4%	
Base monetária	6.163,15	15.309,02	33.348,88	28.380,81	33.008,47	48.696,91	58.630,74	75,8%
Variacão	216,4%	148,4%	117,8%	-14,9%	16,3%	47,5%	20,4%	
% NMCirculação	53,6%	52,4%	60,6%	48,7%	40,9%	44,4%	57,3%	72,8%
% depósitos nos bancos MN	12,8%	24,7%	19,9%	29,8%	24,6%	38,6%	25,4%	133,1%
% depósitos nos bancos ME	12,8%	5,5%	5,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,0%	-100,0%
% TBCs	2,9%	17,8%	13,6%	20,5%	21,2%	16,2%	16,9%	127,0%

Em resumo, o gráfico abaixo permite concluir que a desaceleração da inflação está relacionada com o maior controlo da expansão da base monetária e consequentemente da liquidez na economia. Portanto e não obstante alguns desvios em relação às metas, a política monetária mais restritiva praticada em 2003 foi um importante instrumento de estabilização macroeconómica, muito embora careça de

maiores ajustamentos para que se minimizem os custos e se consolidem os benefícios.



3.7. A SÍNTESE MONETÁRIA

A expansão dos activos externos e internos em 2003, explicam o comportamento do M3 acima retratado e a sua avaliação permite perceber o grau de execução das demais metas monetárias projectadas na programação monetária.

O Banco Central melhorou em 2003 a sua posição de reservas internacionais, a despeito de se ter verificado uma intensa intervenção no mercado cambial. As reservas internacionais líquidas (RIL), ao situarem-se, em Dezembro de 2003, em US\$ 626,74 milhões, registaram uma acumulação de cerca de US\$ 303,04 milhões, contra uma perda de US\$ 207,5 milhões em 2002. A razão próxima para este comportamento encontra-se na subida do preço do petróleo bruto no mercado internacional e a forte entrada de financiamento externo ao Tesouro. Assim, a meta anual de acumulação das RIL, que era de cerca de US\$ 62 milhões, teve um desvio positivo significativo, denotando uma maior capacidade de absorção de divisas na economia e a subestimação do preço do barril de petróleo bruto nos mercados internacionais.

Contudo e apesar da melhoria da posição de reservas do Banco Central, o rácio de cobertura das importações pelas RIL de 1,3 meses em 2002, parece não ter melhorado em 2003, devido ao forte aumento estimado das importações³⁵ em 2003.

³⁵ As estimativas apontam para o crescimento das importações de mais de US\$1 bilhão, sendo a melhoria das RIL insuficiente.

Síntese Monetária

(Em milhões de Kz)

	Dez-00	Dez-01	Dez-02	Mar-03	Jun-03	Set-03	Dez-03	Var. anual
Activos Externos Líquidos	30.516,28	47.767,82	93.519,64	106.646,19	142.698,38	175.285,04	139.484,99	49,15%
Em milhões de US\$	1.814,52	1.495,11	1.594,09	1.554,13	1.817,48	2.211,70	1.763,81	10,65%
Reservas internacionais líquidas	17.473,91	16.960,01	18.990,01	30.745,65	51.894,28	78.181,86	49.563,15	161,00%
Em milhões de US\$	1.039,01	530,84	323,69	448,05	660,95	986,48	626,74	
<i>Variação (em US\$)</i>	<i>630,87</i>	<i>-508,17</i>	<i>-207,15</i>	<i>124,36</i>	<i>212,90</i>	<i>325,53</i>	<i>-359,74</i>	<i>303,04</i>
Activos externos líquidos dos bancos	13.941,07	32.312,46	77.847,13	80.576,96	95.782,14	102.277,31	94.441,35	21,32%
Em milhões de US\$	828,95	1.011,37	1.326,95	1.174,23	1.219,93	1.290,51	1.194,23	
<i>Variação (em US\$)</i>	<i>273,66</i>	<i>182,42</i>	<i>315,58</i>	<i>-152,71</i>	<i>45,70</i>	<i>70,58</i>	<i>-96,28</i>	<i>-132,72</i>
Activos internos líquidos	-14.675,87	-6.154,58	14.113,02	-672,53	23,68	-20.984,49	41.588,27	194,68%
Credito interno líquido	-13.525,73	-1.379,95	26.729,95	16.494,53	19.798,45	4.764,66	63.480,66	137,49%
Credito ao Governo Geral	-15.714,66	-9.452,68	2.055,81	-15.294,82	-18.250,31	-4.762,29	4.619,24	124,69%
Credito ao governo central (líqui.)	-15.724,68	-9.475,75	2.052,15	-15.637,86	-18.856,83	-4.375,78	3.736,88	82,10%
Credito a economia	2.188,93	8.072,74	24.674,14	31.789,35	38.048,75	48.526,95	58.861,42	138,56%
Em milhões de US\$	130,16	252,67	420,58	541,87	554,48	618,07	742,70	322,11
Outros Activos e Passivos	-1.150,14	-4.774,64	-12.616,93	-17.167,05	-19.774,76	-25.749,15	-21.892,39	73,52%
Meios de Pagamento M3	15.840,41	41.613,23	107.632,66	105.973,66	142.722,07	154.300,55	181.073,26	68,23%
Meios de Pagamento M2	15.840,41	41.291,94	106.983,43	105.210,13	142.539,68	151.818,34	178.711,63	67,05%
Moeda M1	60,14	30.119,64	69.440,05	52.584,87	70.674,09	94.698,98	127.795,17	84,04%
Quase-moeda	0,00	11.172,31	37.543,38	52.625,25	71.865,59	57.119,35	50.916,46	35,62%
Outros Instrumentos Financeiros	1,50	321,29	649,23	763,54	182,39	2.482,21	2.361,63	263,76%

Os bancos do sistema viram-se obrigados a desmobilizar os seus recursos no exterior para cumprimento da exigibilidade após a instituição do novo regime das reservas obrigatórias. Assim, contrariamente aos anos anteriores, os bancos perderam cerca de US\$ 132,7 milhões em 2003, tendo os seus activos externos decrescido cerca de 21,3%. Contribuíram igualmente para esta situação o maior controlo, pelo Banco Central, do cumprimento da posição cambial dos bancos estabelecida na nova regulamentação de fundos próprios.

Relativamente aos activos internos líquidos, há a salientar a forte expansão do crédito interno de 137,5% em 2003, tendo este passado de Kz 26.729,9 milhões em 2002 para Kz 4.619,2 milhões no ano transacto. Para tal evolução, contribuíram a expansão do Crédito Líquido do sistema financeiro ao Governo Geral (CLGG) em 124,7% - de Kz 2.055,8 milhões para Kz 4.619,2 milhões - e a expansão do crédito à economia de 138,6%, isto é, de Kz 24.674,4 milhões em 2002 para Kz 58.861,42 milhões em 2003.

A deterioração da posição do Governo no sistema financeiro, ocorreu junto do Banco Central, tendo a sua posição nos bancos comerciais sido superavitária. Assim, não obstante o Tesouro ter liquidado cerca de US\$ 110 milhões da dívida ao Banco Central, reduzindo o crédito bruto do BNA ao Governo Geral, a emissão de títulos de dívida pública pelo Tesouro Nacional para fazer face às suas necessidades de tesouraria no final do ano, elevou o crédito líquido ao Governo Geral. Esta situação foi agravada pela desmobilização forte dos depósitos do Governo no BNA para fazer face aos apertos da execução orçamental característicos dos finais de ano.

Como resultado da posição deficitária do Governo no BNA, a meta de expansão do crédito líquido ao Governo Geral (CLGG) pelo sistema financeiro foi ultrapassada, atingindo um défice de Kz 4.619,24 milhões, contra a posição superavitária de Kz 9.029,7 milhões programada.

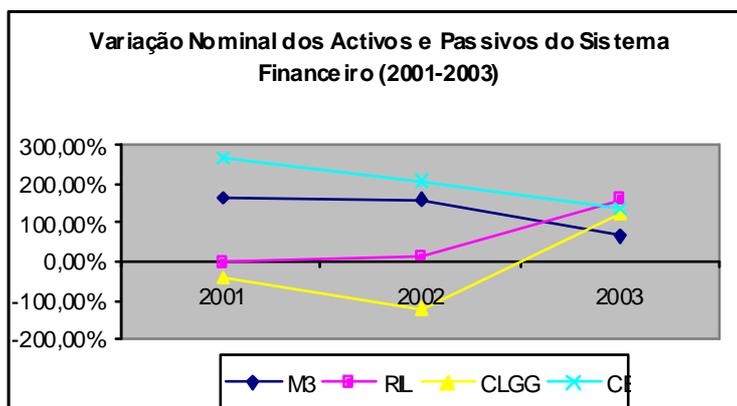
Contudo, há a salientar que cerca de 32% do crédito do BNA ao Governo em Dezembro de 2003, era crédito titulado e cerca de 68% de empréstimos directos e indirectos ao Tesouro, o que representa algum esforço das autoridades monetária e fiscal, no que toca à formalização das dívidas e ao financiamento não inflacionista do défice, considerando que em 2002 o crédito titulado ao Governo representou apenas 5%.

A forte expansão do crédito à economia de 138,6%, correspondente a US\$ 322,1 milhões, foi superior ao aumento de cerca de US\$ 167,9 milhões registado em 2002 e positivo em termos reais em cerca de 35,1%. Do total de crédito à economia, 97% foi concedido pelos bancos que viram a sua estrutura de denominação do crédito inverter-se em 2003. Com efeito, dum proporção de cerca de 40,7% de crédito denominado em moeda nacional em Dezembro de 2002, passou-se para uma posição de 53,4% do total do crédito em Dezembro de 2003, em detrimento da supremacia do crédito denominado em moeda estrangeira, de 59,3% para 46,6%.

No que refere à maturidade do crédito concedido pelos bancos, a preponderância cabe aos créditos de médio prazo, que em 2003 representaram 51,5% do total do crédito, contra 48,5% em 2002. Em relação à estrutura de crédito, os particulares têm sido os principais tomadores do crédito com cerca de 36% do total de crédito concedido, enquanto que, no sector empresarial privado da economia, a hegemonia cabe ao comércio, com cerca de 24%.

Como ilustra o gráfico, as RIL e o CLGG seguem a mesma tendência ao longo do período em análise, pelo facto de ambas as variáveis estarem directamente influenciadas pela entrada dos financiamentos externos ao Tesouro, enquanto que a variação do M3 e do crédito à economia, seguem a mesma tendência.

Conforme sublinhado, do lado dos passivos, o M3 registou uma expansão moderada relativamente ao ano anterior, de cerca de 68,2%, sendo esta expansão superior à meta definida na programação monetária anual de 66,6%. Da análise da evolução das suas componentes há a destacar a expansão nominal de 263,7% dos outros instrumentos financeiros, 84% da moeda induzida pela forte expansão dos depósitos à ordem em moeda nacional. A quase moeda expandiu-se apenas 35,6%.



3.8. O SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro angolano, constituído essencialmente por instituições bancárias, deu sinais de crescimento e de melhorias no que refere à sua modernização e ajustamentos da regulamentação aos padrões internacionais, mantendo-se, todavia,

embrionário no que refere à diversificação e especialização das instituições financeiras, à diferenciação dos serviços prestados e à extensão territorial.

A actividade bancária ficou marcada em 2003 pela alteração da regulamentação monetária e cambial - fundamentalmente no que diz respeito ao funcionamento dos mercados monetário e cambial e aos instrumentos de controlo da liquidez - pela reformulação da regulamentação no âmbito da supervisão cautelar baseada no risco - destacando-se as alterações às normas de adequação dos fundos próprios ao risco dos activos, os limites de posição cambial dos bancos e as normas relativas ao mercado manual de câmbio - e pela diminuição do montante de fundos próprios para abertura de Casas de Câmbio.

Em termos de modernização do sistema financeiro, há a destacar a modernização do sistema de pagamentos com a entrada em funcionamento do subsistema de pagamento MULTICA IXA, que abrange as operações de pagamento processadas através de cartões electrónicos válidos na rede de Caixas Automáticas e terminais de Pagamento Automático, bem como, a regulamentação de operacionalidade do subsistema de pagamentos dos Serviços de Compensação de Valores (SCV) que abrange a troca, compensação e liquidação definitiva de pagamentos efectuados através de instrumentos físicos de pagamento.

Outro dos desenvolvimentos do sistema financeiro em 2003 foi o aumento salutar da concorrência, com a abertura de mais uma instituição bancária e o licenciamento de outra, estendendo para onze o total de instituições bancárias que compõem o sistema financeiro, das quais uma especializada em microfinanças e outra em investimentos. Compõem igualmente o sistema financeiro angolano, o Banco Central, um fundo de desenvolvimento económico e social, três fundos de pensões e duas seguradoras e um número considerável de casas de câmbio. Entretanto, continuou, em 2003, a assistir-se a uma exagerada concentração geográfica da rede bancária (132 agências no final de 2003) na faixa litoral do país, que apresenta um maior desenvolvimento sócio económico.

A estrutura patrimonial dos bancos teve um crescimento real em 2003 de cerca de 34,6%, isto é, cerca de 20 pontos percentuais acima do crescimento do ano transacto, explicado essencialmente pela desaceleração da inflação em cerca de 30 pontos percentuais. As aplicações em Instituições de Crédito representou 32% do activo total e apesar de se manter preponderante, decresceu cerca de 11% em 2003, em benefício do crescimento do crédito a clientes, cuja representação elevou-se para 25% com um crescimento anual de 9%.

O principal negócio dos bancos continuou a assentar nas operações cambiais, apesar do notável crescimento da intermediação financeira em 2003, passando a representar 25% do activo do sistema bancário, o que representa um crescimento de 9 pontos percentuais em relação aos 19% do ano anterior. Do lado dos passivos, os depósitos, ao representarem 76% do total, constituíram a fonte tradicional de financiamento da actividade bancária, tendo crescido cerca de 66,4% em 2003.

O produto bancário cresceu cerca de 149% em 2003, essencialmente influenciado pela variação cambial dos activos, que em 2003 atingiu o volume de receitas líquidas de 10 bilhões, representando cerca de 112% do lucro bruto.

O capital mínimo dos bancos situou-se, em média, acima do mínimo regulamentar de US\$ 4 milhões e a estrutura dos fundos próprios proporcionou um rácio de solvabilidade consolidado de 18% (menos 3 pontos percentuais que 2002), acima dos níveis internacional de 8% e nacional de 10%. O perfil de risco está, essencialmente,

ligado ao crédito, traduzido na probabilidade de incumprimento pelos mutuários, o que representa constrangimentos à expansão do crédito.

Não obstante o franco desenvolvimento do sistema financeiro, este ressent-se da falta de instituições financeiras especializadas, nomeadamente, as instituições parabancárias e de serviços diferenciados, bem como, de um mercado de capitais, encontrando-se em curso a preparação da respectiva legislação.

4.- EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.- NÍVEL GERAL DE ACTIVIDADE

Assistiu-se, durante 2003, à continuação dos esforços do Governo para criar um ambiente propício ao crescimento económico sustentado. No entanto, permaneceram situações indesejáveis e incompatíveis com uma maior liberdade económica, de que se destaca a elevada percentagem dos gastos públicos no Produto Interno Bruto. Para além das consequências deletérias sobre a actividade económica que semelhante situação pode desencadear, afloram os sinais contraditórios que uma excessiva intervenção estatal transmite aos agentes económicos. A tendência que se vem registando desde há alguns anos quanto ao comportamento deste indicador é a da sua acentuação, sem que decorram resultados sustentados em termos de efeitos multiplicadores sobre o nível geral da actividade económica³⁶. Por isso é que o processo de reformas económicas e institucionais tem de ser aprofundado, tocando aspectos essenciais para a produtividade económica geral, tais como a qualidade das instituições, a educação e a formação profissional, as infraestruturas materiais, o ambiente empresarial e de investimento privado e os diferentes sistemas internos, como o judicial, o fiscal, o cultural e o social.

Conforme na Introdução deste Relatório se frisou, a construção do futuro – que deveria ter começado há bastante tempo – só verdadeiramente se encetou depois de alcançada a paz definitiva, de tal sorte que dois anos decorridos, as insuficiências, debilidades, desconfianças, assimetrias, etc., se mantêm.

E justamente ao nível da actividade económica, nada de novo verdadeiramente aconteceu de mudança estrutural, ou mesmo de sinais diferentes no sentido duma maior integração sectorial da economia nacional.

³⁶ O Orçamento Geral do Estado para 2004 contempla um montante global de gastos públicos da ordem dos 8,3 biliões de dólares – 52,8% do PIB previsto – com um montante de investimento público de cerca de 1,2 biliões de dólares (7,6% do PIB).

NÍVEL GERAL DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E ESTRUTURA SECTORIAL
(valores em mil USD correntes e em percentagem)

SECTORES	2001	2002	2003
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	726845,7 (8,2)	913669,1 (8,0)	1048148,1 (8,2)
Petróleo, gás e refinados	4562393,2 (51,2)	6151079,1 (53,8)	6154321,0 (48,3)
Diamantes e outros	548840,4 (6,2)	539568,3 (4,7)	579012,3 (4,5)
Indústria Transformadora	345146,7 (3,9)	422062,4 (3,7)	485185,2 (3,8)
Energia e água	3567,1 (0,0)	4796,2 (0,0)	4938,3 (0,0)
Construção e Obras Públicas	322094,1 (3,6)	392688,2 (3,4)	454321,0 (3,6)
Serviços Mercantis	1376287,4 (15,4)	1608971,2 (14,1)	1812345,7 (14,2)
Serviços não Mercantis	831198,5 (9,3)	1207009,6 (10,5)	1923856,8 (15,1)
PIB preços de mercado	8911379,4 (100,0)	11441247,0 (100,0)	12733333,3 (100,0)

FONTE: INE/MINPLAN – Contas Nacionais

NOTAS: a soma dos parciais não coincide com o total por se não terem considerado os impostos alfandegários.

Como é evidente, continuam ausentes tendências sustentadas de reestruturação da base económica nacional, atendendo a que o investimento não mineral continua a manter-se fraco em relação ao cômputo global das aplicações de capital – dominadas pelos investimentos estrangeiros no petróleo e nos diamantes – e, igualmente, quando cotejado com o nível geral da actividade económica³⁷.

Ainda tomando como referência as informações estatísticas do quadro anterior, verifica-se que:

- (a) se mantém inalterado o processo de desindustrialização do país, com uma participação percentual da indústria transformadora, em 2003, de 3,8% (tomando uma média correspondente à participação industrial na geração do valor adicionado nacional entre 1997 e 2003, o valor não ultrapassa os 4%, o que claramente indicia uma incapacidade estrutural de vencer as barreiras que se foram erguendo desde a independência e representadas por políticas macroeconómicas que acentuaram a apetência pela importação de bens civis e militares de consumo duradouro e não duradouro; foi-se incapaz de, à semelhança da economia de guerra no tempo colonial e de outras economias mais recentemente abaladas por conflitos militares prolongados, se ter posto a guerra ao serviço da economia);
- (b) permanece a irrelevância económica do sector da energia e água, que não tem conseguido ultrapassar cifras irrisórias de participação no PIB, não exercendo, portanto, o importante papel de infraestrutura económica indispensável para o arranque da economia;
- (c) se mantém inalterado o domínio dos sectores de enclave – 58,5% em 2002 e 52,8% em 2003. De resto, as oscilações que ao longo do tempo se registam na sua participação relativa, devem-se, exclusivamente, ao comportamento da procura mundial e dos preços internacionais do petróleo e dos diamantes. Conforme se tem

³⁷ Ver-se-á mais adiante que o investimento privado fora dos sectores de enclave representou tão somente 3,6% do PIB em 2003.

- sublinhado, permanecem invisíveis quaisquer sinais de alterações estruturais radicais e sustentadas na base económica nacional;
- (d) os serviços não mercantis – praticamente representados pela actividade do Estado – cresceram a sua importância relativa entre 2002 e 2003³⁸;
- (e) para além dos sectores de enclave, são os serviços mercantis – aonde se englobam o comércio, os transportes, as comunicações, a actividade bancária e seguradora, a hotelaria e a restauração – os outros pilares do crescimento económico.

Em conclusão, o crescimento económico – que será, mais adiante, expresso nas respectivas taxas anuais a preços constantes – tem dependido, quase exclusivamente, dos factores externos que condicionam o comportamento da economia mundial e de tendências aleatórias internas, que caracterizam os sectores do comércio e de outros serviços correlacionados, dependentes das importações e do poder de compra das classes mais abastadas.

Uma outra perspectiva de análise relaciona-se com a consideração do PIB a preços constantes. O ano-base adoptado pela Contabilidade Nacional é 1992, e os resultados seguintes estão, justamente, referidos a esse ano.

NÍVEL GERAL DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E ESTRUTURA SECTORIAL
(valores em milhões USD a preços constantes de 1992 e em percentagem)

SECTORES	2001	2002	2003
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	1370,1 (14,5)	1554,0 (14,6)	1735,5 (15,5)
Petróleo, gás e refinados	3758,5 (39,9)	4532,8 (42,5)	4433,7 (39,5)
Diamantes e outros	722,6 (7,7)	707,7 (6,6)	847,9 (7,6)
Indústria Transformadora	428,8 (4,5)	473,1 (4,4)	529,4 (4,7)
Energia e água	6,7 (0,01)	8,2 (0,01)	8,2 (0,01)
Construção e Obras Públicas	506,0 (5,4)	556,6 (5,2)	626,9 (5,6)
Serviços Mercantis	1608,3 (17,1)	1795,0 (16,8)	1972,1 (17,6)
Serviços não Mercantis	916,4 (9,7)	939,3 (8,8)	957,6 (8,5)
PIB preços de mercado	9428,0 (100,0)	10669,1 (100,0)	11227,1 (100,0)

FONTE: INE/MINPLAN – Contas Nacionais

NOTAS: a soma dos parciais não coincide com o total por se não terem considerado os impostos alfandegários.

A nota mais saliente relaciona-se com o imobiliário da estrutura económica nacional:

- os sectores estruturantes dum crescimento mais endógeno e configurantes duma maior integração sectorial e regional interna, mantiveram-se possuídos duma inércia doentia e que reforçou a sua incapacidade de melhorarem a respectiva contribuição relativa para a criação de valor interno;
- os sectores de enclave – que, por incapacidade dos restantes, moldaram, duma forma indelével, a exagerada dependência do exterior – continuam a ser os dominantes da estrutura económica.

³⁸ Os salários totais pagos pelo Estado em 2003 aos seus servidores civis, militares e para-militares ascendeu a 1670,6 milhões de dólares americanos, qualquer coisa como 13,1% do PIB e 139,2 milhões de dólares por mês.

A análise das dinâmicas de crescimento corrobora, em grande medida, as afirmações expendidas anteriormente.

**TAXAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO A PREÇOS DE 1992 E CONTRIBUIÇÕES SECTORIAIS
PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO**
(valores em percentagem)

SECTORES	2001	2002	2003
Agricultura, pecuária, silvi- Cultura e pesca	18,0 (2,3)	13,4 (2,0)	11,7 (1,7)
Petróleo, gás e refi nados	-1,0 (-0,4)	20,6 (8,2)	-2,2 (-0,9)
Diamantes e outros	19,5 (1,3)	-2,1 (-0,2)	19,8 (1,3)
Indústria Transformadora	9,8 (0,4)	10,3 (0,5)	11,9 (0,5)
Energia e água	10,0 (0,01)	21,3 (0,02)	0,2 (0,0)
Construção e Obras Públicas	8,5 (0,4)	10,0 (0,5)	12,6 (0,7)
Serviços Mercantis	6,0 (1,0)	11,6 (2,0)	9,9 (1,7)
Serviços não Mercantis	1,0 (0,1)	2,5 (0,2)	1,9 (0,2)
PIB preços de mercado	5,2	13,3	5,2

FONTE: INE/MINPLAN – Contas Nacionais

NOTAS: a soma dos parciais não coincide com o total por se não terem considerado os impostos alfandegários.

Como notas mais salientes apontam-se:

- a elevada correlação entre o crescimento económico do país e a dinâmica de evolução da economia mineral, o que equivale a considerar que é forte o grau de dependência da actividade interna do comportamento dos mercados internacionais de crude e diamantes (preço e procura mundiais);
- a maior contribuição – autenticando uma realidade conhecida – da economia mineral ao crescimento económico interno: em 2002 com 8,1% (60,5% da taxa global de crescimento do PIB) e em 2003 com 0,38% (7,3% da taxa global). Quer dizer: quando a economia mineral não cresce nada mais se movimenta, valendo lembrar que para que a economia angolana gere uma dinâmica sustentada de crescimento – capaz de romper com o círculo vicioso da pobreza e do desemprego – não pode crescer anualmente menos do que 12,5% durante 10 anos e nos sectores não minerais.

Assim, pode concluir-se que o essencial da dinâmica de crescimento económico do país fica indexado às exportações de petróleo e de diamantes, cujo comportamento real – expresso em quantidades – se encontra plasmado no quadro seguinte:

EXPORTAÇÕES DOS SECTORES DE ENCLAVE

	1999	2000	2001	2002	2003
Produção de petróleo (mil barris)	272378	273183	270309	326377	319248
Exportação de petróleo (mil barris)	253600	256100	255200	311477	302440
Exportação/produção de petróleo(%)	93,1	93,7	94,4	95,4	94,7
PPDOL/barril	17,4	27,1	22,7	24,2	28,2
Valor das exportações de petróleo	4412640,0	6940310,0	5793040,0	7537743,4	8528808,0
Produção de diamantes (mil quilates)	3731,7	4348,9	5158,9	5047,3	6063,0
Exportação de diamantes(mil quilates)	3731,7	4348,9	5158,9	5047,3	6063,0
PDDOL/quilate	164,7	170,0	133,5	127,7	130,0
Valor das exportações de diamantes	614611,0	739313,0	688713,2	644540,2	788190,0
Valor de outras exportações(café, etc.)	130272,5	240796,2	64817,5	81822,8	93170,0
Valor das exportações totais	5157523,5	7920419,2	6546570,7	8264106,4	9410168,0
Exportações/PIB(%)	83,9	84,6	73,5	72,2	73,9
PIB	6054689,7	9165693,4	8911379,4	11441247,0	12733333,3

FONTES: INE/MINPLAN – Contas Nacionais; MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS E SONANGOL; MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS.

Constatações:

- a economia angolana deve ser das economias mais abertas do mundo: o rácio médio das exportações em rela o ao PIB foi de 77,6% no período abarcado no quadro;
- as exportações de petróleo e diamantes representaram, em média no período, 98,4% das exportações totais, o que ilustra os limites duma estratégia nacional de desenvolvimento ancorada num modelo de completa abertura ao exterior, sujeito às oscilações dos preços e da procura mundial e   falta de competitividade interna³⁹;
- se   certo que as receitas que o sector extractivo puro proporciona são fundamentais para o financiamento da economia, deve, no entanto, ser sublinhada a necessidade essencial de os restantes sectores ganharem maior peso relativo, justificada, não apenas, pelos efeitos positivos duma altera o estrutural radical em matéria de cria o de empregos, como, também, em termos de diversifica o da oferta interna e das exportações.

6.- COMPONENTES DA DESPESA

Como se sabe, a Contabilidade Nacional de Angola não aborda os agregados económicos senão na óptica da oferta, sendo, por conseguinte, omissa em rela o aos componentes da procura total.

As considerações subsequentes baseiam-se numa estimativa – mais discutível em rela o a determinados elementos do que a outros – das variáveis que d o corpo ao lado da procura da economia nacional.

³⁹ Por isso mais atrás se manifestava profunda preocupa o pelos mais recentes anúncios de levar a extrac o de petróleo e diamantes a outras províncias de manifesta voca o agrícola. O que se tem de levar ao interior profundo do país   desenvolvimento, melhoria das condi es de vida das popula es e actividades económicas que preservem o ambiente e valorizem a pessoa humana.

DESPESA NACIONAL
(Preços de mercado e em mil dólares americanos)

VARIÁVEIS	2000	2001	2002	2003
Produto Interno Bruto	9165693,4	8911379,4	11441247,0	12733333,3
Consumo Público	3157800,0	2922000,0	3527700,0	3924700,0
Consumo Privado	3141974,2	3884208,7	4050340,6	4247064,1
Investimento público	298300,0	320800,0	372200,0	802300,0
Investimento estrangeiro	1808100,0	3074400,0	3444700,0	3859601,3
Investimento privado nacional	-	124800,0	260200,0	458200,0
Investimento total	2106400,0	3520000,0	4077100,0	5120101,3
Exportações de bens e serviços	7920419,2	6546570,7	8264106,4	9410168,0
Importações de bens e serviços	7160900,0	7961400,0	8478000,0	9968700,0

FONTES: INE (Contas Nacionais), BNA-DEE(Balança de Pagamentos), Ministérios dos Petróleos e da Geologia e Minas.

As exportações de bens e serviços – das quais os serviços são mínimos e o petróleo é máximo – têm evoluído a uma cadência regular – conforme se irá identificar no capítulo que aborda a Balança de Pagamentos – expressa por uma taxa média de crescimento no período considerado de, aproximadamente, 5,9%, enquanto que as importações de bens e serviços apresentam um ritmo de crescimento bem superior e da ordem dos 11,5%. Naturalmente que a consequência imediata dimanante deste acentuado diferencial entre o crescimento percentual destas duas componentes da Balança de Pagamentos é a deterioração da Balança de Transacções Correntes, que se julga ter acontecido em 2003. No entanto, há uma contrapartida positiva para o consumo privado face à já quase estruturalizada incapacidade da oferta interna satisfazer as solicitações em bens finais da despesa das famílias. As alterações introduzidas na Pauta Aduaneira – ainda que se não consiga saber se o resultado não será de soma nula – poderão induzir um aumento ainda maior das importações de certo tipo de bens de consumo final, que só poderá ser contrariado por alguma restrição da política cambial.

De assinalar a alteração profunda no comportamento do investimento público, que entre 2002 e 2003 mais do que duplicou (acréscimo de 115,6%), provavelmente a atestar a preocupação do Governo quanto à urgente recuperação das infraestruturas físicas, sem as quais a retoma do crescimento económico demorará mais tempo. Anote-se que entre 2000 e 2002, esta componente da despesa nacional tinha aumentado tão somente 24,8%, a que correspondeu uma taxa de variação média anual de pouco mais de 11,7%. Apesar de relevante esta mudança de comportamento numa variável essencial para o crescimento económico, no entanto, algumas reservas se levantam:

- a primeira, quanto à capacidade financeira do país suportar ritmos de crescimento sustentados e semelhantes ao registado no período considerado no investimento público;
- a segunda, sobre a qualidade dos investimentos públicos – muitas vezes mais vale investir menos, mas garantindo-se, através da qualidade dos projectos, maiores efeitos multiplicadores sobre a economia e os sectores sociais, do que investir muito e sem critério;
- e, finalmente, no que se refere à capacidade interna de absorção de tão vultosos investimentos.

A gestão dos investimentos públicos é um domínio da política económica do Governo de enorme sensibilidade política, uma vez que tem de se situar entre a eficiência económica e a utilidade social dos projectos de infraestruturas.

O investimento estrangeiro tem sido o principal factor de crescimento da economia mineral, tendo, em média, representado 83,3% do investimento total no período compreendido entre 2000 e 2003, com um mínimo de 75,4% neste último ano, justamente devido à preponderância assumida pelo investimento público.

Quanto ao investimento privado nacional, registou-se, em 2003, um significativo incremento, tendo quase duplicado o seu valor. Não obstante este comportamento interessante, a iniciativa privada angolana ainda se defronta com dificuldades diversas que explicam que esta componente do investimento total não representasse mais do que 5,7% no período considerado. Os resultados do Barómetro de Conjuntura do 2º trimestre de 2004 do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola revelam um aumento da confiança empresarial privada na retoma da economia nacional, mesmo apesar de continuarem a ser apontados estrangulamentos institucionais que o Governo tem de prestar muito maior atenção se, de facto, pretende que os agentes económicos assumam as suas responsabilidades económicas.

ALGUNS INDICADORES DA DESPESA NACIONAL
(%)

INDICADORES	2000	2001	2002	2003
Investimento público/PIB	3,3	3,6	3,3	6,3
Investimento estrangeiro/PIB	19,7	34,5	30,1	30,3
Investimento privado nacional/PIB	-	1,4	2,3	3,6
Investimento total/PIB	23,0	39,5	35,6	40,2
Exportações/PIB	86,4	73,5	72,2	73,9
Importações/PIB	78,1	89,3	74,1	78,3
Expor+Impor/PIB	164,5	162,8	146,3	152,2
Consumo Público/PIB	34,5	32,8	30,8	30,8
Consumo Privado/PIB	34,3	43,6	35,4	33,4

O que vale a pena destacar do quadro anterior é o peso relativo das exportações na actividade económica nacional – um valor médio de 76,5% - o que as transformam no principal factor de crescimento em Angola, com todas as consequências derivantes: se a procura e os preços internacionais apresentarem um comportamento ascendentes, os reflexos internos serão positivos, caso contrário, instala-se a crise. Trata-se, evidentemente, duma situação extrema e indesejável, em que, afinal, os centros de decisão se encontram no exterior, fora do controlo da política económica interna. Indesejável, sobretudo, porque as exportações se concentram (98%) em apenas dois produtos, estando, por conseguinte, este padrão de comércio externo mais sujeito às incertezas e riscos do mercado mundial.

Deve, igualmente, destacar-se a elevada dependência das importações – em média 80% do PIB no período considerado – como consequência natural das políticas macroeconómicas seguidas até há um tempo atrás, da desestruturação da economia não mineral – o peso relativo dos serviços, fretes, transportes, etc., é elevado nas importações totais -, da desindustrialização e da fraca competitividade interna.

Em conclusão, a economia angolana deve ser das mais abertas do mundo, com um coeficiente médio de exposição ao exterior de 156% do PIB.

7.- BALANÇA DE PAGAMENTOS

7.1- INTRODUÇÃO:

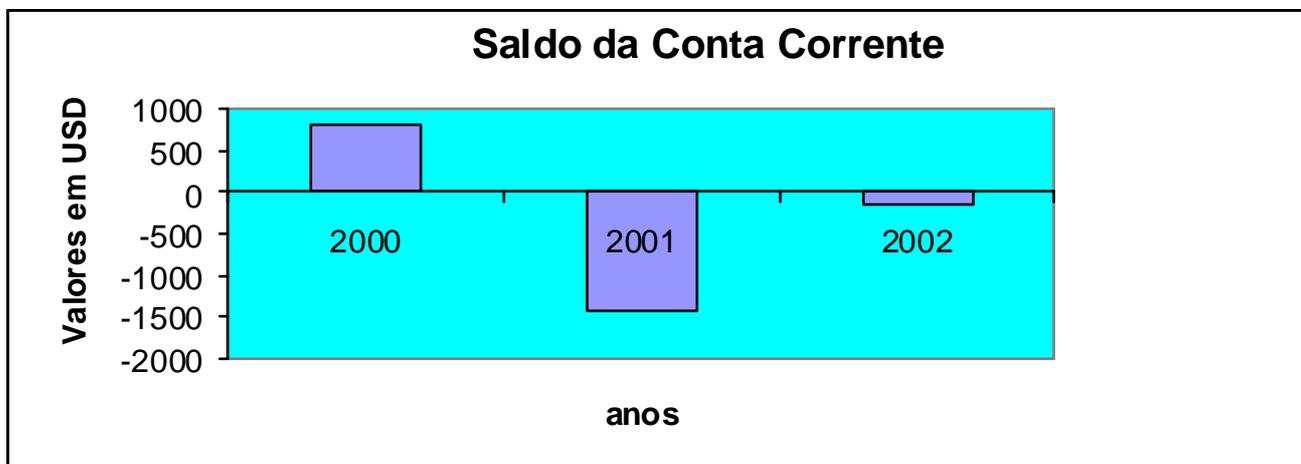
A Balança de Pagamentos reflecte o conjunto de transações económicas e financeiras realizadas por um país com o resto do mundo, designadamente, as relações económicas e financeiras realizadas num determinado período normalmente um ano entre residentes de uma economia com residentes de outras economias e como tal, a Balança de Pagamentos de Angola, reflecte também as relações entre o nosso país e o resto do mundo.

Após excepcionais prestações verificadas em 2000, devido a forte subida do preço do petróleo bruto no mercado internacional, a Balança de Pagamentos de Angola voltou a evidenciar durante os dois últimos anos algumas debilidades nomeadamente a perda das reservas cambiais e acumulação líquida de atrasados da dívida externa.

Entretanto apesar destes factos desfavoráveis, foi verificada uma pequena melhoria na balança de pagamentos de 2002, patente particularmente na redução do défice global da Balança de Pagamentos cujo valor global foi de US\$ 778,3 milhões contra US\$ 842,2 milhões em 2001, ou seja um decréscimo bruto de US\$ 64,1 milhões.

7.2.- CONTA CORRENTE :

Durante o período em análise, a Conta Corrente encerrou o exercício económico com um défice de US\$ 150,2 milhões representando cerca de 1,4 % do Produto Interno Bruto, uma melhoria se confrontado com o défice verificado em 2001, cujo saldo foi de US\$ 1427.1, tendo representado cerca de 14% do Produto Interno Bruto.



O gráfico acima mostra-nos claramente qual foi o comportamento do saldo da Conta Corrente no ano de 2002, e as oscilações verificadas nos últimos anos.

Para a melhoria da Conta Corrente da Balança de Pagamentos do ano de 2002, contribuíram significativamente, o superávit da Balança Comercial, o menor decréscimo da Conta de Serviços e Rendimentos a queda significativa da Balança de Transferências Unilaterais, causada fundamentalmente, pela diminuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), quando comparado aos anos antecedentes.

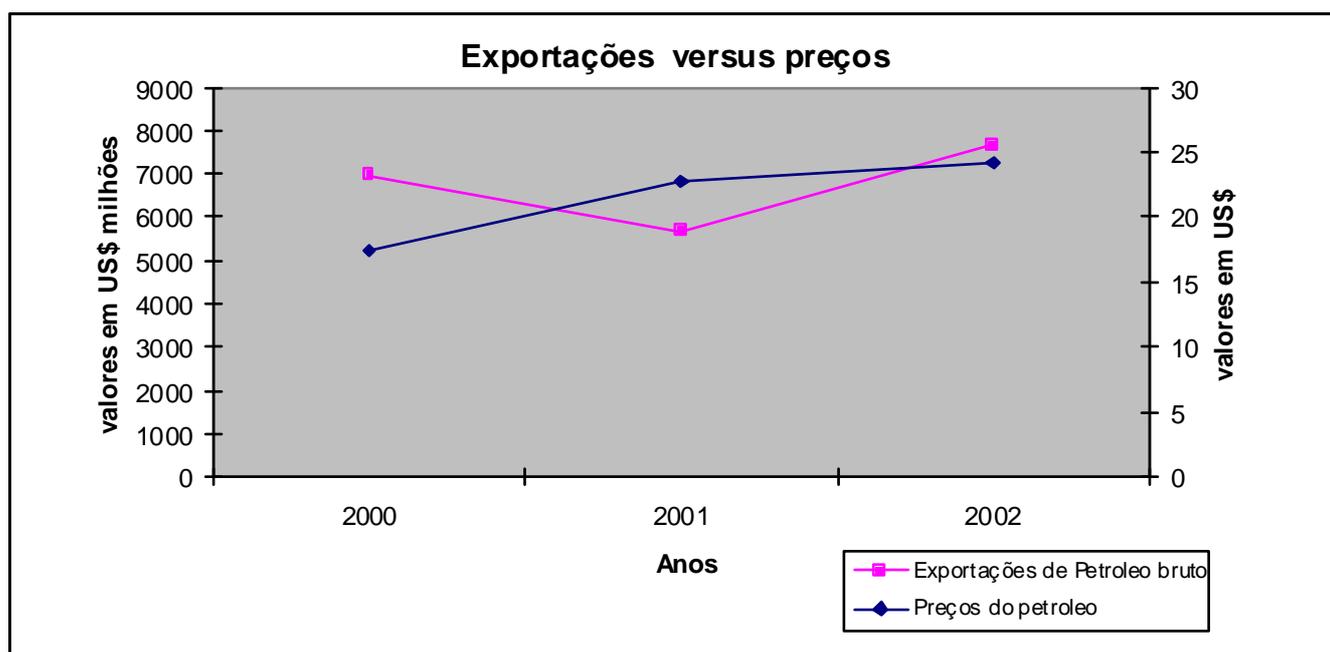
7.2.1. – Balança comercial

O superávit da Balança Comercial atingiu US\$ 4567.7 milhões, em 2002 contra US\$ 3355.1 milhões em 2001. As exportações somaram US\$ 8327.8 milhões um

crescimento de 27.4% comparativamente ao ano anterior, e as importações situaram-se em US\$ 3,760.1 milhões uma expansão de 18.3%.

Para este excedente contribuiu o crescimento do volume dos principais produtos de exportação de Angola designadamente: petróleo bruto e diamantes, ao contrário do que se pode conferir do ano anterior, cujo excedente foi causado principalmente, pelo elevado preço do barril petróleo bruto, no mercado internacional.

Os preços do petróleo bruto e de diamantes têm verdadeiramente um efeito muito considerável no volume de receitas e, conseqüentemente nos principais indicadores de equilíbrio externo de Angola, dada a dependência da sua economia, as receitas provenientes destes dois principais produtos de exportação.



Como pode verificar-se no gráfico acima, nos anos de 2000 e 2001 foi de facto demonstrativo a correlação directa existente entre os preços do petróleo bruto no mercado internacional e o crescimento das receitas de exportação, embora no ano de 2002 este factor não tenha sido muito relevante, já que o preço situou-se num patamar mais ou menos igual ao do ano anterior, o que comprova de facto que a subida das receitas de exportações deveu-se ao aumento do volume de quantidades exportadas de petróleo bruto.

O excedente da Balança Comercial representou no ano de 2002 cerca de 43,9% do Produto Interno Bruto contra 37,6% verificado no ano anterior. Esta melhoria do excedente da Balança Comercial em relação ao PIB pode ser atestada devido aos factores acima referenciados, nomeadamente, ao aumento das quantidades de minerais exportados e também a uma substancial melhoria verificada no crescimento e, na diversificação da produção agro-alimentar interna, que teve já um impacto positivamente moderado nas importações de bens de consumo.

7.2.1.1-Exportações

A semelhança do que ocorreu em anos anteriores, as exportações de Angola mantiveram no período em análise um comportamento constante, continuando a destacar-se o petróleo bruto e os diamantes como nos indica quadro a seguir:

USD-milhões

Rubrica	2000	2001	2002
Exportações totais	7921	6534	8328
Das quais			
Petróleo Bruto	6951	5690	7539
Diamantes	739	689	638
Outros ¹	231	155	151

Fonte: BNA-DEE/BP

Notas: (1) Inclui refinados e LNG

Como se pode verificar no gráfico abaixo e no cômputo geral das exportações, o petróleo bruto, continua a manter o primeiro lugar, participando com uma média percentual de cerca de 90%, seguindo-se os diamantes com uma média de 8%, concluindo-se deste modo que a economia de Angola continua ainda muito dependente destes dois principais produtos. Assim sendo, uma alteração nos preços destes produtos terá inevitavelmente um impacto no saldo da Balança Comercial e consequentemente no saldo global da Conta Corrente.



7.2.1.2 - Importações

A semelhança das exportações, as importações apresentaram também um crescimento relativamente ao ano anterior, passando de US\$ 3179.2 milhões em 2001 para US\$ 3760.1 milhões em 2002 com uma expansão de 18,3% como consequência do aumento do investimento estrangeiro e do aumento da importação de imputes directos para o relançamento da produção interna, nos sectores agrícola, de materiais de construção e industrial.

Por outro lado as medidas de liberalização cambial não foram todavia suficientes para incentivar a produção interna, verificando-se ainda uma forte dependência ao comércio externo, expressamente a importação de bens de consumo necessários para cobrir o défice alimentar em Angola.

Classificação económica das importações
US\$ - Milhões

Anos	2000	2001	2002
Bens de Consumo Corrente	1950.1	2173.5	2192.5
Bens de Consumo Intermédio	245.4	303.9	437.0
Bens de Capital	843.9	701.7	1130.6

Fonte: BNA-DEE/BP

No período em referência continua a ter um grande peso no volume total das importações os bens de consumo corrente representando 58% do total das importações o que evidencia ainda uma fraca produção agrícola e industrial interna e uma forte dependência alimentar do País face ao exterior, causado pelo estrangulamento verificado no tecido empresarial angolano devido ainda as consequências do prolongado conflito interno.

7.2.1- Balança de Serviços e Rendimentos

Apesar das melhorias verificadas na Balança Comercial durante o período em análise continua persistente o défice da Balança de Serviços e Rendimentos, característica dos países em vias de desenvolvimento. Assim os défices desta conta em relação ao Produto Interno Bruto foram de 18,6% em 2001 e de 54,3% em 2002, apesar de uma queda menos acentuada no corrente ano, comparativamente ao ano precedente.

US\$ -milhões

Rubrica	2000	2001	2002
Saldo da Balança de Serviços e Rendimentos	-4113.1	-4876.6	-4749.9
Crédito de Serviços	301.7	225.5	224.5
Débito de Serviços entre as quais inclui:	4,414.8	5,102.1	4,974.4
Juros	596.7	539.0	452.7
Lucros e dividendos	928.6	927.1	1,076.3
Transportes e Viagens	440.0	454.0	496.2

Fonte: BNA-DEE/BP

Para este défice contribuíram:

- ◆ O crescimento dos lucros e dividendos do sector petrolífero, comparativamente ao ano transacto, com um crescimento de 16.0% passando de US\$ 927.1 milhões em 2001 para US\$ 1,076.3 milhões em 2002, causado principalmente por uma recuperação mais acentuada do investimento directo estrangeiro no sector petrolífero devido ao aumento do volume de exportações .
- ◆ O decréscimo na liquidação dos juros da dívida externa que foram de US\$ 452.7 milhões em 2002, contra US\$ 539 milhões em 2001 uma diminuição de 16.1% comparativamente ao ano anterior incluindo os juros de mora.
- ◆ Em 2002 ao contrário do que se passou no ano anterior houve um aumento nos gastos com transportes e viagens, que passaram de US\$ 454 milhões em 2001, para US\$ 496.2 milhões em 2002, em consequência do aumento do frete com o transporte de mercadorias importadas.

- ◆ Continua a influenciar negativamente no saldo desta Balança os encargos com a assistência técnica sobretudo os encargos com os serviços de pesquisa e perfuração dos poços petrolíferos, os encargos com a reabilitação de infraestruturas administrativas e a manutenção das representações diplomáticas no exterior do País.

Quanto aos créditos desta Balança continuaram a manter um comportamento estacionário durante o período em análise, sendo entretanto válido referir que não tem sido aproveitado o potencial existente nesta área, nomeadamente uma política de estado mas forte no sector dos transportes marítimos de bens e particularmente de petróleo bruto, um aumento das receitas com comissões e royalties no sector de serviços petrolíferos e de pescas, bem como um investimento mais forte no sector de seguros e resseguros.

Balança de Transferências Unilaterais.

Esta Balança reflecte fundamentalmente a crédito as doações recebidas e a débito as remessas de trabalhadores estrangeiros. Esta balança apresenta por natureza saldos positivos ao longo do período, apesar de uma queda significativa em 2002, tendo passado de US\$ 94,4 milhões em 2001 para US\$ 32,0 milhões em 2002 uma queda de 66,1% respectivamente.

Verificamos com alguma apreensão que o Governo de Angola continua a fazer os esforços de estabilização social e de reabilitação de infraestruturas, de realojamento e de redução da pobreza, maioritariamente com recursos próprios e com o fraco apoio da comunidade internacional.

III- Balança de capitais de médio e longo prazos

O ano de 2002 no contexto externo não foi muito favorável, com efeito os primeiros meses deste ano foram influenciados negativamente pelas consequências dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001.

Em 2002 a economia internacional caracterizou-se por um crescimento muito tímido traduzido num crescimento do Produto Interno Bruto no intervalo de 2,8%-a 3%. Estes factores como é obvio influenciaram também a economia Angolana, apesar de uma política económica governamental mais agressiva e mais eficaz no que tange a utilização dos instrumentos de estabilização monetária e cambial.

Em 2002, a Balança de Capitais de Médio e Longo Prazos apresentou um saldo positivo de US\$ 964.3 milhões, contra US\$ 1527 milhões 2001, uma queda de US\$ 562.7 milhões.

O saldo positivo verificado nesta balança resultou de uma entrada de capitais no montante de US\$ 2,777.5 milhões de novos desembolsos e de investimento directo respectivamente e de uma saída de capitais no montante de US\$ 1813.5 milhões, menos de US\$ 424.1 milhões que no ano anterior.

Ao contrário do ano anterior em 2002 não houve qualquer entrada de bónus proveniente de concessões de novas áreas de exploração petrolífera.

As amortizações de outros capitais de médio e longo prazos atingiram no ano em análise o montante de US\$ 1813.5 milhões. Deste montante, US\$ 113 milhões são relativos à amortização da dívida externa do sector petrolífero

Em 2002, a Balança de Capitais de Médio e Longo Prazos apresentou um saldo positivo de USD 964.3 milhões, menos positiva entretanto que em 2001 cujo saldo foi US\$ 1527 milhões.

No ano de 2002 o investimento directo estrangeiro líquido diminuiu em 23.4% comparativamente ao ano de 2001, devido, em parte, à inexistência do bónus do sector petrolífero, (US\$ 285 milhões 2001) e também em consequência da recessão económica verificada nos principais parceiros económicos de Angola. No entanto, o investimento directo estrangeiro é, ainda, muito elevado, devido, fundamentalmente, às aplicações de capital nos sectores petrolífero e diamantífero. É provável que esta tendência se mantenha no médio prazo, devido, por um lado, ao crescente interesse das multinacionais em investirem noutras áreas e, por outro, à mudança do centro de interesse económico, derivado do conflito permanente no oriente médio e sendo que o petróleo continuará a ser uma importante fonte de energia.

Não obstante, os resultados económicos deste forte investimento continuam a verificar-se no exterior e do ponto de vista social não se têm retirado dividendos concretos para, por exemplo, a redução da pobreza no país.

Ainda assim a estabilização da economia e a consequente criação de um ambiente macro-económico adequado ao investimento estrangeiro noutros sectores esta associado ao estabelecimento de legislação clara e transparente sobre a matéria, o respeito pela propriedade privada e o estabelecimento de incentivos de natureza micro-económica, que permitirão fomentar a exploração dos enormes recursos naturais do país, o que contribuiria para a redução do nível de desemprego e de pobreza da população angolana.

Capitais de Curto Prazo.

O significativo endividamento de Curto Prazo é consequência da crescente dificuldade que o país tem em obter créditos de Médio e Longo Prazos, nomeadamente créditos concessionais, em virtude do aumento dos atrasados da dívida externa, por dificuldades de cumprimento das nossas obrigações face ao exterior e também devido a falta de um programa com o Fundo Monetário Internacional que daria credibilidade ao programa do Governo e a possibilidade de obtenção de créditos mais concessionais.

Esta situação torna os financiamentos onerosos e de prazos relativamente curtos, promove a subida das taxas de juros, o aumento das comissões de agenciamento e das margens de risco e, consequentemente, o encarecimento das importações de mercadorias devido a estes encargos financeiros suplementares.

No período em análise, o saldo da conta de capitais de curto prazo teve um crescimento considerável tendo passado de US\$ - 577.2 milhões em 2001, para US\$ - 1742.9 milhões em 2001 em virtude de uma transferência de capitais de clientes da banca comercial, devido à uma retirada desenfreada de capitais causado por receios do congelamento de contas privadas em divisas por parte do Banco Nacional de Angola

Como se pode aferir, e pese embora o saldo da Conta de Capitais Médio e Longo Prazos tenha sido positivo, devido aos novos desembolsos e ao investimento directo estrangeiro, o mesmo não foi suficiente para cobrir o défice da Conta Corrente, tendo resultado num forte défice da Balança de Capitais(MLP e CP) e uma forte concentração do serviço da dívida externa de Curto Prazo diminuindo assim a

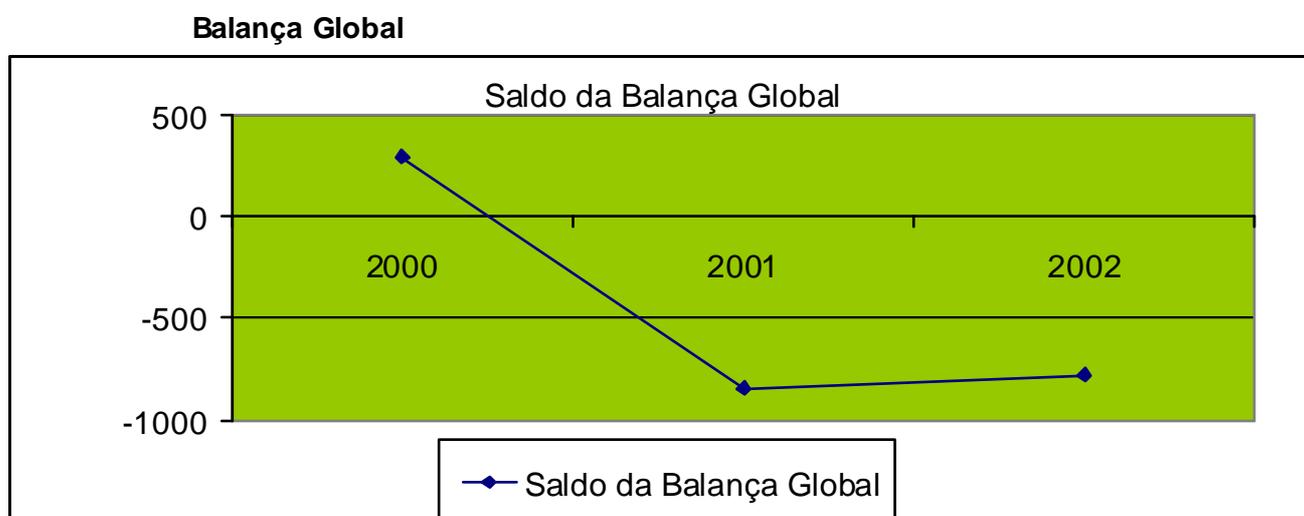
capacidade de obtenção de novos empréstimos mais concessionais e sem garantias reais .

Pode-se concluir que Angola continua a financiar o déficit da Balança de Pagamentos com a acumulação líquida de atrasados, o que faz diminuir a credibilidade do País junto à comunidade internacional.

ERROS E OMISSÕES

Os erros e omissões reflectem insuficiências e dificuldades na cobertura de todas as transacções para efeitos de registo e compilação das estatísticas de balança de pagamentos bem como uma parte considerável de fuga de capitais.

Deste modo os erros e omissões foram de US\$ 150.4 positivos em 2002, contra US\$ - 365.1 milhões em 2001.



Como se vê no gráfico o saldo da Balança Global teve durante os últimos três anos variações cíclicas muito diferentes, nomeadamente um superavit em 2000, e défices em 2001 e 2002 insustentáveis no longo prazo . O comportamento desta Balança reflecte claramente os desajustes do sector externo da economia angolana, a fraca poupança interna capaz de gerar os recursos necessários para o investimento público e privado.

E por outro lado, demonstra também as dificuldades, que o país tem em financiar a sua Conta Corrente, quer através de empréstimos concessionais, ou das agências não governamentais internacionais vocacionadas para Ajuda Pública ao Desenvolvimento , quer através das agências de financiamento internacional, por causa de factores como: a capacidade ociosa dos recursos naturais e também a pouca credibilidade na gestão dos recursos financeiros doados.

Os saldos da Balança Global foram financiados durante os últimos dois anos da forma que se segue:

Anos	2001	2002
Balança Global	-842.2	-778.3
Financiamento	- 842.2	- 7883
1- Variação de reservas (- aumento)	508.2	356.3
2- Atrasados da dívida		
Médio e longo prazos	294.4	379.5
Corrente	171.2	229.2
Mora	316.6	314.2
Curto Prazo	-145.4	- 85.0
Juros de Mora	-36.2	-
3-Reescalamento	159.4	150.3
	39.7	0.2

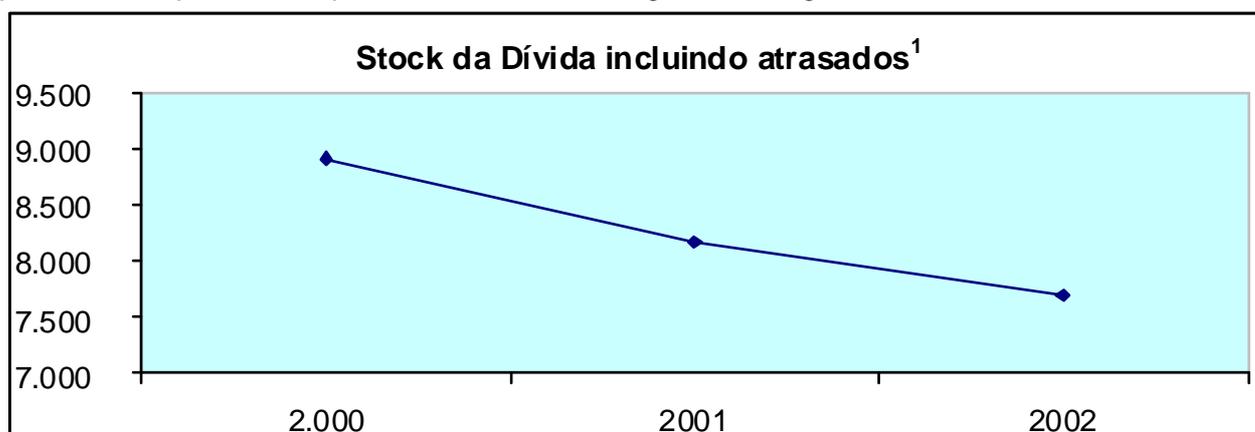
A Balança de Pagamentos no decorrer do período em análise foi como pode ver –se no quadro acima através financiado por: perda de reservas internacionais líquidas do Banco Central e um aumento de atrasados da dívida.

A semelhança do que ocorreu m 2001, em 2002, houve uma perda significativa das reservas internacionais liquidas do País no valor de US\$ 356.3 milhões, sendo que as reservas internacionais brutas no final de 2002 cobriam apenas 1,3 mês de importações de bens e serviços factoriais, significando um decréscimo comparativamente ao ano anterior, cuja cobertura foi de 2,3 meses.

Esta perda de reservas foi motivada fundamentalmente pela defesa da moeda nacional, perante factores especulativos das principais moedas que circulam no mercado de câmbios nacional e pela influência da recessão da economia mundial.

DIVIDA EXTERNA

O stock da dívida externa incluindo juros atrasados era de US\$ 7695 milhões, em 31 de Dezembro de 2002 ou seja US\$ 478 milhões inferior à posição do ano anterior. Entretanto, excluindo os juros atrasados, o stock era de US\$ 6634 milhões tendo representado um decréscimo de 8,6%, comparativamente ao ano homólogo. O presente comportamento pode ser observado no gráfico a seguir.



Ao contrário do ano anterior, em 2002 a redução de “*stock*” esteve associada principalmente, a uma redução significativa da dívida com os países do leste europeu nomeadamente com a Rússia, Polónia e Alemanha.

No período em referência o capital em dívida, passou de US\$ 6926,8 milhões, em 2001 para 3146 milhões em 2002, tendo-se verificado um decréscimo em valores absolutos de US\$ 3780,6 milhões, enquanto que os juros em atraso, passaram de US\$ 893.2 em 2001, para US\$ 1,061 milhões em 2002, com um crescimento absoluto de US\$ 167.8 milhões, representando respectivamente 54,5% de redução e 18,7% de crescimento do capital e dos juros.

Houve no ano em análise uma substancial redução dos atrasados da dívida externa através de discussões bilaterais entre o governo de Angola e alguns parceiros, nomeadamente, Portugal e Polónia. Entretanto continuam a verificar-se amortizações significativas da dívida externa com carregamentos de petróleo, o que deixa o país sem muitas alternativas, para usar os recursos provenientes deste recurso para o desenvolvimento e melhoramento do nível de vida da população e conseqüentemente redução dos níveis de pobreza.

No ano em análise verificou-se um decréscimo do rácio do stock da dívida em relação ao PIB, que passou de 82,7% em 2001, para 74% em 2002.

Ao contrário do ano anterior, o rácio do serviço da dívida sobre as exportações de bens e serviços não factoriais sofreu um significativo decréscimo, tendo passado de 43,0% em 2001, para 26,9% em 2002, devido ao crescimento das exportações de bens e serviços, a exclusão do serviço da dívida de curto prazo e também ao decréscimo do serviço da dívida de médio e longo prazo ocorrido no ano corrente.

Em 2002, verificou-se uma ligeira melhoria do rácio do stock da dívida de médio e longo prazo em percentagem de exportação de bens e serviços não factoriais que situou-se em 91,7 % contra 116,1% do ano anterior, explicada pelos factores já referidos anteriormente.

Devido a mudanças profundas na base de dados da Dívida Externa do BNA houve também uma mudança na estrutura de apresentação dos dados do stock da dívida externa, mais próxima dos padrões internacionais, dado por um lado a extinção dos países do leste europeu e a redução significativa da dívida com estes credores.

Stock da Dívida Externa – 31.12.2002

USD- milhões

Categoria de Dívida	Saldo excluindo moras	Capital em Mora	Juros de Mora	Stock no Final do Período
COMERCIAL	1790	784	250	2824
Bancos	1478	278	112	1868
Empresas	312	506	138	956
BILATERAL	1395	2360	811	4566
MULTILATERAL	303	2	0,08	305
TOTAL	3488	3146	1061	7695

Continua sendo válido que é necessária uma estratégia de endividamento externo de curto médio e longo prazo e de um programa diferente de negociação e

reescalonamento da dívida externa que resulte numa política de endividamento externo coerente com o nível de crescimento económico do produto interno bruto e consequentemente com o nível dos recursos financeiros disponíveis para o sustentar a balança de pagamentos no longo prazo.

8.- EMPREGO

Comportamento das variáveis do mercado de emprego⁴⁰

Durante o ano de 2003, a procura de emprego foi de 25.0974 das quais cerca de 40% correspondem a indivíduos indiferenciados ou seja não detentores de nenhuma profissão. Do lado das empresas registou-se a oferta de 9.156 empregos, tendo sido satisfeitos 94,33% dos mesmos, o que se depreende que apenas cerca de 34% da procura foi satisfeita.

Ainda do ponto de vista da oferta de emprego, de uma amostra de 37% das mesmas, observa-se que o sector secundário é o que ofereceu maior oportunidade de emprego durante o ano em análise representando cerca de 61% seguido do terciário com 37,19%, enquanto que o sector primário registou apenas 1,35%.

Sectores ⁴¹	Ofertas %	Colocações %
Primário	1,35	1,37
Secundário	61,46	61,72
Terciário	37,19	36,92
Total	100	100

Relativamente ao ano anterior, importa registar uma ligeira quebra da procura e um aumento de 45% nas colocações .

Comparação de indicadores 2002/2003

VARIAVEIS	2002	2003	VARIAÇÃO (%)
PROCURA	25.606	25.097	-2,03
OFERTAS	7.748	9.156	18,18
COLOCAÇÕES	5.978	8.668	45,00
O/P %	30,24	36,49	-
C/P %	23,33	34,54	-
C/O %	77,16	94,67	-

2- Volume de Emprego

Dados preliminares do recenseamento de empresas e estabelecimentos REMPE - 2002, indicam a existência de 20.759 unidades económicas, das quais 19.245 activas, sendo 18.555 empresas e 690 ISFLSF (Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias) e IPS (Instituto Públicos e Similares), que no seu conjunto empregavam 341.525 trabalhadores. Destes 285.687 encontravam-se absorvidos nas empresas, conforme abaixo se ilustra.

⁴⁰ Com base em informação recolhida nos centros de emprego e agências privadas de colocação.

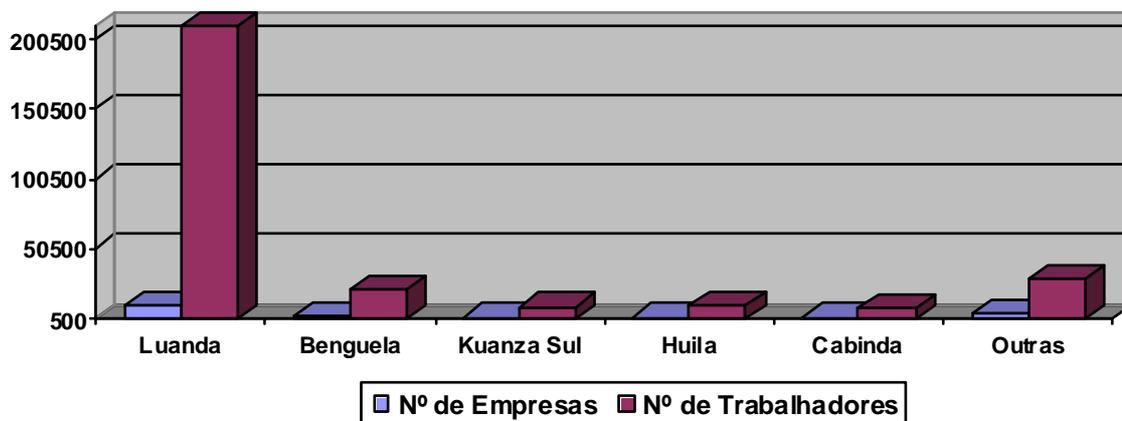
⁴¹ - Sector Primário compreende: agricultura, produção animal, silvicultura, geologia e minas e pescas.
 - Sector secundário compreende: indústria transformadora e obras públicas.
 - Sector terciário: comércio, transporte e comunicações, hotelaria e turismo e outros serviços.

ades Económicas Activas e Pessoas ao Serviço por Província

Província	Nº de Empresa		Pessoal ao Serviço		Nº de ISFLSF e IPS		Pessoal ao Serviço	
		%		%		%		%
CABINDA	796	4,3	7.750	2,7	5	0,7	45	0,1
ZAIRE	251	1,4	1.278	0,4	9	1,3	78	0,1
UIGE	435	2,3	2.090	0,7	16	2,3	177	0,3
LUANDA	10.166	54,8	209.751	73,4	443	64,2	47.352	84,8
KWANZA - NORTE	191	1	1.149	0,4	13	1,9	531	1
KWANZA - SUL	999	5,4	8.367	2,9	12	1,7	535	1
MALANGE	201	1,1	1.237	0,4	24	3,5	705	1,3
LUNDA - NORTE	660	3,6	2.453	0,9				
BENGUELA	1.490	8	21.407	7,5	34	4,9	525	0,9
HUAMBO	658	3,5	4.135	1,4	44	6,4	1.967	3,5
BIÉ	280	1,5	1.895	0,7	5	0,7	643	1,2
MOXICO	162	0,9	1.234	0,4	14	2	621	1,1
KUANDO KUBANGO	127	0,7	626	0,2	4	0,6	61	0,1
NAMIBE	431	2,3	7.777	2,7	9	1,3	166	0,3
HUILA	984	5,3	9.764	3,4	39	5,7	1.631	2,9
KUNENE	315	1,7	2.646	0,9	5	0,7	237	0,4
LUNDA - SUL	135	0,7	1.070	0,4	1	0,1	290	0,5
BENGO	274	1,5	1.058	0,4	13	1,9	274	0,5
TOTAL	18.555	100	285.687	100	690	100	55.838	100

É nas províncias de Luanda, Benguela, Kwanza Sul, Huila, e Cabinda, onde se concentram o maior número de empresas e consequentemente de trabalhadores, ou seja 77,8 e 90%, respectivamente.

Distribuição das Empresas Activas e Pessoas ao Serviço por Províncias

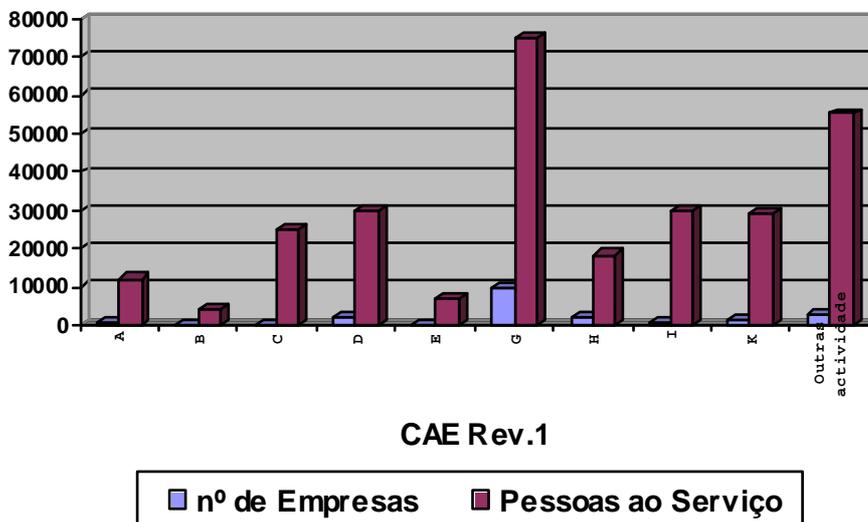


Do total de empresas existentes, 9.610 exercem actividade no sector do comércio, predominando em seguida a actividade imobiliária, alugueres e serviços prestados às empresas, seguido-se-lhe os serviços de alojamento e restauração e a indústria transformadora, que no seu conjunto absorvem.

Distribuição das Empresas Activas e Pessoas ao Serviço por Sectores de Actividade Económica

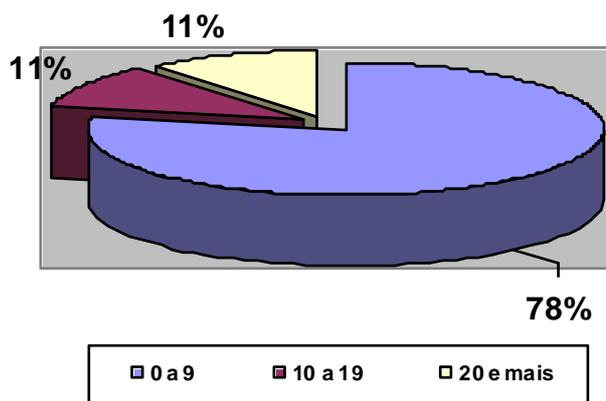
Secção CAE Rev. 1	Nº de Empresas	%	Pessoas ao Serviço	%
A – Agricultura, Prod. Animal, Caça e Silvicultura	724	3,9	12.095	4,2
B – Pesca	74	0,4	4.185	1,5
C – Indústrias Extractivas	52	0,3	24.890	8,7
D – Industrias Transformadoras	2.140	11,5	29.856	10,5
E – Prod., e Distrib. de Electricidade, Gás e de Água	40	0,2	6.999	2,4
G – Comércio (Grosso e retalho), Rep. de Veículos, etc.	9.610	51,8	75.312	26
H – Alojamento e Restauração	2.273	12,3	18.142	6,4
I – Transportes, Armazenagem e Comunicações	366	2	30.000	10,5
K – Act. Imobiliárias, alugueres e serviços a s empresas	847	4,6	29.048	10,2
Outras actividades	2.429	13	55.160	19,31
TOTAL	18.555	100	285.687	100

Distribuição das Empresas Activas e Pessoas ao Serviço por Sectores de Actividade Económica



Quanto a distribuição das empresas por escalão de pessoas ao serviço, observa-se que 78%, das empresas absorve até 9 trabalhadores; 11%, ocupa entra 10 a 19 trabalhadores e, igual percentagem para as empresas com 20 e mais trabalhadores, o que significa que o universo empresarial é essencialmente constituído por micro e pequenas empresas.

Distribuição das Empresas Activas por Escalão de Pessoas ao Serviço



No que tange a Administração Pública, importa registar um aumento em tomo de 14% do pessoal, relativamente ao ano anterior. Por conseguinte o quadro de pessoal do sector pública administrativa integra 228.747 funcionários, cujo maior peso específico recai para o pessoal docente, com 36 por cento, seguindo-se-lhe os profissionais do ramo da saúde com 10 por cento. Por seu turno, as Províncias de

Luanda, Benguela e Huíla detêm cerca de 50 por cento do efectivo total da função pública.

9.- INFLAÇÃO, CONDIÇÕES DE VIDA E PODER DE COMPRA

9.1.- Nota Prévia

O processo inflacionista em Angola ainda se apresenta persistente e continuado, persistindo desde que a inflação passou a ser medida pelo Índice de Preços no Consumidor. A abordagem que continua a ser dada ao fenómeno da inflação não é abrangente – e não leva em devida linha de conta a situação económica do país – continuando a prevalecer as interpretações monetaristas e fiscalistas. Recorde-se que é sobre o enfoque da inflação de demanda que a famosa Teoria Quantitativa da Moeda é mais lembrada, pois, se há inflação de demanda, raciocinam os monetaristas, basta que a política monetária seja fortemente restritiva: dinheiro escasso, demanda diminuta. E na visão dos fiscalistas – que complementa a dos monetaristas – o excesso de demanda é proveniente do sector público⁴², donde ser a diminuição das despesas públicas a solução para o excesso de procura. Como resultado os preços estabilizarão. Deve, porém, lembrar-se que o aumento nominal da demanda só se materializa se houver aumento dos meios de pagamento. Ou seja, é preciso que haja mais moeda para que as pressões sobre os preços se materializem. Parece residir aí a ideia de que, qualquer que seja a causa da inflação, é bastante controlar-se a quantidade de meios de pagamento para se debelar a inflação. Entretanto, nem sempre é o aumento da moeda a causa da inflação. Em alguns casos, a variação dos meios de pagamento apenas a ratifica.

A ciência económica trata e sistematiza muitas outras causas para a subida dos preços, sendo por isso que as políticas anti-inflacionistas as devem ter em consideração para que os resultados sejam mais efectivos.

A inflação em Angola deve ser enquadrada por um conjunto de considerações que traduzem algumas das características básicas do sistema produtivo angolano.

Entre elas encontram-se as seguintes:

- (a) os choques de oferta ocorridos em Maio, representados pelo aumento nos preços dos combustíveis, ainda não foram completamente absorvidos pelo sector económico-produtivo⁴³;
- (b) os choques de oferta que seguramente ocorrerão até ao final do corrente ano:
 - os ajustamentos salariais na Função Pública e por arrastamento no sector privado. Aqui está um dos mais dramáticos aspectos da economia angolana: a

⁴² Em Angola, parece ser quase exclusivamente este o caso, na medida em que sendo 68% da população pobre – (sobre)vivendo com menos de dois dólares por dia – parece não ser o excesso de procura privada a causa imediata e directa da inflação. No entanto, coloca-se a pergunta de se saber em que é que o Estado gasta o excedente das despesas sobre as receitas públicas. Se for em despesas de investimento, o resultado será o do aumento do produto potencial da economia, o que até contribuirá para a diminuição da inflação. Que significado concreto têm as despesas efectuadas à margem do Orçamento? A quem, de facto, beneficiam? Será esta uma das vias de enriquecimento fácil e ilegítimo?

⁴³ A capacidade interna de absorção destes choques de oferta é muito reduzida, repercutindo-se de imediato e praticamente por inteiro nos preços de venda de serviços e bens. De resto, mesmo nos países mais desenvolvidos, o aumento dos preços dos combustíveis, induzidos pelos ajustamentos nos custos de produção internos determinados pelos quase permanentes acréscimos no preço do barril do petróleo no mercado mundial, costuma ter um efeito apreciável sobre a taxa de inflação.

produtividade administrativa na Administração Pública e a produtividade económica no sector privado – excepção feita aos sectores de enclave, com destaque para a extração de petróleo – é muito baixa e, por isso, se os incrementos salariais suplantarem os ganhos de produtividade – como é claramente o caso da Função Pública – o diferencial só pode ser absorvido pela inflação ou pelo aumento das importações (reforço da oferta total de bens e serviços), neste caso com prejuízos sobre o equilíbrio da Balança de Transacções Correntes. Por outro lado, o baixo nível médio dos salários na economia, na Função Pública e no sector privado⁴⁴, limita a formação duma massa crítica de procura interna (ou de poder de compra nacional) essencial para viabilizar o investimento privado e rentabilizar a produção;

- mais ajustamentos nos preços dos combustíveis, para que os subsídios se reduzam até ao nível previsto no Orçamento Geral do Estado para 2004 (obtenção dum défice fiscal de 7,3% até ao final do ano);
- aumento das taxas de juro para adequá-las à inflação (taxas de juro reais e positivas);
- aumentos nas margens de lucro nos sectores oligopolizados e monopolizados (este tipo de mercados imperfeitos aproveita-se dos ajustamentos dos preços à inflação para aumentarem os lucros, funcionando, assim, como alimentadores da inflação devido à rigidez procura-preço);
- desarticulações sectoriais e espaciais que ainda pontificam, devido aos atrasos e à lentidão na recuperação do sector de produção e distribuição de electricidade e água, das ferrovias (um meio de transporte muito barato) e rodovias⁴⁵;
- quebra na produção agrícola 2003-2004, pois parece que o actual ano agrícola foi afectado pela fraca pluviosidade média em determinadas zonas agrícolas;
- aumento no preço dos insumos importados devido às variações do preço do petróleo no mercado mundial.

(c) os efeitos associados à alteração da pauta aduaneira podem vir a ser de soma nula sobre a inflação, haja em vista que algumas posições pautais baixaram, mas outras mantiveram-se e outras ainda subiram de valor nas respectivas taxas alfandegárias;

(d) a burocracia e a corrupção continuam a ser dois dos mais importantes factores de aumento dos preços de intermediação económica. Qualquer destes comportamentos institucionais e pessoais faz com que quem tenha de lidar com os serviços do Estado tenha dois tipos de reacções: uma primeira, relacionada com a **antecipação da subida dos preços** devido ao Estado ser um mau pagador das suas aquisições à praça (são conhecidas

⁴⁴ Pelo menos os salários visíveis, pois como se sabe, são praticadas modalidades de reforço ou complemento de rendimento pelas mais diferentes vias, de que se destaca a da corrupção, particularmente, na Administração do Estado.

⁴⁵ As estradas secundárias e terciárias são, neste momento, o mais importante factor de articulação e integração das economias provinciais, sem o que a recuperação da sua económica se não fará. A tão falada e desejada ligação campo-cidade fica impossibilitada.

as dívidas avultadas de determinados organismos) – depois de muito tempo e ainda por cima com custos adicionais devido às “gasosas” - e, outra, mais **adaptativa aos custos extra e anormais** que os agentes privados têm de suportar para obterem licenças, autorizações, isenções, etc. O registo da propriedade e a obtenção dum alvará para o exercício duma actividade económica continuam a ser o calcanhar de Aquiles de todo este processo de facilitação do funcionamento da economia privada⁴⁶. Os resultados práticos esperados de todo o processo de Reforma Administrativa empreendido pelo Governo são praticamente nulos, havendo sempre e quase em todas as circunstâncias de se pagar um **quase-preço de mercado** para se obterem serviços ou bens públicos a que o Estado se encontra obrigado pela Constituição da República. A corrupção de baixa intensidade na Administração Pública é um importante choque de oferta na economia nacional, não apenas pelos custos directos e indirectos envolvidos, mas também pela incerteza, pelo risco e pela quebra de confiança no sistema que acarreta. E é neste contexto que se coloca uma importante questão: a corrupção de baixa intensidade combate-se diminuindo o número de funcionários públicos (posição do FMI)⁴⁷, ou, pelo contrário, aumentando-se o seu quantitativo – e a respectiva qualidade técnica, moral e cívica -, de modo a reduzir a concentração burocrático-administrativa e a limitar o poder discricionário que muitos funcionários usam para obter complementos salariais significativos? Acresce que reorganizar um país com 13 milhões de habitantes e uma extensão territorial de 1250000 quilómetros quadrados com pouco mais de 216000 funcionários civis não vai ser possível (Portugal, com 10 milhões de habitantes e uma extensão de pouco mais de 90000 quilómetros quadrados dispõe de 600000 funcionários públicos).

Por todas as razões apresentadas, parece que o combate contra a inflação não tem apenas a vertente do défice orçamental⁴⁸. Existem problemas profundos e estrangulamentos estruturais que enquanto se não removerem actuarão sempre como um entrave expressivo ao processo de desinflação da economia e de ajustamento nos preços relativos. Isto não invalida que se devam reconhecer determinados factos, tais como:

⁴⁶ O “*guichet*” único de empresas é um serviço que apenas atende os pedidos de instalação que representem um capital social mínimo de \$5000 dólares americanos. De fora ficam todos os restantes e que são, possivelmente, a maioria. Uma autorização de instalação para um capital de 100000 kwanzas pode custar, com toda a burocracia envolvida, cerca de 5 vezes mais ao seu promotor.

⁴⁷ Claro que a posição do Fundo Monetário Internacional de se eliminarem o que na sua óptica são os excedentários da Função Pública tem sobretudo que ver com a redução do peso das remunerações no PIB (8,5% para os civis e 16,3% para o total de vencimentos, considerando-se os militares e para-militares no OGE para o corrente ano)

⁴⁸ J. Stiglitz afirma: “*There is no simple optimum level of the budget deficit. The optimum deficit – or the range of sustainable deficits – depends on circumstances, including the cyclical state of the economy, prospects for future growth, the uses of government spending, the depth of financial markets and the levels of national savings and national investment*”. E no concernente à inflação, comumente associada aos défices públicos, o Prémio Nobel da Economia de 2001 sustenta: “... *the evidence has only shown that high inflation is costly. Bruno and Easterly who found that when countries cross the threshold of 40 percent year inflation they fall into a high inflation/low growth trap. But below that level, there is no evidence that inflation is costly. Barro and Fischer also confirm that high inflation is, on average, deleterious for growth, but again have failed to find any evidence for costs of low levels of inflation*” in *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*, Wider Annual Lecture, Helsinki, Finland, 1998.

* o Estado em determinados aspectos gasta muito e mal⁴⁹. A qualidade dos investimentos públicos, por exemplo, não tem sido assegurada, nem em termos de contribuir para a criação e optimização das externalidades necessárias para a economia privada⁵⁰, nem tão pouco de satisfazer as necessidades colectivas dos cidadãos;

* uma repartição pouco equitativa da fiscalidade não petrolífera, decorrendo como consequência uma penalização na capacidade de constituição duma massa crítica de lucros;

* inexistência duma avaliação custo-benefício dos incentivos fiscais, financeiros e de outra natureza existentes;

* uma gestão deficiente das despesas de funcionamento da Administração Pública: o OGE para 2004 apresenta um quantitativo de gastos totais que representa 52,8% do PIB previsto.

Apesar destes escolhos, tem de ser reconhecido que o efectivo controlo da inflação – ainda que ela permaneça alta e que para este ano provavelmente se possa vir a situar nos 40%, a não ser que outras medidas de maior contenção dos gastos públicos (tais como a redução dos subsídios, a privatização das empresas públicas que gerará receitas patrimoniais adicionais, a melhoria na administração fiscal, etc.) – a relativa estabilização cambial (que seguramente teve reflexos no processo de desinflação da economia, dada a reconhecida alta correlação entre a taxa de câmbio paralela e a subida dos preços), a reaquisição da confiança na moeda nacional, a retirada da política cambial da rua e a melhoria geral no ambiente de negócios que tem sido reconhecida pelos empresários privados (nacionais e estrangeiros), são bens públicos e benefícios sociais que têm de ser preservados. É evidente que existe um custo de oportunidade para a perda de reservas externas, mas a política económica é feita de opções, com a consciência de que nenhuma delas é sempre e em qualquer circunstância a melhor. A política económica pressupõe escolhas e prioridades que só as autoridades estão em melhor posição para avaliá-las, tendo em conta a ideia que se tem de interesse público e de benefício social. Obviamente que o défice fiscal deve ser objecto duma melhor gestão, compaginável com as necessidades sociais de trazer a inflação anual para patamares inferiores a 10%, de combater a pobreza e de constituir a base de desenvolvimento do capital humano nacional, o que pressupõe, indiscutivelmente, uma muito maior transparência, uma reforma fiscal que elimine os impostos economicamente não rentáveis e reduza os custos de administração, a finalização do processo de privatizações, etc.

Apesar de tudo isto, é de esperar que o Fundo Monetário Internacional – no contexto dum mais do que provável Programa de Ajustamento Estrutural de vestes novas - volte a insistir como solução óptima, do seu estrito ponto de vista, o conhecido modelo de ajustamento baseado na moeda e chamado “*money-based stabilization*” (MBS) e que assenta, no seu essencial, nos pilares seguintes:

- (a) uma política fiscal e monetária vigorosa e rigorosa⁵¹, acompanhadas de fortes reformas estruturais;

⁴⁹ O relatório sobre a execução orçamental de 2003 dá conta da existência de importantes atropelos às regras estabelecidas para a gestão das despesas públicas da parte de algumas unidades orçamentais, o que, seguramente, é uma fonte de instabilidade macroeconómica, pelo efeito que induz sobre o défice fiscal e, consequentemente, sobre a inflação.

⁵⁰ Num ambiente de concorrência, quanto mais e melhores forem as externalidades menores serão os custos de produção e os preços de transacção.

⁵¹ Visualiza-se, aqui, o posicionamento doutrinário neoclássico e monetarista de que, tal como sempre sustentaram Milton Friedman e Thomas Sargeant, “*inflation is always and elsewhere a monetary and fiscal phenomenon*”.

- (b) a flutuação da taxa de câmbio, devendo ser o mercado a determinar o seu nível⁵²; o que pode significar novamente a devolução da condução da política cambial à rua;
- (c) a política monetária deve ser a política-âncora para a desinflação da economia: reassunção das operações de “*open market*”, expansão dos activos líquidos do Banco Central, etc.;
- (d) a consolidação fiscal a curto prazo e a médio prazo, o que pode passar:
- no curto prazo, pela eliminação dos subsídios ao consumidor, pelo aumento de alguns impostos e por ajustamentos no processo de gestão corrente do Orçamento;
 - no médio prazo, pela definição duma estratégia consistente de ajustamento fiscal, consonante com a redução sustentada da pobreza e criação das condições para o reforço do capital humano nacional, exigindo-se, em decorrência, uma correcta priorização das despesas públicas, um incremento das receitas públicas (patrimoniais incluídas), uma reforma fiscal mais abrangente (eliminação de todas as isenções fiscais e aduaneiras e de todos os regimes fiscais especiais) e uma substancial redução do rácio das despesas recorrentes do Estado em relação ao PIB.

9.2.- O comportamento da inflação em 2002 e 2003

Os dois últimos anos confirmaram a tendência de desinflação da economia angolana, mesmo que se anotem divergências quanto à natureza do respectivo modelo.

O COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO EM ANGOLA (valores em percentagem)

ANOS	Taxa de inflação média mensal	Inflação média Anual	Inflação homóloga	Desvio-padrão
1991	9,20	183,60	275,72	9,83
1992	16,56	275,74	495,80	11,78
1993	28,24	1169,63	1837,71	7,82
1994	22,49	1155,73	971,87	13,58
1995	37,04	2067,58	3783,98	21,05
1996	29,34	5867,91	1651,31	26,76
1997	4,29	343,32	63,95	4,35
1998	7,53	103,98	134,78	6,43
1999	13,05	231,48	328,99	6,25
2000	11,63	344,45	268,35	6,35
2001	6,70	169,29	116,07	4,17
2002	6,20	109,32	105,59	1,46
2003	4,87	100,19	76,56	1,96

FONTE: Índice de Preços no Consumidor, INE, vários meses e anos.

Desde 2000 que o país entrou num processo gradual de estabilização macroeconómica e que tem tido alguns resultados positivos, mormente na inflação e na estabilização do mercado cambial.

Quanto à inflação e pelas estatísticas anteriores, é de sublinhar que, entre 1999 e 2003, a taxa média mensal de inflação diminuiu praticamente 3 vezes. A inflação média anual passou de 344,5% em 2000 para 100% em 2003, enquanto que a inflação homóloga declinou de 268,4% para 76,6% no mesmo período. No mesmo sentido se comportou a volatilidade da inflação, tendo registado um forte declínio nos anos mais recentes, conforme se pode aperceber pelos valores relativos ao desvio-padrão: enquanto que em 1998, 1999, 2000 e 2001 o seu valor rondou os 6,5%, em 2002 e 2003 foi, em média, de 1,5%. Em conclusão, uma verdadeira desinflação foi,

⁵² Esta política foi a que afinal desde 1991 – início dos processos de ajustamento e de monetarização da economia – se seguiu, sem grandes resultados na estabilização do mercado cambial.

de facto, conseguida entre 2000 e 2003, muito embora e conforme se afirmou já, a inflação ainda apresente valores muito altos, não só para os “standards” internacionais (atração de investimento estrangeiro), como para a capacidade interna de absorção destes preços.

É interessante verificar como tem sido o comportamento da componente tendencial da inflação em Angola, cujos resultados se encontram resumidos no quadro seguinte:

A COMPONENTE ESTRUTURAL DA INFLAÇÃO EM ANGOLA

PERÍODOS	VALOR CONSTANTE	COEFICIENTE ANGULAR
1991-2004	24,7	-0,12
1991-2000	22,8	-0,08
1995-2004	27,7	-0,26
1996-2000	16,4	-0,24
2001-2004	7,7	-0,10

FONTE: INE, Índice de Preços no Consumidor

Verifica-se que o valor constante da componente tendencial da inflação tem vindo a diminuir sucessivamente. Se este valor puder ser assimilado a uma inflação endógena – isto é, a que tem origem na própria estrutura e dinâmica da economia, sendo, por conseguinte, um fenómeno inerente ao padrão do desenvolvimento económico angolano – conclui-se que a política de estabilização macroeconómica encetada a partir de 2000 teve reflexos importantes sobre a criação de condições para se proceder à reconstituição da base material da economia nacional. No entanto, deve ter-se em atenção que a sustentação deste processo de desinflação não sobrevirá se a incapacidade de todos os sectores produtivos da economia não petrolífera em atender às solicitações da procura – devido às conhecidas debilidades estruturais, tais como tecnológicas, organizacionais, de produtividade, etc., ou à imobilidade dos factores de produção por causa das infraestruturas materiais e institucionais – não for rechaçada. Também se deve enfatizar que é absolutamente fundamental, para que a desinflação se acomode em definitivo como uma condição normal do exercício da actividade económica, promover, drasticamente, a concorrência, eliminando as situações de oligopólio existentes e tornando muito mais transparentes os processos de constituição de novas empresas, afastando-os da esfera do poder político e inserindo-os única e completamente nos circuitos jurídico-legais e administrativos.

O quadro seguinte contém os valores registados para as taxas mensais de inflação em 2002 e 2003:

TAXAS MENSAS DE INFLAÇÃO EM 2002 E 2003

(valores em percentagem)

MESES	2002	2003
Janeiro	7,63	6,98
Fevereiro	6,21	7,68
Março	5,62	5,63
Abril	4,14	7,32
Maió	6,98	5,23
Junho	5,04	5,37
Julho	7,30	3,97
Agosto	7,39	5,04
Setembro	5,20	2,75
Outubro	4,00	1,50
Novembro	6,16	2,35
Dezembro	8,72	4,60
Taxa de inflação acumulada	105,59	76,56
Taxa média mensal	6,2	4,9

FONTE: IPC, INE

Outro ângulo de análise da inflação é o de a desagregar entre os bens transaccionáveis e os bens não transaccionáveis.

TAXAS DE INFLAÇÃO DOS BENS TRANSACCIONÁVEIS E NÃO TRANSACCIONÁVEIS 2003

MESES	Bens não transaccionáveis	Bens transaccionáveis	Desvalorização da taxa de câmbio real
Janeiro	2,0	5,0	7,0
Fevereiro	2,1	5,7	5,0
Março	1,1	4,6	4,0
Abril	2,8	4,6	4,0
Maio	1,9	3,4	4,0
Junho	1,6	3,8	5,0
Julho	1,0	2,9	6,0
Agosto	1,5	3,6	1,0
Setembro	0,2	2,6	-6,0
Outubro	0,0	1,4	-8,0
Novembro	0,5	1,8	-8,0
Dezembro	0,6	4,1	1,0

FONTE: INE, IPC; BNA.

Consideraram-se como bens não transaccionáveis os constantes das classes habitação, água, comunicações e electricidade, saúde, transportes urbanos, lazer, recreio e cultura, educação do índice de preços do INE. Como bens transaccionáveis os produtos alimentares, bebidas, vestuário e calçado, combustíveis, medicamentos e bens e serviços diversos. A última coluna do quadro refere-se à desvalorização da taxa de câmbio real, segundo os valores do Banco Nacional de Angola.

9.3.- Condições de vida e poder de compra

Resta verificar como se comportou o poder de compra dos salários da Função Pública, bem como a eventual variação do rendimento médio por habitante.

COMPORTAMENTO DO PODER DE COMPRA DOS SALÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

MESES	Taxa mensal de inflação	Índice preços acumulado	Salário nominal médio mensal	Salário real mensal	Varição do salário real(%)	Perda acumulada de poder compra
Janeiro	6,98	1,0698	12898,81	12057,22	-6,5	-6,5
Fevereiro	7,68	1,1520	12898,81	11197,27	-7,1	-13,1
Março	5,63	1,2168	12898,81	10600,46	-5,3	-17,7
Abril	7,32	1,3059	12898,81	9877,43	-6,8	-23,3
Maio	5,23	1,3742	13223,63	9622,89	-2,6	-25,3
Junho	5,37	1,4480	13223,63	9132,48	-5,1	-29,1
Julho	3,97	1,5055	13223,63	8783,76	-3,8	-31,8
Agosto	5,04	1,5813	13223,63	8362,30	-4,8	-35,1
Setembro	2,75	1,6248	13223,63	8138,49	-2,7	-36,9
Outubro	1,50	1,6492	15386,63	9329,77	14,6	-27,6
Novembro	2,35	1,6880	17269,30	10230,91	9,7	-20,6
Dezembro	4,60	1,7556	17269,30	9780,98	-4,4	-24,1
Acumulado	76,56	-	-	-	-24,1	-
Média mensal	4,87	-	13969,89	9759,50	-2,0	-

FONTE: IPC/INE E MAPESS

Constata-se que durante 2003 o poder de compra dos salários da Função Pública se degradou mais de 24% - uma cadência mensal de cerca de 2%. Mais se verifica que:

- o salário médio mensal nominal correspondeu a cerca de 172 dólares, enquanto que o correspondente salário real a pouco mais de 120 dólares. Atendendo aos níveis dos preços dos diferentes produtos, conclui-se que as condições de vida dos funcionários civis do Estado se deterioraram, sendo, evidentemente, esta a razão essencial para que se continue a generalizar e a aprofundar a corrupção na Administração do Estado;

- até Setembro a perda acumulada do poder de compra aproximou-se dos 40%, o que deve ter deixado inúmeras famílias em situação ainda mais complicada do que a normal;
- o aumento acumulado dos salários reais na Função Pública foi de 25,7%⁵³, insuficiente para se recuperarem os 37% de perda acumulada até Setembro;
- o aumento nominal acumulado rondou os 33,9%, repartidos por 2,5% em Maio, 16,4% Outubro e 12,2% em Novembro. O compromisso assumido pelo Governo no seu Programa Bienal 2003-2004 de actualizar, periodicamente, os salários dos funcionários públicos de acordo com a variação da inflação permaneceu como simples promessa, talvez pela imperiosa necessidade de controlar as despesas públicas e reduzir o défice fiscal do Governo. Aqui está uma opção de política económica discutível em termos sociais, uma vez que – e fazendo fé no Relatório de Execução Orçamental de 2003 do Governo – o que deveria ter sido garantido era o cumprimento das regras de gestão orçamental determinadas pelo Ministério das Finanças e a abolição das interferências políticas na execução do Orçamento Geral do Estado, para que o défice se estabelecesse nos limites programados. Voltou a falar-se em despesas realizadas à revelia do Orçamento num montante elevado.

Em relação à variação do PNB por habitante entre 2002 e 2003⁵⁴, este indicador das condições de vida passou de 494,5 dólares em 2002 para 574,6 dólares em 2003, correspondendo a uma variação percentual de 16,2% e a um rendimento diário no ano passado de pouco mais de 1,5 dólares.

10.- PERSPECTIVAS

10.1.- ÁFRICA

Os principais problemas com que o desenvolvimento na África subsariana se irá defrontar no futuro são o HIV/SIDA⁵⁵, a baixa intensidade de trocas entre os países que a compõem, as baixas taxas de poupança e investimento, a quantidade limitada de infraestruturas, a forte dependência do exterior, a má governação e a corrupção, a instabilidade política e militar – que provavelmente a União Africana não será capaz de prevenir ou debelar – a pobreza⁵⁶ e o atraso tecnológico. Invariavelmente, as taxas de crescimento económico que se têm registado, situam-se abaixo do crescimento populacional, ficando, assim, sempre adiada a melhoria das condições de vida da população.

Para 2004, as instituições internacionais prevêem um crescimento económico médio de 4,2%, em termos reais, o que irá dar a possibilidade do rendimento médio por

⁵³ Os efeitos dos aumentos são geométricos e não aritméticos, donde o aumento global ter sido de $1,146 * 1,097 = 1,2572$.

⁵⁴ Trata-se apenas duma aproximação a esta grandeza macroeconómica pela via da Balança de Pagamentos e considerando-se os valores correspondentes aos rendimentos factoriais líquidos transferidos para o exterior.

⁵⁵ Devido ao crescimento acentuado desta epidemia, a taxa de crescimento demográfico tem sido revisada em baixa muitas vezes, tendo-se aceite como média o valor de cerca de 2% ao ano. Mas as consequências desta doença estendem-se para além do estrito domínio demográfico, como a produtividade global da economia, o défice orçamental dos Estados, o desemprego, etc.

⁵⁶ As Instituições Internacionais estimam que durante 2003 a pobreza extrema na África subsariana tenha aumentado ainda mais, de tal modo que mais de 50% da população desta região vive abaixo da primeira linha de pobreza (a pobreza absoluta). O aumento contabilizado em 2003 foi de 60 milhões de pessoas que engrossaram os pobres extremos da África subsariana.

habitante aumentar 1,5%. De resto, parece que será esta a velocidade média a que as condições de vida em África melhorarão até 2015, o que, reconheça-se, é manifestamente pouco. Com efeito, com este ritmo, esta parte de África precisará de 47 anos (portanto, apenas em 2052) para que possa duplicar o valor actual do seu rendimento médio por habitante. Ou vista a questão de outra maneira: até 2015 (horizonte temporal limite das previsões das instituições internacionais e que também coincide com o de algumas metas do milénio das Nações Unidas) o PIB por habitante será multiplicado apenas por 1,16. A redução a metade da extrema pobreza até 2015 – uma das metas do milénio – exigirá um crescimento do PIB per capita a uma cadência média anual de 7,0%, o que equivale a uma taxa de cerca de 10% de incremento anual do PIB (admitindo que a taxa demográfica se situe em torno dos 2,7%).

De resto, estas fracas perspectivas retractadas pelo Valor Acrescentado da região são confirmadas pelas estimativas de incremento do consumo por habitante, 1,3% no corrente ano e tão somente 1,2% entre 2005 e 2015.

Algumas disfuncionalidades foram registadas em alguns países da região em matéria de secas ou outras calamidades naturais – que se projectaram negativamente na capacidade de produção de alimentos – e de conflitos civis, particularmente no Burundi, Congo Democrático, Gâmbia, Zimbábue, Malawi, Senegal e Mauritânia. Naturalmente que estas ocorrências contribuíram para que as performances económicas desses países se ressentissem negativamente.

Os termos de troca desta região melhoraram em 2003 – esperando-se igual tendência em 2004 – principalmente devido à dinâmica das exportações (5,3% em 2003 e 5,8% em 2004), à melhoria do preço dos produtos exportados e a um declínio no custo das manufacturas importadas. Provavelmente, no final de 2004, este desempenho positivo estará afectado pela actual crise petrolífera no mercado mundial, decorrente do conflito no Iraque, da instabilidade política na Venezuela e do “*crash*” financeiro da maior empresa privada petrolífera da Rússia.

A taxa global de investimento na África Subsariana é baixa e justificada pela fraqueza da poupança doméstica e pelo reduzido afluxo de investimento directo estrangeiro. Recorde-se que a NEPAD, ao identificar o investimento como um dos maiores estrangulamentos ao desenvolvimento de África, propõe como solução um modelo de financiamento do crescimento centrado, justamente, no investimento directo estrangeiro e na ajuda pública ao desenvolvimento. Esta abordagem, muito embora tenha merecido a aprovação das mais importantes instituições financeiras e económicas internacionais – incluindo o Banco Mundial e o FMI – não tem merecido a aprovação de muitos economistas e sociólogos africanos consagrados.

Um aspecto que pode marcar, positivamente, o futuro desta parte do Continente africano, relaciona-se com a emergência duma região que os americanos já passaram a considerar como estratégica para o seu “*oil map*” mundial e constituída por Angola, Nigéria, S. Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, Congo e, embora ainda distante no tempo, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Esta concentração, na parte ocidental do continente, duma densidade relativamente importante de produção do mais importante recurso energético da actualidade vai, concerteza, dar origem a um conjunto diversificado de projectos infraestruturais de natureza energética, de que os actuais “West African Gas Pipeline” e o plano da Nigéria sobre o aproveitamento conjunto de gás são os exemplos mais visíveis.

TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO NA ÁFRICA SUBSARIANA
(taxas médias anuais)

VARIÁVEIS	CRESCIMENTOS VERIFICADOS						CRESCIMENTOS PREVISTOS				
	1989/98	1991/00	2000	2001	2002	2003	2004	2005	98/07	99/08	05/15
Real GDP	2,4	2,2	3,2	2,9	2,5	3,1	4,2	4,5	3,8	3,4	3,7
GDPpercap.	-0,3	-0,4	0,7	0,5	0,1	0,9	1,5	1,8	1,0	1,0	1,5
Consumption per capita	-0,4	-0,6	-1,4	0,7	0,3	0,8	1,3	1,4	0,8	0,9	1,2
Inflation	9,7	9,8	6,3	5,4	4,3	3,9	4,2	5,0	8,0	5,5	-
Gross domestic investment/GDP	16,8	16,9	17,9	18,7	18,9	18,6	18,2	18,5	17,0	18,4	21,2
Budget balance/GDP	-5,3	-3,0	-0,6	-0,3	-0,4	-0,5	-0,3	n.d	-3,7	-4,1	..
Export growth	4,3	4,1	4,3	2,8	1,1	5,3	5,8	5,0	5,2	4,9	..
Current account/GDP	-2,0	-2,1	-2,3	-2,2	-3,0	-1,8	-1,2	n.d	0,3	-2,0	..
GDP of oil exporters	2,9	2,5	4,8	4,4	2,0	3,6	3,8	4,1	3,4	3,2	..

FONTES: Global Economics Prospects and the Developing Countries, World Bank, 1998/99, 2000, 2003 e 2004

10.2.- ANGOLA

A elaboração de projecções sobre grandezas económicas está sujeita a uma série de restrições, ampliadas em Angola pela inexistência dum verdadeiro sistema de contabilidade nacional, de que constassem estatísticas empresariais e institucionais. Assim, qualquer exercício de prospecção do futuro económico do país tem, sempre, de ser visto com acrescidas reservas e ser tomado simplesmente como um quadro de referência.

O ponto de vista do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola quanto aos comportamentos futuros, prováveis ou desejáveis, de determinadas grandezas macroeconómicas do país, baseou-se no método dos cenários e num modelo de simulação de consistência global. Não é, por enquanto, possível dispor de modelos de previsão, uma vez que não se encontram estabilizados comportamentos de mercado, de cujo registo estatístico sistemático e confiável decorressem as constâncias estatísticas, as únicas que permitem calcular, econometricamente, os valores das diferentes propensões económicas.

Por outro lado, foi difícil considerar, numa forma completamente aceitável e não discutível, os comportamentos futuros de variáveis totalmente dependentes das condições de funcionamento do mercado internacional e das estratégias empresariais das transnacionais, como são os casos dos preços do barril de petróleo e do quilate do diamante, a produção e as quantidades exportáveis destes mesmos produtos.

Refira-se, ainda, que surgiram bastantes dúvidas quanto ao período das projecções. Quanto mais extenso for, maiores serão as incertezas e, também, em maior número as exigências em se fixar o valor de determinadas variáveis. Ao contrário, quanto mais próximos os anos futuros, maior o controlo e, portanto, a quase-certeza nos valores de certas grandezas. Assim sendo, o período das projecções compreende os anos de 2004 a 2007.

10.1.1.- Projecções do PIB

Foram trabalhados dois cenários, seguidamente caracterizados e quantificados.

- (a) **O primeiro cenário** enfatiza a construção duma economia nacional e a integração dos diferentes sectores, num contexto de melhor distribuição dos rendimentos criados e da máxima geração de empregos para os

angolanos. Equivale a considerar que a política económica terá de ser, sobretudo, nacionalista, activa e acentuadamente de desenvolvimento, promovendo o crescimento dos sectores não enclavados da economia, por intermédio dum conjunto estruturado de incentivos reais, os únicos que não distorcem as regras de mercado e não geram ineficiências, como as distorções de consumo e de produção. Em termos da matemática do modelo, esta pretensão económica e social traduziu-se na consideração dum rácio VABpetrolífero/PIB tendencialmente mais baixo, sem, no entanto, deixar de acolher os crescimentos que estão previstos na extracção do petróleo. No mesmo sentido, foi alinhado o tratamento da extracção de diamantes.

Os resultados deste cenário constam do quadro seguinte

PROJECCÃO DO PIB GLOBAL E SECTORIAIS
(preços correntes e em mil dólares americanos)

SECTORES	2004	2005	2006	2007
Agricult., silv., pecu e Pesca	1902750,2	2368291,6	3088370,3	4404563,5
Petróleo, refinados e gás	8714595,7	9473166,5	11710070,8	14157525,5
Diamantes e outras extractivas	670320,0	718200,0	766080,0	813960,0
Indústria Transformadora	1217760,1	1722393,9	2213332,1	2831505,1
Energia eléctrica e Água	95137,5	322948,9	540464,8	849451,5
Obras Públicas e Construção	1560255,1	1765453,8	2316277,7	2894427,4
Comércio, Bancos, Seguros, Transport.	2854125,2	3014189,3	3088370,3	3146116,8
Estado e Serviços não Mercantis	2016915,2	2152992,4	2007440,7	2359587,6
Produto Interno Bruto	19031859,0	21537636,3	25730406,8	31457137,4
Exportações de bens e serviços	14437365,1	17384093,2	19759775,4	19871105,2
Importações de bens e serviços	12810811,4	12466249,5	12815628,1	13471023,4
PIB/habitante (dólares correntes)	1288,8	1412,1	1639,5	1947,9

Os valores anteriores e correspondentes a este primeiro cenário de projecção sugerem as observações seguintes, de resto assumidas como hipóteses de evolução da economia nacional:

- os sectores estruturantes duma nova ordem económica interna – energia, indústria transformadora, agricultura e construção – aumentam gradualmente a sua quota de participação no PIB: 25,1% em 2004, 28,7% em 2005, 31,7% em 2006 e 34,9% em 2007;
- esta estratégia de asseguramento duma crescente participação dos sectores não enclavados no PIB global obedece a um modelo de conciliação entre a substituição das importações⁵⁷ e de diversificação das exportações, para o que se considerou um envolvimento sucessivamente maior da agricultura, das pescas e da manufactura nas vendas ao exterior. A comprovação desta hipótese de trabalho é dada pelos ainda elevados valores do coeficiente de exposição externa da economia nacional, cuja média no período é de 128,6% (contra 156,5% observada entre 2000 e 2003);

⁵⁷ A projecção das importações baseou-se numa equação de comportamento em que a respectiva propensão foi assimilada à elasticidade importações/PIB registada no período 2000/2003.

- o produto médio por habitante regista, em dólares correntes, um incremento global no período de 51,1%, correspondente a uma taxa média anual de 10,9%.

Trata-se dum cenário de desenvolvimento exigente e que envolve enormes desafios, incompatíveis com uma política económica meramente reactiva e uma atitude passiva do Governo e limitada em assegurar a estabilidade macroeconómica.

- (b) **O segundo cenário** é, praticamente, um cenário de continuidade, em que a ênfase é dada aos sectores de enclave – que conjuntamente representarão, em média, 56% do PIB global – ficando o crescimento das restantes actividades económicas sujeitas aos movimentos mais ou menos espontâneos do mercado. Os seus resultados estão no quadro seguinte.

PROJEÇÃO DO PIB GLOBAL E SECTORIAIS
(preços correntes e em mil dólares americanos)

SECTORES	2004	2005	2006	2007
Agricult., silv., pecu e Pesca	1296071,8	1292308,5	1075648,2	1866894,5
Petróleo, refinados e gás	8714595,7	9473166,5	11710070,8	14157525,5
Diamantes e outras extractivas	670320,0	718200,0	766080,0	813960,0
Indústria Transformadora	648035,9	646154,2	627461,5	1283490,0
Energia eléctrica e Água	81004,5	161538,6	179274,7	350042,7
Obras Públicas e Construção	810044,9	807692,8	896373,5	1516851,8
Comércio, Bancos, Seguros, Transpor.	2365331,0	2019232,0	1792747,0	2100256,3
Estado e Serviços não Mercantis	1717295,1	1227693,0	1111503,2	1446843,3
Produto Interno Bruto	16302698,8	16345985,5	18159158,9	23535864,2
PIB/habitante (dólares correntes)	1103,9	1075,7	1161,3	1462,8

Provavelmente, este o cenário que mais próximo poderá estar da realidade, ou então um que represente, de alguma maneira, a média entre os dois.

Baseado nos valores do primeiro cenário, foram elaboradas projecções a preços constantes de 1992, cujos resultados são:

PROJEÇÕES DO PIB A PREÇOS CONSTANTES DE 1992
(milhões de dólares americanos e valores percentuais)

VARIÁVEIS	2004	2005	2006	2007
PIB	12086,5	13660,4	17869,8	22701,4
PIB petrolífero	5015,9	6010,6	8138,8	10215,6
PIB não petrolífero	7070,6	7649,8	9739,0	12485,8
Taxa de cres.PIB	7,7	13,0	30,8	27,0
Taxa cresc.PIBp	13,9	21,4	35,3	25,6
Taxa cresc.PIBnp	4,1	8,2	27,3	28,2

O significado dos valores anteriores está, principalmente, patente nas taxas de crescimento dos sectores não petrolíferos, em particular em 2006 e 2007.

10.1.2.- Projecções da taxa de inflação

O modelo utilizado para as projecções de uma das mais importantes variáveis da estabilização macroeconómico, baseou-se na equação de Fisher associado a um modelo econométrico que correlaciona a variação dos preços com as taxas de câmbio

de referência e do paralelo, a alteração do agregado monetário M₂ e as taxas reais de crescimento do PIB.

PROJECCÕES DA TAXA DE INFLAÇÃO

VARIÁVEIS	CENÁRIO 1				CENÁRIO 2			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Taxa de Inflação	41,1	19,9	16,9	17,1	39,3	16,2	13,5	10,5
Taxa de Câmbio	83,4	89,8	94,2	98,8	80,0	80,0	80,0	73,0
Agregado Monetário	51,6	35,5	51,8	47,1	50,0	30,0	42,0	40,3
Taxa cresci PIB	7,7	13,0	30,8	27,0	7,7	13,0	30,8	30,0

NOTAS: a taxa de câmbio é face ao dólar americano; o agregado monetário é expresso em variação anual percentual do "stock" de M₂.

Verifica-se que a hipótese monetária e cambial terá de ser muito restritiva para que a taxa de inflação possa assumir valores baixos no cenário 2. Esta restritividade da política monetária, para que permita a folga necessária ao financiamento do sector privado, exige um elevado rigor da política orçamental e a conformação das despesas às receitas públicas.

Para que a taxa de inflação seja de:

- **15% em 2005**, a taxa de crescimento do PIB deverá ser 23,5%, a taxa de variação do agregado monetário de 38,7% e a desvalorização cambial nula;
- **10% em 2006**, a taxa de crescimento do PIB deverá ser de 30,8%, a variação do agregado monetário de 41,5% e teria de se operar uma revalorização cambial de 9,5%.

Esta simulação é muito insinuante e fornece indicações interessantes, por intermédio da impossibilidade de determinadas metas de crescimento económico, para a política orçamental e a dimensão do Estado na economia.

SEGUNDA PARTE

OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS, AS INFRAESTRUTURAS E O PAPEL DO SECTOR PRIVADO

AS ASSIMETRIAS REGIONAIS EM ANGOLA – UMA REFLEXÃO PRELIMINAR, MAS IMPORTANTE

Aves da Rocha

1.- PONTOS PRÉVIOS

Os estudos relativos às assimetrias do desenvolvimento dentro dum mesmo país não são recentes e o interesse que esta problemática tem suscitado remonta a François Perroux, Jonh Friedman e Jan Tinbergen na década de 60 do século passado⁵⁸. Mais recentemente, o interesse pelo estudo do crescimento regional alargou-se às assimetrias decorrentes dos processos de integração económica, que têm levado – ou ameaçam levar – ao esvaziamento progressivo de territórios/zonas/espacos escassamente competitivos ao nível comunitário. Esta nova direcção – de resto, complementar da anterior – que tem sido imprimida à problemática regional/espacial é de particular interesse para Angola, a braços com uma ausência de estratégia para a sua integração económica nos espaços regionais africanos a que politicamente se comprometeu pertencer.

Em termos teóricos, são já relativamente abundantes conceitos, modelos e ferramentas metodológicas que, no âmbito da disciplina do Crescimento Económico⁵⁹, têm permitido realizar e enfatizar determinados contrastes empíricos que conduzam ao conhecimento/descoberta das causas do aumento do Produto, da origem das assimetrias espaciais – e, conseqüentemente, da criação e distribuição do rendimento – e das razões das dinâmicas de desenvolvimento, ou seja, o porquê de alguns países/regiões/territórios crescerem mais rapidamente do que outros/outras. E é neste contexto que se pode inserir a problemática da equidade inter-territorial, procurando-se reflectir se deve ser este o sentido do desenvolvimento regional ou, pelo contrário, se o mesmo se deve concentrar nas regiões mais competitivas de modo a rentabilizar os investimentos económicos e sociais e depois difundir o crescimento para os espaços imediatamente mais contíguos.

Quer dum ponto de vista teórico, quanto dum perspectiva práctico/empírica, os temas essenciais relacionados com a economia regional podem ser agrupados em três áreas: a primeira relacionada com o impacto do crescimento sobre a localização e concentração das actividades económico-produtivas em determinadas áreas geográficas, a segunda pontualizada sobre a evolução das disparidades regionais expressas pelas diferenças no rendimento médio por habitante e o estudo das causas que estão na origem das mesmas e, finalmente, a relação entre os processos de integração, crescimento e convergência.

⁵⁸ Ver “A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento”, Perroux, Friedman e Tinbergen, Edições RÉES, 1975.

⁵⁹ Na literatura anglo-saxónica são várias e definitivas as contribuições no domínio do “*economic growth*”, “*economic development*” ou “*development economics*” (esta designação mais atraente e verdadeiramente do domínio da teoria ou da análise do desenvolvimento), com Robert Solow, Arthur Lewis, Paul Romer, Robert Barro, Xavier Sala-I-Martin, Debraj Ray, Michael Todaro, Stephen C. Smith, Ian M. D. Little, Philippe Aghion, Peter Howit, A. P. Thirlwall para, eventualmente, citar os mais importantes e conhecidos autores e teóricos. Ver neste Relatório Económico Anual a excelente reflexão de Vítor Santos sobre o ponto de situação do debate teórico quanto ao desenvolvimento económico regional.

Em Angola é inexistente a reflexão sistemática – política e académica – sobre o desenvolvimento regional e a recuperação dos espaços interiores face a uma litoralização demográfica e económica crescente, a qual e perante uma ausência de estratégia e de política regional, tende a retro-alimentar-se. Alguns estudos, muito circunscritos, têm abordado, meramente ao de leve, as desigualdades regionais em Angola, mas têm sido muito escassos os debates, as conferências, as palestras e os seminários sobre este assunto, sendo, justamente, por isso que o Relatório Económico Anual – 2003 escolheu para tema da sua segunda parte os problemas da regionalização, da localização das infraestruturas e do estado actual do debate e da reflexão teórica sobre a economia regional⁶⁰.

A breve reflexão que apresento nos parágrafos seguintes tem como ponto nuclear a comparação estática entre indicadores económicos e sociais de grandes zonas regionais⁶¹, que permitem evidenciar fortes divergências inter-territoriais no país. A regionalização de certos indicadores foi extremamente difícil de realizar – devido às já habituais razões de índole estatística – mas, mesmo assim, preferi fazê-lo para contribuir para uma primeira abordagem sistematizada desta questão em Angola. Uma primeira conclusão antecipada para os desequilíbrios encontrados entre as cinco grandes regiões em que o país foi dividido ressalta que entre os factores explicativos de tão fortes assimetrias, se destacam, a organização político-administrativa centralizada⁶², a estrutura territorial desequilibrada existente e que tende a reproduzir-se em cada ciclo económico, a tendência centralizadora na localização das actividades económicas e produtivas empresariais privadas (explicada pela dimensão relativa do mercado da Grande Luanda em proporção do todo nacional) e a especialização sectorial de determinados espaços face à sua dotação em recursos naturais.

Os critérios que levaram à configuração das cinco grandes regiões foram:

- existência de recursos naturais iguais;
- contiguidade territorial, que possa facilitar o lançamento de obras de recuperação de infraestruturas de incidência inter-territorial, favorecendo-se, por exemplo, as vias secundárias e terciárias de comunicação;
- interacção do desenvolvimento com a reconciliação nacional pela via inter-étnica.

Este estudo levou ao desenho duma “*Angola Desfavorecida*”⁶³ para a qual os indicadores económicos (produto interno bruto por habitante, ou índice bruto de poder de compra) e os indicadores sociais (índice de pobreza e de privação humana) estão abaixo ou acima de 50% da média nacional. Toda a análise está fixada em 2000, ano para o qual foi obtida a maior convergência de dados e de informações diversas.

⁶⁰ A abordagem sectorial é, ainda, a dominante, quer dum ponto de vista académico, quer no posicionamento da política económica e dos modelos de crescimento. Creio que se pode descobrir nesta atitude o peso dos sectores de enclave, totalmente divorciados da problemática regional de Angola.

⁶¹ A generalização tem, por vezes, a vantagem de esconder insuficiências e mesmo erros de análise e de metodologia. Qualquer análise pormenorizada das assimetrias regionais em Angola é, neste momento, impossível, a não ser que seja objecto dum projecto específico de investigação em que a inquirição seja o método de pesquisa e recolha de informação a utilizar.

⁶² Esta matéria não vai ser referida nesta reflexão por evidente limitação de espaço. No entanto, ela foi objecto dum tratamento relativamente aprofundado em termos de verbas atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado às províncias, a distribuição provincial do Programa de Investimentos Públicos, a repartição provincial dos trabalhadores da Função Pública, etc.

⁶³ Para certas correntes políticas a “*Angola Profunda*”.

2.- INTRODUÇÃO

O processo de dinamização do desenvolvimento do país tem estado sujeito, desde praticamente a sua independência em 1975, a uma série de vicissitudes, das quais, provavelmente, a guerra foi a mais séria das adversidades. O que se esperava com a independência – a consolidação da dinâmica que vinha do passado – não ocorreu, antes pelo contrário, assistiu-se, não apenas, a uma deterioração do crescimento económico, como a um não aproveitamento racional de algumas das suas enormes potencialidades.

São indiscutíveis os desequilíbrios sectoriais e regionais que constroem a economia a conseguir um melhor aproveitamento da capacidade produtiva instalada e dos recursos naturais de que dispõe.

A situação de desequilíbrios sectoriais e regionais é uma consequência directa da importância das relações económicas com o exterior, nomeadamente as exportações de produtos de base não transformados, que determinam, em mais de 90%, o crescimento do Produto Interno Bruto. Este estado, aliado às deslocações de população como resultado do conflito militar, contribuiu para que o (pouco⁶⁴) crescimento verificado se processasse muito desarmoniosamente.

A condição de arrasamento de praticamente todas as infraestruturas físicas e materiais a que a guerra conduziu é hoje o principal obstáculo para que as zonas do interior do país sejam chamadas a integrar-se num movimento global de crescimento e de integração da economia nacional. A recuperação dos principais e mais significativos eixos de transportes rodoviários e ferroviários é, do meu ponto de vista, a grande prioridade em matéria de desenvolvimento regional e de criação das condições para se pôr em marcha um movimento que, a longo prazo, proporcione a igualização relativa das condições de acesso à repartição do rendimento nacional.

O fenómeno dos deslocados vai, concerteza, jogar um papel de relevo sobre o binómio população/desenvolvimento (urbano e rural). A paz não está, por enquanto, a ter as consequências esperadas em termos de regresso e fixação dos deslocados às e nas zonas de origem, pelo contrário, a opção de segurança que as cidades proporcionavam face à guerra, começa a ser substituída pela simples atracção urbana, propiciada pelos familiares aqui residentes, pelas maiores facilidades de sobrevivência diária, etc. Se durante o conflito militar, o êxodo rural, traduzido na fuga à guerra, deu origem ao aparecimento de um fenómeno de “*ruralização das cidades*” - reacção social e económica às dificuldades de sobrevivência e às carências de abastecimento de bens alimentares - durante a paz e com as dificuldades existentes nas províncias do interior⁶⁵, o reassentamento das populações pode não ser registado nas proporções esperadas e desejadas, colocando, em decorrência, problemas ao próprio modelo de se levar o desenvolvimento ao campo. Assim, será, mais uma vez, o

⁶⁴ De acordo com as informações do African Development Indicators de 2002, a taxa média de crescimento do PIB, a preços de 1995, entre 1990 e 2000 não foi além de 0,7%, o que, evidentemente, provocou uma degradação das condições de vida da população e a emersão da pobreza como fenómeno estrutural.

⁶⁵ Durante as minhas recentes deslocações por algumas províncias do Leste e por Malanje, ficaram patentes várias coisas: que a macroeconomia do Fundo Monetário Internacional não chega ao interior, que as dificuldades de recuperação da agricultura são fantásticas - não se podendo pensar que, apenas, serão os mecanismos de mercado a reabilitá-la - que terá de haver durante um tempo razoável mais Estado (e, claro, melhor Estado), que a fome e a nudez são tão evidentes como a paz, que o atavismo vai concerteza ser um obstáculo à implementação dum modelo de crescimento moderno e produtivista, que a iniciativa privada e o empreendedorismo nem sequer embrionárias são, que as igrejas detêm uma influência apreciável sobre as populações (no respeito pelas suas tradições), etc.

problema da capacidade de retenção do crescimento populacional nos quadros rurais de desenvolvimento societário a condicionar estratégias e políticas de desenvolvimento: a forte rarefacção que caracteriza a ocupação populacional de Angola tem implicações indeléveis sobre a cobertura de serviços de saúde, educação e formação, sobre o fornecimento de água, sobre os sistemas de transportes, etc.

Foi durante a Administração colonial portuguesa e sobretudo quando os impulsos de crescimento económico do território foram considerados surpreendentes, que se compreendeu ser difícil nessa fase do “*milagre económico angolano*” levar o desenvolvimento ao interior e, conseqüentemente, diminuir as diferenças regionais que se acentuavam, com a concentração do crescimento económico em pólos como Luanda, Benguela e Nova Lisboa (Huambo). A fabulosa rede de estradas que então se foi construindo não obedeceu, apenas, a determinantes de ordem militar, tendo-se, pelo contrário, conjugado os interesses de circunscrever a acção da guerrilha com os do desenvolvimento, porque se compreendeu que o levar-se o desenvolvimento ao interior era, igualmente, uma forma de diminuir a intensidade da luta de libertação nacional. Deveria ter sido o IV Plano de Fomento a consagrar, de um modo prático e particularmente através da Extensão Rural, o modelo de alargamento do desenvolvimento ao “*hinterland*”, em condições de um equilíbrio populacional muito diferente do de hoje, em que a população rural representava mais de 80% da população total do território.

A questão das infraestruturas necessárias para se levar o desenvolvimento ao interior conduz-nos ao problema do seu correcto dimensionamento e, mais importante, à sua conservação. Por um conjunto variado de razões – degradação moral, deturpação das consciências, inversão dos códigos de valores e de conduta social - é constatável uma elevada propensão à depredação das infraestruturas. A sedição perante a crise económica instalada há muito tempo é, eventualmente, a atitude mais negativa que se observa relativamente à conservação das infraestruturas. A elevada taxa de pobreza é, na verdade e do ponto de vista social, talvez a maior ofensa que um país independente e com extraordinárias potencialidades de crescimento pode fazer aos seus cidadãos. Como o acto de revidar não pode ser abertamente assumido, o recalco psicológico provocado pela crise económica manifesta-se na forma como são utilizados os bens e serviços públicos, como as infraestruturas físicas, os equipamentos sociais, a água, a electricidade, etc. Instalou-se, com efeito, uma atitude de lassidão e de relaxamento quando em causa está o uso daqueles bens, que valida, também e afinal, uma apreciação popular sobre a acção e a postura do Estado. Esta propensão à falta de conservação tem implicações económicas importantes e evidentes. Desde logo, grande parte das infraestruturas materiais esgota a sua utilidade económica e social muito antes de os empréstimos que financiaram a sua construção/reabilitação começarem a ser amortizados, particularmente nos casos de empréstimos concessionais, pela simples razão de que deixaram de existir. Esta situação tem duas contrariedades: a taxa de investimento global da economia será maior do que em condições normais de vida útil dos equipamentos infraestruturais e a taxa social de desconto – com que se avaliam os impactos económicos e sociais dos projectos de infraestruturas – terá de ser muito mais elevada. A ser assim, as dificuldades de financiamento da economia tenderão a ser significativamente maiores e as novas modalidades de construção de infraestruturas - traduzidas pelas parcerias público-privadas - deixarão de apresentar condições de atractividade e rendibilidade.

A segunda implicação relaciona-se com o aparecimento duma dívida residual sem património de contrapartida. A actual dívida angolana resultou, numa elevada percentagem, de financiamentos para suportar o esforço de guerra, não existindo, portanto, activos económicos reais que a contrabalancem. Se a conservação das infraestruturas for descuidada, a dívida angolana aumentará.

Finalmente, se este estado de espírito prevalecer então dever-se-ão reduzir significativamente os períodos de vida económica útil dos empreendimentos físicos de responsabilidade do Estado, o que equivale a aumentar enormemente a taxa global de investimento.

3.- AS DESIGUALDADES TERRITORIAIS INTERNAS

São tremendas as desigualdades regionais em Angola e que nesta fase de pós-conflito se manifestam de modo totalmente visível. Existem manchas imensas de território completamente despovoadas como consequência das migrações forçadas pela guerra. Inclusivamente muitos eixos administrativos foram abandonados pelas autoridades e populações devido à instabilidade militar, colocando-se a questão de se saber se a reconstrução das respectivas infraestruturas se deve processar ou se, pelo contrário, devem ser construídas novas nos novos locais de concentração da população deslocada.

A necessidade de se promover um desenvolvimento harmónico e equilibrado do território nacional tem de, necessariamente, passar a assumir um lugar cada vez mais destacado nos estudos e na análise da economia de Angola, para que corresponda, no fundo, à consciência generalizada da existência de uma grande desigualdade de níveis adentro das populações das várias províncias.

Decorre daqui a urgência em se praticar uma política de regionalização do desenvolvimento, que leve a modernização das estruturas produtivas e a melhoria das condições de vida da população ao interior, condição politicamente indispensável para se falar em reconciliação nacional. Na realidade, a programação do desenvolvimento económico do país não pode ser dissociada do estabelecimento de novas estruturas económicas e sociais em que seja possível a troca de conhecimentos e dos bens produzidos, num vasto esquema de valorização do potencial humano de Angola, que é, em última instância, o verdadeiro motor do progresso.

Por outro lado, não se poderá acreditar na possibilidade de se conseguir um desenvolvimento económico intenso e ordenado que não seja à custa da criação, nas regiões mais favoráveis ou aptas, das infraestruturas e dos incentivos que tornem viáveis a implantação dum número crescente de indústrias e outras actividades económicas que possam conduzir a um melhor aproveitamento e transformação das riquezas naturais, nomeadamente no domínio dos recursos agro-pecuários, silvícolas e das pescas dessas regiões.

É pois numa perspectiva de crescimento equilibrado entre a agro-pecuária/florestas/pesca e a indústria transformadora que deve ser encarada a nova visão estratégica do desenvolvimento regional em Angola. Na verdade, a indústria transformadora, para além de ser um sector particularmente dinâmico nos seus efeitos multiplicador e acelerador, pode consumir uma boa parte dos produtos do “cluster” agricultura/pecuária/florestas/pescas, valorizando-os internamente e abrindo-lhes novos mercados para a sua colocação. Por outro lado, o desenvolvimento da mancha agrária e das pescas – entendido como racionalização de métodos e de processos com vista ao incremento da produção e da produtividade – irá aumentar a dimensão do mercado interno para a drenagem dos produtos industriais, como consequência do aumento do poder de compra das populações rurais e evitará que a industrialização se faça à custa do indesejável aumento das importações de matérias primas e de bens de consumo intermédio produtíveis internamente.

Dentro desta óptica de desenvolvimento equilibrado entre a indústria transformadora e a agricultura não poderá prescindir-se da criação de pólos de crescimento regional⁶⁶, já que continua a ser evidente nas economias modernas e mais desenvolvidas de hoje que esta estratégia de polarização do desenvolvimento continua a ser a mais ajustada à implosão do desenvolvimento e ao nivelamento das condições de vida entre as províncias.

Ainda de acordo com a ideia básica de um desenvolvimento equilibrado da agricultura e da indústria, tornar-se-á necessário que a acção centrípeta dos pólos de crescimento venha a ser acompanhada de uma actuação eficaz de apoio à agricultura camponesa, com vista a contrabalançar a tendência de urbanização crescente.

4.- OS EIXOS E AS ZONAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

4.1.- Considerações preliminares

As zonas e eixos de desenvolvimento delimitados nesta abordagem, necessariamente abreviada, tiveram como critérios básicos de aglutinação a homogeneidade de recursos naturais e a necessidade de fazer inter-agir o desenvolvimento económico com a reconciliação nacional pela via inter-étnica. Do mapa regional proposto sobressaem um eixo e duas zonas onde a inter-eticidade é o denominador comum.

O “*eixo do petróleo*”, ao aglomerar as províncias de Cabinda e do Zaire, junta as duas principais etnias da região num esforço comum de desenvolvimento e de aproximação social e política.

A zona de desenvolvimento denominada “*agro-hidroeléctrica*” e constituída pelas províncias de Malange, Kwanza Norte e Uíge, inter-age duas das mais importantes etnias de Angola, as quais, em conjunto, representam mais de 14% da população do país.

Finalmente, a “*zona centro-sul*”, a grande reserva agro-pecuária e das pescas do país e de enorme potencialidade para a implantação dum fortíssimo sector agro-industrial de satisfação das necessidades do mercado interno e de exportação, é a zona inter-étnica por excelência, uma vez que no seu seio coabitam, pelo menos, oito da totalidade das etnias existentes em Angola.

Para que este futuro desenvolvimento polarizado possa funcionar e desencadear os efeitos desejados sobre a redução das disparidades regionais e a aproximação dos níveis de vida das populações são necessárias várias condições, de onde se destacam a descentralização administrativa⁶⁷, a capacidade de liderança e de governação local e o envolvimento das autoridades tradicionais. São condições institucionais e políticas elementares para que se possa levar o desenvolvimento ao interior e a íficar.

⁶⁶ A definição destes pólos de crescimento regional deve obedecer à realização de um amplo e profundo estudo da problemática da regionalização do desenvolvimento em Angola e deveria ser conduzido pelo Ministério do Planeamento. Os pólos que são indicados mais à frente em são meramente indicativos e a sua delimitação obedeceu a critérios que, obviamente, são discutíveis e que por isso deverão ser testados no âmbito do estudo proposto anteriormente.

⁶⁷ A descentralização administrativa e financeira é um dos tópicos actuais do conjunto de abordagens estratégicas do Governo, que anunciou para Agosto do presente ano a realização dum fórum nacional para discussão e debates destas matérias.

4.2.- Eixos/zonas de desenvolvimento futuro

4.2.1.- Definição e delimitação geográfica

Ainda que seja pacífica a ideia de ter de se levar o desenvolvimento até ao interior do país, mais discutível, porém, é a delimitação de zonas ou eixos de desenvolvimento sem que exista um estudo preciso sobre as diferentes características – humanas, geográficas, climáticas, hidrográficas, mesológicas, recursos naturais⁶⁸, etc. – que tornam as regiões mais ou menos homogêneas. Do que também se não duvida é da necessidade de se des-macrocefalizar a região de Luanda, tendencialmente de gestão difícil e complexa, de todos os pontos de vista. Existem estimativas que apontam no sentido da cidade de Luanda poder contar com cerca de 6 milhões de habitantes dentro de 10 anos⁶⁹. Torna-se, portanto, imprescindível configurar zonas ou eixos de desenvolvimento do centro-interior que contrariem a exagerada atracção pela cidade-capital.

Com efeito, todas as excessivas concentrações humanas arrastam custos que seguramente têm consequências económicas, sociais e mesmo políticas. Quando se falava anteriormente na manutenção e conservação das infraestruturas físicas e materiais e no seu uso socialmente responsável pelos respectivos utentes, tinha-se em mente, também, a qualidade dos respectivos investimentos. Vai, concerteza, ser muito difícil garantir qualidade de vida aos cidadãos através das infraestruturas se o aumento populacional se continuar a verificar aos ritmos actuais. Esta questão está, obviamente, relacionada com a utilidade social e a rendibilidade económica desses empreendimentos de iniciativa estatal, sobretudo num cenário de recursos fiscais escassos⁷⁰.

A reordenação dos investimentos públicos infra-estruturais para o interior assume, pelas razões anteriores, uma enorme prioridade, justamente por ser aí que podem ter maximizadas as suas utilidades social e económica.

No entanto – e ainda que as considerações anteriores sejam evidências mais ou menos inquestionáveis – permanece o problema dos critérios de agregação das províncias. As zonas e os eixos que vão ser trabalhados foram definidos em função, por um lado, da relativa homogeneidade dada pelos recursos naturais comuns e, por outro, pela tradição económico-produtiva do passado. Este último critério teve como ponto de partida o que a estratégia de regionalização do desenvolvimento estabelecia no IV Plano de Fomento, em que a preocupação de reduzir as desigualdades entre o litoral – focalizado nos pólos de Luanda-Viana, Lobito-Benguela e Huambo-Caála – e o interior (Malange, Bié e particularmente Moxico, Kuando Kubango e as actuais Lundas - assumia destaque nas opções políticas e de política económica da Administração colonial.

O quadro seguinte estabelece a delimitação geográfica das zonas e eixos de desenvolvimento.

⁶⁸ Um estudo com estas intenções deve ser realizado depois de elaborada a Estratégia de Longo Prazo – 2025 pelo Ministério do Planeamento e poderia ser um elemento de extrema importância para o Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2007-2011.

⁶⁹ Ver Carta Estratégica de Luanda, Governo Provincial de Luanda.

⁷⁰ Quanto mais se investir em Luanda no domínio das infraestruturas maior será a atracção exercida sobre as populações do interior, piores serão as condições de vida dos cidadãos, maior a desertificação do “*hinterland*” e mais acentuadas tenderão a ser as desigualdades regionais. A criação de pólos urbanos alternativos a Luanda, como Viana, Caxito, Luanda Sul ou até mesmo Catete pode ser uma alternativa para 2025, de resto abordada na já citada Carta Estratégica de Luanda.

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

EIXOS/ZONAS	PROVÍNCIAS	EXTENSÃO(km ²)	REPARTIÇÃO %
PETRÓLEO	Cabinda e Zaire	47400	3,7
DIAMANTES	Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico	403660	31,6
AGRO-HIDROELÉCTRICO	Malange, Uíge e Kwanza Norte	180410	14,1
AGRO-PECUÁRIO E PESCAS	Huambo, Bié, Huíla, Benguela, Kwanza Sul, Cunene, Namibe e K. Kubango	611562	47,8
INDUSTRIAL-COMERCIAL	Luanda e Bengo	35273	2,8
ANGOLA	-	1246700	100,0

FONTE: Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, 2001

NOTA: Certamente por algum erro, o total da superfície do país obtida pela soma das extensões parciais dos eixos/zonas retiradas da Monografia prefaz 1278305 km². A repartição percentual plasmada na última coluna do quadro foi calculada com base neste total.

Destacam-se duas zonas predominantes: a dos diamantes ocupando uma superfície que representa quase 32% do total do território e a de eleição para a agro-pecuária, que abarca toda a zona centro-sul do país e se estende por uma área correspondente a cerca de 48% do país.

4.2.2.- Caracterização demográfica

A arrumação do território pelas zonas/eixos considerados não revela nada de particular sobre as assimetrias regionais actuais. Mas a repartição da população segundo as áreas consideradas já aponta no sentido da macrocefalização do litoral e da desertificação do interior. As informações a este propósito estão no quadro seguinte.

EIXOS/ZONAS	PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO (milhares)	REPARTIÇÃO PERCENTUAL	DENSIDADE POPULACIO.	DENSIDADE RELATIVA
PETRÓLEO	Cabinda e Zaire	446,6	3,4	9,4	0,91
DIAMANTES	Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico	1129,6	8,6	2,8	0,27
AGRO-HIDROELÉCTRICO	Malange, Uíge e Kwanza Norte	2035,8	15,5	11,3	1,09
AGRO-PECUÁRIO E PESCAS	Huambo, Bié, Huíla, Benguela, Kwanza Sul, Cunene, Namibe e K. Kubango	6645,7	50,6	10,9	1,05
INDUSTRIAL-COMERCIAL	Luanda e Bengo	2876,3	21,9	81,5	7,91
ANGOLA		13134,0	100,0	10,3	1,00

FONTES: Hélio Moura – Angola: Dinâmica Populacional, Trabalhos Preparatórios da Estratégia de Longo Prazo, Luanda, Janeiro de 2003; Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, Novembro de 2001.

Sabendo-se que a existência duma massa crítica de população é indispensável para a localização das actividades económicas⁷¹, a diferença entre as densidades médias da zona industrial-comercial e da zona dos diamantes (29,1 vezes) explica porque uma das actuais características do desenvolvimento regional em Angola é a da concentração das actividades privadas na zona da Grande Luanda. De resto, já o valor correspondente à sua densidade relativa aponta para a verificação dum profundo desequilíbrio regional na distribuição da população, com a ocorrência de amplas

⁷¹ Naturalmente que o poder de compra dessa população é outro elemento, porventura mais importante, para a localização do investimento privado. Mais adiante voltarei a este aspecto.

extensões de território totalmente desertas (a zona dos diamantes, a que corresponde quase 32% do território, é habitada por pouco mais de 8% da população total).

É patente a pressão demográfica sobre Luanda e região circundante de influência, onde a densidade demográfica é a maior e de mais de 81 habitantes por quilómetro quadrado em 2000. O eixo com maior margem de progressão em matéria populacional é o dos diamantes com apenas 8,6% da população total e uma densidade de menos de 3 habitantes por quilómetro quadrado. Numa estratégia de desenvolvimento regional equilibrado, a zona dos diamantes poderia vir a ser uma das zonas de migração interna preferencial, atendendo, também, às suas comprovadas potencialidades agrícolas, pecuárias e comerciais (neste aspecto poderiam ser aproveitadas as intensas relações comerciais fronteiriças com a República Democrática do Congo através da constituição de fortes entrepostos comerciais).

A zona agro-pecuária por excelência é a que concentra a maior parte da população angolana, embora com uma densidade demográfica inferior à média.

4.2.3.- Recursos naturais⁷²

Como é do conhecimento geral, Angola dispõe de inúmeros recursos em diferentes sectores de actividade, sendo de destacar os agrícolas – em sentido amplo, onde se incluem os da pecuária e os florestais – os da pesca e e os minerais. O quadro seguinte correlaciona, de forma sistematizada mas sintética, as zonas e eixos de desenvolvimento com as potencialidades económicas das províncias que os integram.

AS POTENCIALIDADES ECONÓMICAS DAS ZONAS E EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

EIXOS E ZONAS DE DESENVOLVIMENTO	PROVÍNCIAS	RECURSOS NATURAIS
PETRÓLEO	Cabinda e Zaire	Petróleo, milho, massangano, massambala, mandioca, batata, feijão, amendoim, pesca, madeira, fosfatos
DIAMANTES	Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico	Diamantes, mandioca, batata doce e rena, feijão, amendoim, alguns citrinos boni vicultura, madeira, hidroelectricidade de pequena/média dimensão
AGRO-HIDROELÉCTRICO	Malange, Kwanza Norte e Uíge	Hidroelectricidade de grande dimensão, café, madeira, ferro, manganês, algodão, mandioca, girassol, batata, amendoim, feijão, hortícolas, banana, cana-de-açúcar, citrinos, boni vicultura, madeira, ananás, manga
AGRO-PECUÁRIO E PESCA	Huambo, Bié, Huíla, Benguela, Kwanza Sul, Cunene, Namibe e K. Kubango	Milho, massango, massambala, soja, batata, feijão, palmeira de dendém, café, algodão, cana-de-açúcar, citrinos, pecuária de grande porte, pescas, banana, manga, hortícolas, ananás, amendoim, girassol, urânio, granito negro, mármore, hidroelectricidade de médio porte
INDUSTRIAL-COMERCIAL	Luanda e Bengo	Indústria transformadora, refinaria, comércio, mandioca, banana, hortícolas, algodão, citrinos

FONTE: Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, 2001.

⁷² Os recursos naturais e, particularmente, a sua homogeneidade foi um dos critérios em que se baseou a delimitação territorial do país em zonas. A repartição do valor de algumas das grandezas macroeconómicas, nomeadamente o Produto Interno Bruto, foi assim mais fácil, uma vez que se fez coincidir as Contas Nacionais sectoriais com algumas das zonas. No entanto, o caso de Malanje seguramente que no futuro deverá ser ajustado, quando a província passar a ser produtora registada de diamantes e de petróleo.

Pelas informações anteriores conclui-se que a base agrícola do país é bastante similar, apresentando todas as zonas praticamente as mesmas aptidões para a produção de produtos agrícolas. As vantagens comparativas regionais deverão, portanto, estabelecer-se na base de outros factores mais específicos, tais como:

- os recursos minerais – mais focalizados;
- a capacidade hídrica;
- a maior proximidade dos futuros grandes eixos nacionais de transportes;
- o posicionamento geográfico-estratégico das províncias – por exemplo, Malanje e Huambo apresentam nítidas vantagens para desempenharem uma função de placas giratórias de fomento do desenvolvimento, a primeira entre Luanda, as Lundas e o Moxico e o Norte-Leste de Angola e a segunda província entre o litoral Centro- Sul e o Moxico e o Kuando Kubango;
- a disponibilidade de recursos humanos (para o que contribuem a densidade populacional, a capacidade de retenção de força de trabalho qualificada e especializada, a descentralização e o desenvolvimento do sistema de ensino técnico-profissional, superior e universitário e a valorização estratégica das tradições, enquanto factor de fixação da população e de ligação ao seu meio geográfico e cultural de origem⁷³);
- a capacidade política de mobilização dos governantes e dirigentes provinciais, traduzida na concessão de determinadas facilidades de instalação das actividades económicas privadas⁷⁴;
- a participação e o envolvimento da comunidade internacional, do que poderão resultar a criação de determinadas externalidades fundamentais para a actividade privada nacional⁷⁵;
- as preferências do investimento privado, em particular do investimento directo estrangeiro;
- a oferta de infraestruturas provinciais/regionais, que depende da capacidade de gestão dos programas de investimento público⁷⁶ e da aptidão de promover as parcerias público-privadas.

Em conclusão, num contexto de desenvolvimento regional – mais ou menos equitativo – as vantagens competitivas internas dependerão dum extenso conjunto de factores bastante para lá dos recursos naturais. A maior ou menor habilidade de os gerir e pôr em prática marcará, futuramente, a diferença entre as províncias e regiões.

⁷³ Ver, a propósito, D. Manuel Nunes Gabriel, “Angola-Cinco Séculos de Cristianismo”, Literal-Sociedade Editora, Limitada, 1978, páginas 23 a 29.

⁷⁴ Num contexto futuro de descentralização financeira e administrativa, a aptidão política e a competência técnica dos governantes provinciais vai ser posta à prova, enquanto elemento de diferenciação e de preferência dos investidores privados. Se nesta descentralização administrativa for incluída a possibilidade de, dentro dum mesmo paradigma nacional e dos planos e estratégias globais, se elaborarem programas específicos de desenvolvimento provincial/regional – com recurso a crescentes montantes de fundos próprios – então a concorrência económico-institucional estará instalada e, por essa via, a oportunidade de tornar o desenvolvimento mais equitativo por todo o território nacional.

⁷⁵ O combate à pobreza reclamado por muitas agências internacionais em funções em Angola em áreas como a saúde, saneamento, género, habitação, ajuda alimentar de emergência, etc., contribuirá para se aumentarem os níveis de produtividade provincial/regional.

⁷⁶ Bem geridos, estes programas podem gerar poupanças, as quais viabilizarão a construção de mais infraestruturas. São os conhecidos problemas da qualidade dos investimentos públicos – a sua aptidão de originar sinergias positivas com o sector privado produtivo e a oportunidade de satisfazer as necessidades sociais da população – da utilização de materiais de construção adequados e da transparência financeira (cumprimento das regras de “*procurement*”).

4.2.4.- Caracterização social

As zonas e os eixos de desenvolvimento apresentam diferenças assinaláveis com relação a certos indicadores sociais, conforme se expressa no quadro seguinte.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Zonas/eixos	Províncias	Índice de Pobreza (%)	Esperança de Vida (anos)	Taxa de analfabetismo dos adultos(%)	Índice de privação humana(%)
PETROLEO	Cabinda e Zaire	63,6	46,3	54,9	58,1
DIAMANTES	Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico	39,0	45,2	71,1	68,2
AGRO-HIDRO-ELÉCTRICO	Malanje, Kwanza Norte e Uíge	91,9	45,7	64,4	63,3
AGRO-PECUÁRIO E PESCAS	Huambo, Bié, Huíla, Benguela, Kwanza Sul, Cunene, Namibe e K. Kubango	90,7	45,7	60,6	61,4
INDUSTRIAL-COMERCIAL	Luanda e Bengo	49,1	47,4	45,5	52,9
ANGOLA	-	62,2	45,2	58,0	59,0

FONTES: INE, Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2000-2001; PNUD – Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano em Angola, 1997; Estimativas do autor.

NOTAS: o índice de pobreza é relativo aos agregados familiares; o valor do índice de pobreza para a zona dos diamantes – retirado dos apuramentos do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares do INE - tem sido contestado pelos Gabinetes de Plano das respectivas províncias, no sentido de o considerarem muito baixo.

Começam a ser patentes as assimetrias regionais, neste caso, de índole social. Por exemplo:

- a zona agro-hidroeléctrica patenteia um valor relativo do índice de pobreza de 1,48, o que quer dizer que a pobreza nesta região se situa quase em 50% a mais do que em todo o território nacional, o que, evidentemente, é um forte “*handicap*” para o desenvolvimento, colocando-a em posição desvantajosa;
- a zona industrial-comercial apresenta um índice relativo de pobreza de 0,79, o que traduz um maior poder de compra da respectiva população e um atractivo para a localização das actividades económicas;
- as assimetrias sociais espaciais devem ser atribuídas, numa parte considerável, a diferenças na produtividade, nas taxas de actividade e nas taxas de emprego, como mais adiante se poderá comprovar.

Mas mais constatações se podem retirar:

- a zona agro-hidroeléctrica é a mais fustigada por condições de vida extremas, traduzidas na pobreza e na privação humana;
- os eixos industrial-comercial e do petróleo são os de melhores indicadores sociais e de condições de alfabetização da população adulta;
- no centro-sul de Angola – a zona agro-industrial por excelência – prevalecem, igualmente, condições deficientes para o desenvolvimento económico;
- o paradoxo do petróleo está traduzido pelas elevadas taxas de pobreza, privação humana e de analfabetismo dos adultos que a correspondente zona apresenta. Como a força de trabalho é praticamente toda imigrada dos países das concessionárias estrangeiras e as necessidades em serviços petrolíferos especializados e em bens de consumo não duradouro satisfeitas pelo recurso sistemático e integral às importações, o exercício da

actividade de extração do mineral não se encontra afectada pelas aviltantes condições sociais.

4.2.5.- Caracterização da população economicamente activa

É uma óptica de abordagem com muito interesse para as políticas de regionalização do crescimento económico.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA

Zonas/eixos	População activa(10 ³)	Emprego Função Pública	Emprego empresarial	Emprego agrícola e informal	Emprego total	Taxa de desemprego(%)
PETRÓLEO	225,7	12924	9516	115119	137559	39,1
DIAMANTES	563,4	14219	9149	287325	310693	44,9
AGRO-HIDROELÉCTRICO	997,5	21220	12404	508746	542370	45,6
AGRO-PECUÁRIO E PESCAS	3204,5	91162	151655	1634318	1877135	41,4
INDUSTRIAL-COMERCIAL	1477,8	61096	67912	753696	882704	40,3
ANGOLA	6435,7	200621	250636	3282187	3733444	41,9

FONTE: Hélio Moura – Angola: Dinâmica Populacional; Monografia de Angola; Gabinete de Estudos e Planeamento do MAPESS; Estí mativas do autor.

Do ponto de vista do desemprego, a situação é, no geral, muito preocupante, revelando a economia nacional uma incapacidade estrutural para dar uma ocupação economicamente rentável e socialmente digna a mais de 40% da sua população em idade activa⁷⁷. As regiões menos capazes de empregar a sua população activa são a dos diamantes e a agro-hidroeléctrica, que apresentam um índice relativo de desemprego de, respectivamente, 1,07 e 1,09. As zonas menos afectadas são a industrial-comercial e a do petróleo, com índices relativos de desemprego de, respectivamente, 0,96 e 0,93⁷⁸.

A repartição espacial do emprego revela, do mesmo modo, diferentes capacidades regionais de criação de emprego.

Distribuição por eixos do emprego

EIXOS DESENVOL	PROVÍNCIAS	Ratio em- prego/Pact	Função Pública	Empres- Rial	Agrícola e Infor mal	TOTAL
PETRÓLEO	Cabinda e Zaire	60,9	6,4	3,8	3,5	3,7
DIAMANTES	Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico	55,1	7,1	3,7	8,7	8,3
AGRO-HIDROELÉCTRICO	Malange, Uíge e Kwanza Norte	54,4	10,6	4,9	15,4	14,5
AGRO-PE.						
PESCAS		58,6	45,4	60,5	49,5	50,1
INDUSTRIAL-COMERCIAL	Luanda e Bengo	59,7	30,5	27,1	22,8	23,5
ANGOLA		58,1	100,0	100,0	100,0	100,0

⁷⁷ É uma situação comparativamente desfavorável no contexto da SADC, onde a taxa de desemprego apresenta níveis bem menos elevados. A excepção parece ser a África do Sul, com um valor estimado entre 31% e 41,8%, consoante a definição de desemprego seja mais estreita (estatísticas oficiais) ou mais larga (estatísticas não oficiais e estimativas de investigadores, sindicalistas e outras organizações não governamentais). Apesar de nos últimos 10 anos a taxa de crescimento real do PIB se ter situado entre 4% e 5% ao ano, o desemprego semi-qualificado e não qualificado não cessou de aumentar, situando-se em redor dos 30%. Para mais informações e pormenores consultar: Anna Mccord, Public Works Programmes, New Agenda (South African Journal of Social and Economic Policy) Fourth Quarter, 2003.

⁷⁸ Fica por explicar a baixa taxa de desemprego da zona do petróleo em comparação com outras do país.

É de destacar a zona agro-pecuária e pescas que, em 2000, respondeu por mais de 60% do emprego empresarial e de 50% do emprego total.

4.2.6.- Caracterização económica

O dualismo sectorial da economia nacional também se repercute ao nível regional, onde o eixo do petróleo – Cabinda e Zaire – gerou, em 2000, 5,6 mil milhões de dólares de produto interno bruto. Se a este eixo se juntar o dos diamantes – com um fluxo de 818 milhões de dólares – conclui-se que cerca de 71% da actividade económica nacional se concentra em 5 províncias com 12% da população total, ou seja, um PIB médio por habitante de 4070 dólares americanos. A alteração deste estado de coisas tem de ser objecto de políticas económicas específicas que levem a uma desconcentração e a uma melhor espacialização da actividade económica.

CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA-2000 (milhões de USD)

Eixos	PIB petró- leo	PIB dia- mantas	PIB agr. pecuá. pescas	PIB energia	PIB in- dústria transfor.	PIB co- mércio	PIB constru- ção	PIB não mercantil	PIB Total
Petróleo	5505,6	-	17,7	-	-	44,5	8,5	20,6	5596,9
Diaman- tes	-	587,2	44,7	-	-	112,5	21,5	52,2	818,1
Agro-hi- droeléc.	-	-	80,5	2,7	-	202,8	38,8	94,1	418,9
Agro-pe e pesca	-	-	262,7	-	92,7	662,0	126,6	307,3	1451,3
Indust.- comer.	-	-	113,7	-	172,2	286,5	54,8	133,0	760,2
TOTAL	5505,6	587,2	519,3	2,7	264,9	1308,3	250,2	607,3	9045,4

FONTES: INE, Contas Nacionais, 2000; Plano Director de Desenvolvimento da Lunda Norte; estimativas do autor.

Ficam claras as situações de assimetrias espaciais em Angola:

- Cabinda e Zaire respondem por 62% de toda a riqueza que foi criada em 2000;
- As províncias não minerais do interior do país (Malanje, Huambo, Uíge, Kwanza Norte, Bié, Cunene e Kuando Kubango – às quais corresponde mais de 39% da população total –) não contribuíram para o Produto Interno Bruto senão com apenas 16,5%;
- A mancha litoral do país – Luanda, Cabinda, Zaire, Bengo, Benguela, Kwanza Sul, Namibe e Huíla – respondeu por cerca de 75% do PIB total do país;
- As actividades económicas com um maior grau de dispersão pelo território são o comércio e o Estado.

A outra perspectiva de análise é a que consta do quadro seguinte:

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE ECONÓMICA 2000

EIXOS	PIB regional (milhões USD)	Estrutura regio- nal do PIB(%)	PIB per capita (USD)	Emprego apa- rente	Produtividade bruta aparente (USD/trabalhador)
PETRÓLEO	5596,9	61,9	12532,2	137559	40687,3
DIAMANTES	818,1	9,0	724,3	310693	2633,2
AGRO-HIDRO	418,9	4,6	205,8	542370	772,3
AGRO-PESCAS	1451,3	16,0	218,4	1877135	773,1
COMER-INDUS	760,2	8,4	264,3	882704	861,2
ANGOLA	9045,4	100,0	688,7	3733444	2422,8

Apesar de poder parecer simplista, entendo que a análise dos desequilíbrios territoriais em Angola não pode alhear-se das disparidades na distribuição espacial do rendimento, que são, a um tempo, causa e resultado no processo de geração e

consolidação de desigualdades. Assim e conforme sublinhei mais atrás e que agora se confirma pelos valores do quadro anterior – ainda que compreensivelmente discutíveis – as assimetrias espaciais de rendimento (e dos correspondentes índices de pobreza) devem ser atribuídas às diferenças registadas na produtividade, complementadas pelas taxas de actividade e de emprego.

De todas as formas, convém não esquecer que a produtividade não é uma variável com um valor absoluto em termos económicos, precisando de ser combinada com outros indicadores de desempenho, mormente com os custos em trabalho/trabalhador, para melhor expressar as diferenças espaciais, e assim poder ser considerado um indicador da competitividade regional. A combinação da produtividade do factor trabalho com o custo de trabalho por trabalhador acaba por ser profundamente explicativa das decisões de localização das empresas. Assim sendo, a competitividade regional depende, em grande medida, de combinações magnéticas de produtividade e custos laborais⁷⁹.

Retomando o quadro anterior, ainda são possíveis as conclusões seguintes:

- as regiões mais desenvolvidas do país – do estrito ponto de vista da capitação do PIB – são as do petróleo e dos diamantes, em que este indicador (para Cabinda e Zaire) é 61 vezes mais o da região mais pobre (Malange, Kwanza Norte e Uíge);
- a região mais desenvolvida detinha, em 2000, um PIB por habitante 18 vezes mais do que a média nacional;
- a região agro-industrial por excelência – e que detém enormes potencialidades de desenvolvimento no futuro – apresentou um PIB por habitante em 2000 três vezes mais baixo do que a média nacional;
- em termos de produtividade bruta aparente as diferenças regionais são ainda mais abissais:
 - # o eixo do petróleo – com um valor em 2000 de quase 41000 dólares americanos por trabalhador – representava 17 vezes mais a média do país e 53 vezes mais a das regiões mais atrasadas;
 - # o eixo dos diamantes – com um valor para esse mesmo ano de 2633,2 dólares por trabalhador empregado – pode ser considerado como a região que expressa as condições médias nacionais e a sua produtividade aparente situou-se cerca de 3,5 vezes acima das restantes regiões não minerais.

5.- CONCLUSÕES

Naturalmente que uma das prioridades estratégicas do país é tornar a economia nacional internamente mais reconcentrada, o que em condições normais não seria difícil de tentar promover através de políticas agrícolas, industriais e infraestruturais convenientes e ajustadas. Porém, a integração na SADC – com a constituição já em 2008 duma Zona de Livre Comércio entre os 14 países reunidos nesta região – torna, simultaneamente, mais difícil e mais urgente garantir um desenvolvimento económico

⁷⁹ De tal modo é importante esta combinação para as decisões empresariais de localização das actividades económicas que uma dada região pode apresentar uma mais elevada produtividade do que outra, mas ser menos atractiva do ponto de vista do binómio produtividade-custo de trabalho por trabalhador, bastando para isso que proporcionalmente o custo médio em trabalho seja mais elevado. Esta vertente da análise das assimetrias regionais em Angola não foi contemplada nesta reflexão, mas vai, seguramente, integrar o conjunto das minhas tarefas futuras de estudo sobre a realidade nacional. Para saber um pouco mais sobre esta questão consultar Francisco Carballo Cruz, A Produtividade na Região Norte e na Galiza, Cadernos de Economia, Janeiro/Março de 2004.

nacional mais equilibrado, de modo a maximizar a utilização dos factores e recursos disponíveis e a consequente distribuição de rendimento.

As zonas e os eixos de desenvolvimento tomados como referenciais duma maior regionalização do crescimento económico em Angola são potencialmente fortes, estão assentes na exploração de recursos naturais comuns, pretendem tornar mais racional o uso de recursos e factores de produção e são um dos mais eficazes veículos para se levar o desenvolvimento ao interior.

Luanda, 23 de Julho de 2004

REFERÊNCIAS

- 1.- PERROUX, François, e outros – A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento, RES, 1975
- 2.- WORLD BANK – African Development Indicators, 2002
- 3.- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO –IV Plano de Fomento para Angola 1974-1979, 1973
- 4.- GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA – Carta Estratégica de Luanda, 2002
- 5.- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – Monografia de Angola, Luanda 2001
- 6.- MOURA, Hélio – Angola: Dinâmica Populacional, Trabalhos Preparatórios da Estratégia de Longo Prazo, Ministério do Planeamento, 2003
- 7.- GABRIEL, D. Manuel Nunes – Angola: Cinco Séculos de Cristianismo, Literal, 1978
- 8.- INE – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2001/2002
- 9.- INE – Contas Nacionais 2002
- 10.- PNUD – Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano em Angola 1997
- 11.- MAPESS – Estatísticas dos Centros de Emprego, Gabinete de Estudos e Planeamento
- 12.- GOVERNO PROVINCIAL DA LUNDA NORTE – Plano Director de Desenvolvimento, 2003
- 13.- CRUZ, Francisco Carballo – A Produtividade na Região Norte e na Galiza, Cadernos de Economia, Janeiro/Março 2004
- 14.- SANTOS, Vítor – Teorias do Crescimento Económico e a Vertente Espacial: Ponto de Situação do Debate Teórico, Relatório Económico Anual – 2003, CEIC/UCAN, 2004

TEORIAS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E A VERTENTE ESPACIAL: PONTO DA SITUAÇÃO DO DEBATE TEÓRICO”

Vítor Santos

Professor Catedrático do ISEG

1. Introdução

Um dos grandes temas de preocupação da teoria económica actual é a extrema desigualdade existente na distribuição territorial das actividades: 50% do PIB mundial é produzido por apenas 15% da população mundial; 50% da população mundial mais pobre apenas produz 14% do PIB mundial e 17 dos 20 países mais pobres estão localizados na África Sub-Sahariana. A desigualdade territorial manifesta-se também dentro do âmbito de cada país: na América Latina, Europa e América do Norte cerca de 75% da população está concentrada em áreas urbanas.⁸⁰

Um pouco em reacção a estes profundos desequilíbrios, foram desenvolvidas, a partir dos anos 1980, um conjunto de novas abordagens – de entre as quais, destacaríamos, a Nova Geografia Económica (Krugman, 1991), a Nova Teoria do Crescimento Endógeno (Lucas, 1988 e Romer, 1986) e a Nova Economia da Inovação (Nelson, 1993).⁸¹ Estas três “escolas” protagonizaram três olhares distintos, e nem sempre integrados, sobre as razões que explicavam a dinâmica de crescimento ou a estagnação das diferentes regiões: Como e em que circunstâncias as actividades económicas se concentraram num número reduzido de regiões ao mesmo tempo que se assistia ao subdesenvolvimento das restantes? Qual o papel que a inovação tecnológica pode desempenhar no crescimento económico regional? Que processos determinam o progresso técnico e as mutações tecnológicas e quais são os actores e as instituições chave?

Como teremos oportunidade de verificar, estas três abordagens partilham de uma fragilidade comum⁸²: uma visão parcial e não integrada da realidade. A nova geografia económica valoriza as determinantes da localização das actividades no território mas não incorpora aspectos tão relevantes como sejam o crescimento e a inovação; a nova teoria do crescimento racionaliza o processo de crescimento mas deixa de fora a geografia e as instituições; a nova teoria da inovação focaliza a sua atenção nos quadros institucionais que estimulam a inovação mas não dá a mesma atenção às determinantes do crescimento e da localização das actividades.

Face a estas circunstâncias, compreende-se que a nova “agenda de investigação” e os desenvolvimentos mais recentes procurem estabelecer “pontes” que permitam concretizar a unificação e a integração destas três teorias. Uma nova abordagem que ousasse integrar estas três teorias teria certamente resultados surpreendentes na compreensão do comportamento e do desempenho dos agentes económicos e da própria compreensão dos processos de crescimento económico. Mas, para além disso, traria novos ensinamentos sobre os fundamentos das políticas públicas e o papel que o Estado pode desempenhar no desenho das estratégias de desenvolvimento económico de um país.

⁸⁰ Dados obtidos a partir de Henderson, Shalizi e Venables (2001).

⁸¹ Gilpin (2001) e Acs e Varga (2001) apresentam *surveys*, muito interessantes, destas novas teorias.

⁸² Este aspecto é realçado em Acs e Varga (2001).

2. A nova teoria do crescimento endógeno

2.1. Será o Estado incapaz de influenciar os processos de crescimento económico ?

Até meados dos anos 80, e apesar das opções generalizadas, por parte dos diferentes países, pelas políticas desenvolvimentistas e pela protecção das indústrias nacionais industrializantes, o pensamento económico dominante não dispunha de instrumentos teóricos que permitissem compreender e agir sobre os processos de crescimento económico. De facto, durante muitos anos, foram consensuais, entre os economistas, as explicações para o crescimento económico propostas no âmbito da chamada teoria neoclássica cujo precursor foi Robert Solow que propôs as ideias básicas desta escola de pensamento no decurso dos anos 1950.

A teoria neoclássica do crescimento foi construída em torno de um conjunto de pressupostos que procuraram fazer o melhor compromisso possível entre a adequação à realidade que se procurava explicar e sobre a qual se pretendia intervir e a construção de um modelo operacional que conduzisse a resultados gerais, robustos e consistentes.

A nossa opção aqui não será, de todo, fazer uma análise detalhada do modelo neoclássico mas sobretudo realçar as suas implicações sobre as políticas públicas e o papel que o Estado poderia assumir na dinamização do crescimento económico.

Em primeiro lugar, toda a construção teórica visa evidenciar que as políticas públicas podem ter efeitos no curto/médio prazo mas que não são susceptíveis de ter efeitos permanentes com reflexos no longo prazo. As hipóteses admitidas por este modelo teórico conduziam à conclusão de que as economias atingiam um estado estacionário que era caracterizado por exibir uma taxa de crescimento constante que estava associada a um determinada relação capital por trabalhador. Se, face a este contexto e na ausência de progresso técnico, o governo procurasse acelerar a taxa de crescimento da economia aumentando o nível de investimento (ou a taxa de poupança), apenas lograria obter um efeito temporário que seria diluído ao longo do tempo.

Esta situação resultava de se admitir um conjunto de hipóteses simplificadoras de entre as quais destacamos as seguintes:

- o crescimento de uma economia dependia da acumulação de capital, da quantidade de trabalho utilizada e do progresso técnico; tal significa que o crescimento poderia resultar da utilização de quantidades adicionais de factores produtivos ou de uma utilização mais eficiente dos recursos pela via da inovação tecnológica ou organizacional.
- numa situação em que o progresso técnico estivesse estabilizado e em que, por exemplo, a mão de obra também não crescesse, o aumento do nível de investimento geraria ganhos decrescentes no *output*, trata-se da chamada lei dos rendimentos decrescentes.
- o progresso técnico era considerado como sendo um factor residual e um fenómeno exógeno ao funcionamento do sistema económico e, por isso mesmo, não era racionalizada nenhuma explicação para a sua evolução nem eram, conseqüentemente, fundamentadas políticas que permitissem estimulá-lo. Repare-se que esta hipótese é obviamente muito limitativa quando, por exemplo, alguma evidência empírica para os EUA, referente ao período 1909 e 1949, nos permite concluir que 88% do crescimento da produtividade foi devido

ao progresso técnico.⁸³ Nesta perspectiva, concordamos com Sachs e Larrain (1993) quando estes autores afirmam que a dimensão desta variável residual é tal que retrata bem a dimensão da nossa ignorância !

Uma outra implicação relevante da teoria neoclássica era a hipótese da convergência que postula que a produtividade do trabalho e o rendimento *per capita* dos países menos desenvolvidos tendem, no longo prazo, a convergir para aqueles que se verificam nos países mais desenvolvidos. De facto, a existência de um *gap* tecnológico entre países com diferentes níveis de desenvolvimento, permite que a difusão das tecnologias e do conhecimento acumulado nos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos contribua para contrabalançar, nestes últimos, os efeitos decorrentes da lei dos rendimentos decrescentes tornando, desta forma, possível a ocorrência de taxas de crescimento mais elevadas nos países pobres do que nos países ricos, permitindo, assim, que, a longo prazo, as desigualdades de rendimentos sejam totalmente eliminadas.

A evidência empírica fornecida por vários trabalhos, nomeadamente um estudo de referência como é o caso de Barro e Xavier-Martin (1991) ou ainda Obstfeld e Rogoff (1996), permitem concluir que, se é verdade que se verificou existir convergência entre países ricos, o mesmo não aconteceu relativamente à convergência entre países em vias de desenvolvimento e países desenvolvidos. A principal conclusão decorrente destes estudos é de que, não há evidência empírica substantiva que nos leve a pensar que a convergência real seja um processo automático e, portanto, uma intervenção pública consistente e bem fundamentada pode contribuir para promover a aproximação dos países em termos de desempenho económico e de bem estar.

Parece-nos importante realçar que um dos pressupostos que consubstancia a hipótese da convergência é o facto de se considerar que a inovação tecnológica tem a natureza de um bem público ao qual todos os países têm acesso em igualdade de condições. Trata-se, claramente, de uma hipótese simplificadora tanto mais que é conhecido, e reconhecido, pela teoria da organização industrial, que os processos inovatórios exigem, pela sua própria natureza, a existência de estruturas monopolistas (ou oligopolistas) e o estabelecimento de um sistema de protecção da propriedade intelectual, através das patentes, que é inibitório da difusão generalizada das inovações. Por outro lado, e como veremos no ponto seguinte, a existência de rendimentos crescentes decorrentes de externalidades positivas induzidas pelos efeitos cumulativos associados ao conhecimento e às ideias, permitem superar os constrangimentos resultantes da lei dos rendimentos decrescentes.

Os novos desenvolvimentos teóricos procuram incorporar hipóteses mais flexíveis e adaptadas à realidade (existência de economias de escala, de concorrência imperfeita e de mercados oligopolistas), valorizam a importância do tempo e do espaço, incorporando os contributos da história e da geografia, procuram racionalizar a forma como ocorrem e como se difundem os processos inovatórios e, para além dos agentes económicos, atribuem uma importância decisiva a todas as outras instituições sociais e políticas que possam ter um papel relevante nos processos de desenvolvimento económico.

2.2. O crescimento endógeno e a reinvenção do papel do Estado

Uma das teorias “desafiantes” das abordagens convencionais neoclássicas foi a chamada teoria do desenvolvimento endógeno, cujos percursos foram Paul Romer e Robert Lucas, que puseram em causa aspectos essenciais das abordagens

⁸³ Veja-se, sobre este assunto, Sachs e Larrain (1993, p. 556).

dominantes:⁸⁴ o papel do Estado que deveria ser mais voluntarista na prossecução do desenvolvimento económico, a relevância das instituições que não se configuravam directamente como sendo agentes económicos e a descrença na hipótese da convergência automática.

Como vimos na secção anterior, durante muitos anos, os economistas acreditaram que, embora o Estado pudesse desenvolver políticas públicas que permitiam controlar as flutuações cíclicas de médio prazo, tais actuações não teriam efeitos permanentes a longo prazo, admitindo-se explicitamente que não se dispunha de instrumentos que permitissem influenciar o processo de crescimento económico. Na realidade, durante muitos anos, os teóricos do crescimento económico pressupuseram que a dinâmica das economias era determinada pela expansão dos factores produtivos, num contexto em que se admitia que o progresso técnico era exógeno. Paul Romer foi precursor, desde 1986, de uma postura metodológica distinta, desenvolvendo modelos que permitem endogeneizar o progresso técnico e o conhecimento.⁸⁵ De uma forma heurística e porventura simplificadora da complexidade dos modelos desenvolvidos por este brilhante economista, a questão essencial desta “nova” abordagem é o facto de se reconhecer que as ideias não são necessariamente um recurso escasso (isto é, não existe, felizmente, e tal como acontece com os outros factores produtivos, uma dotação fixa de ideias) e que, por essa razão, escapam à lei dos rendimentos decrescentes, permitindo assim processos de crescimento sustentados e controláveis através da promoção de políticas públicas adequadas que estimulem e criem as pré-condições à “produção de ideias”.

Ao contrário das abordagens convencionais que consideravam o progresso técnico como sendo aleatório e exógeno aos processos económicos, os teóricos do desenvolvimento endógeno consideravam a tecnologia e o conhecimento como sendo factores produtivos que, tal como o capital e o trabalho, eram conscientemente decididos e planeados pelas empresas de forma a aumentar a eficiência produtiva. De facto, o investimento em I&D tende a estimular e a reforçar um “círculo virtuoso” de causalidade cumulativa com a aceleração da taxa de investimento que pode contrabalançar os efeitos negativos decorrentes dos rendimentos decrescentes e sustentar o crescimento económico, para além do estado estacionário. Por isso mesmo, e ao contrário dos modelos convencionais, os teóricos do crescimento endógeno consideram que a promoção de políticas de educação e formação que incentivem a preparação dos cidadãos para a mudança, o desenvolvimento de investimentos públicos no reforço e na consolidação das infraestruturas tecnológicas e de formação, uma aposta muito clara no reforço dos centros de saber podem tornar possível processos de crescimento sustentados e a convergência real das economias, não estritamente dependentes de uma evolução errática e não controlável do progresso técnico.

Os teóricos do crescimento endógeno acreditam ainda que, para além dos mercados e dos agentes económicos tradicionais, existem outros protagonistas, que podem configurar um quadro institucional de espectro mais alargado, e que pode ser de uma grande relevância na indução do crescimento. Embora não o explicitando exactamente da mesma forma, os teóricos do crescimento endógeno estão em perfeita sintonia e retomam uma abordagem anterior, protagonizada pelos apologistas do conceito de paradigma técnico-económico, em que se admite que uma mudança tecnológica está sempre associada a uma constelação de mutações de natureza económica, social e

⁸⁴ Sobre este assunto veja-se Lucas (1988) e Romer (1986).

⁸⁵ O artigo precursor, sobre esta matéria, foi Romer (1986).

institucional.⁸⁶ Nesta mesma linha, autores, como sejam Christopher Freeman, Richard Nelson e Keith Pavitt, evidenciaram o papel crucial para o desenvolvimento económico que deveria ser desempenhado pelos chamados sistemas nacionais de inovação.

3. A nova geografia económica e o desenvolvimento

3.1. A história, a geografia e o desenvolvimento

Já dissemos anteriormente que o espaço e até, de certa forma, o tempo estiveram, durante muitos anos, quase totalmente ausentes das abordagens dominantes na teoria económica. De facto, de acordo com a teoria neoclássica, a localização das actividades económicas era determinada pela dotação de factores produtivos de cada região, embora se saiba que, muitas vezes, existem alguns processos de concentração espacial de determinadas actividades que são explicados pelo próprio acaso ou pela ocorrência de processos cumulativos que se processam ao longo do tempo e que não têm, necessariamente, uma natureza e uma racionalidade estritamente económica.

Como nos explica Paul Krugman no primeiro capítulo do seu livro *“Geography and Trade”*, a principal limitação desta abordagem teórica resulta do facto de não valorizar as dimensões temporal e espacial dos fenómenos económicos e de assumir, ainda que seja implicitamente, que as actividades económicas se processam num universo abstracto desprovido de um enquadramento histórico ou geográfico e onde algumas instituições sociopolíticas, com grande relevância para o desempenho dos agentes económicos, não são explicitamente tomadas em consideração.

Krugman (1991) acabou por dar, não apenas visibilidade, mas também uma visão mais larga e abrangente a toda uma literatura, pre-existente embora sem o estatuto que lhe deveria ser reconhecido no contexto mais global da teoria económica, que se dedicava à análise da localização espacial das actividades económicas e que punha a geografia económica no centro da sua investigação. Tal como a teoria do crescimento endógeno, a nova geografia económica focaliza a sua atenção nas implicações sobre os comportamentos dos agentes económicos, as políticas públicas e o papel do Estado, num contexto em que as decisões são fortemente marcadas pelas imperfeições dos mercados (economias de escala, economias de aglomeração, custos de transporte decrescentes, etc.) e pela dinâmica dos processos cumulativos.

Um dos principais contributos desta abordagem é a circunstância de se ter procurado racionalizar o facto da localização das actividades económicas se efectivar, no espaço, seja à escala nacional ou global, de acordo com estruturas dualistas do tipo centro-periferia. A existência de assimetrias regionais e o facto de estas não serem, exclusivamente, resultado de nenhuma espécie de determinismo económico induzido por uma dotação heterogénea de factores produtivos no espaço, mas muito influenciadas por muitas outras circunstâncias, suscitava dois tipos de questões:

- A possibilidade e, até, a obrigação do Estado assumir um papel voluntarista no sentido de procurar criar incentivos à localização de actividades, nomeadamente daquelas que, pela sua natureza estruturante, geram externalidades positivas sobre a estrutura económica;
- O dualismo que caracteriza a localização geográfica das actividades económicas gera, inevitavelmente, tensões políticas e sociais entre as

⁸⁶ Sobre este assunto vejam-se, por exemplo, Dosi e outros (1988), Rosenberg e Birdzell (1986), Nelson (1984) e Freeman e outros (1963).

diferentes regiões de um mesmo país e, também, entre os países mais desenvolvidos e os países mais pobres. No âmbito dos territórios nacionais, há que escolher o compromisso óptimo entre a existência de centros que são necessários para assegurar a capacidade competitiva das economias nacionais e a necessidade de assegurar a coesão social. No âmbito global, trata-se estabelecer um sistema de regulação das actividades económicas que contribuam para minimizar as assimetrias ao nível da distribuição da riqueza que, a par do não reconhecimento da democraticidade das organizações internacionais ou globais, têm contribuído para um clima de contestação da globalização.

3.2. (Des) Economias aglomeração

A concentração territorial das actividades económicas não é um fenómeno aleatório, sendo determinado pela conjugação de duas forças que actuam em sentidos opostos: a aglomeração e a dispersão. A concentração empresarial gera economias de aglomeração associadas a mercados de trabalho mais diversificados e de maior dimensão, à dotação de uma gama mais alargada de redes de serviços e de infraestruturas de maior qualidade e à disponibilização de uma estrutura de centros de saber com competências técnicas e tecnológicas mais amplas.

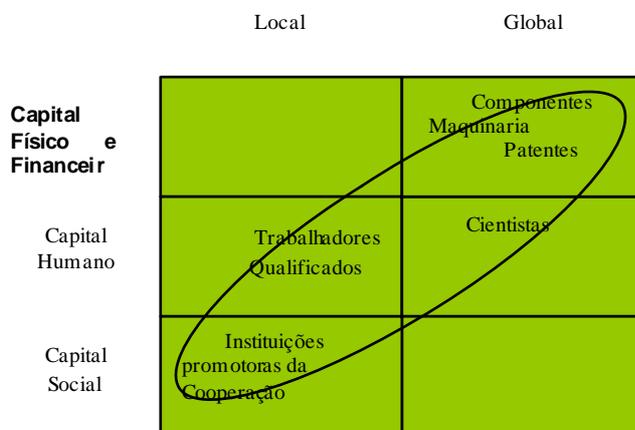
Para além disso, o acesso a mercados de maior dimensão atrai um número crescente de firmas que procuram explorar as suas economias de escala. Este facto suscita uma dinâmica virtuosa que conduz à criação de novas empresas que, por sua vez, induz um aumento de salários e ao afluxo de mais trabalhadores, gerando, sucessivamente, incrementos na procura e a instalação de novas empresas.⁸⁷

A co-localização de empresas que se posicionam em segmentos distintos das cadeias de valor tende a gerar novas dinâmicas nas cadeias de fornecimento e a intensificar a interacção entre as empresas que escolhem a mesma localização. Desta forma, a “*clusterização*” de actividades pode também gerar um círculo virtuoso que potencia efeitos multiplicadores e a exploração mais intensiva das economias de escala e de gama ou uma dinâmica de criação de novas empresas.

Mas existem forças que estimulam a dispersão das empresas e das actividades. A este respeito podem distinguir-se três tipos de efeitos: os custos de congestionamento que funcionam como deseconomias de aglomeração e que criam incentivos para que as actividades e as populações se dispersem ao longo do território; a existência de factores produtivos que revelam alguma imobilidade e que tendem a estimular as firmas a deslocarem-se para as áreas em que os custos são mais baixos (ver figura 1); a dispersão da oferta dos factores produtivos e/ou da procura bens produzidos estimula as firmas a dispersarem-se ao longo do espaço económico de referência.

⁸⁷ Este efeito, designado por “*home market effect*” foi sugerido por Paul Krugman em “*Increasing Returns and Economic Geography*”.

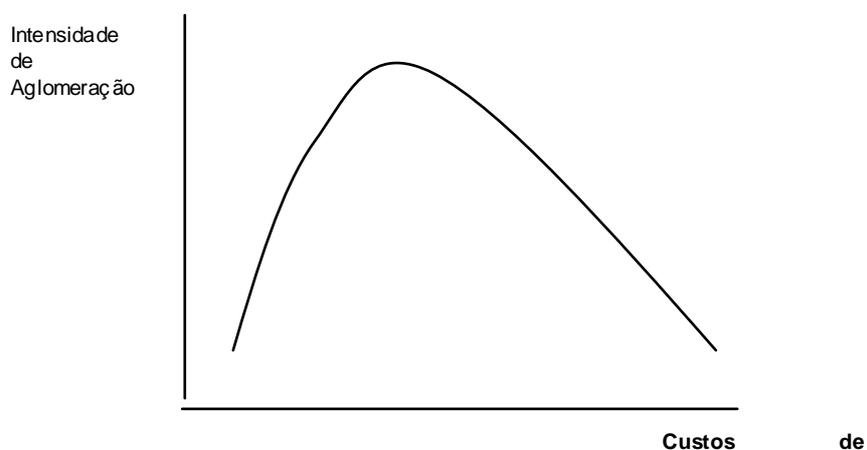
Figura 1 – Mobilidade dos factores produtivos



Fonte: Sölvell, Lindqvist e Ketels (2003), The Cluster Initiative Greenbook, The Competitiveness Institute.

A dispersão de actividades depende do grau de mobilidade relativa dos factores. Por exemplo, à escala local/regional pode existir mobilidade do trabalho e imobilidade da terra. Neste contexto, a mobilidade dos trabalhadores verifica-se até ao ponto em que esta mais do que compensa os custos de congestionamento e os custos crescentes do solo. Já se nos situarmos à escala internacional, o trabalho e o solo tendem a exibir ambos uma elevada imobilidade; esta circunstância contribuirá para desincentivar a aglomeração a menos que, como acontece frequentemente, existam desigualdades internacionais na remuneração dos factores.

Figura 2 - Custos de Transporte e Economias de Aglomeração



O grau de concentração geográfico das actividades económicas depende do balanceamento entre as forças de aglomeração e de dispersão:

- i) Os custos de transporte e de comunicação tendem a ser um dos factores que influenciam decisivamente o grau de concentração: custos de transporte muito elevados ou muito baixos tendem a incentivar uma distribuição mais equitativa das actividades (à escala nacional ou mundial), sendo os custos intermédios aqueles que estimulam uma maior aglomeração de actividades.
- ii) A história (“*path dependency*”) é muitas vezes um factor decisivo na aglomeração de actividades em determinada região ou país. Existe muita evidência empírica que permite constatar que países e/ou regiões dispostos de condições muito próximas acabam por ter desempenhos muito distintos na sua dinâmica de desenvolvimento económico. Para além disso, alguns círculos virtuosos de desenvolvimento acabam por ter efeitos cumulativos (centros de saber, qualidade das instituições, tradição industrial, etc.) que constituem uma das principais explicações para a excessiva concentração da actividade económica em algumas regiões desenvolvidas.

Como é que as forças de aglomeração e de dispersão influenciaram o desenvolvimento urbano e as assimetrias regionais nos países em desenvolvimento? Williamson (1965) dá uma resposta inequívoca a esta questão⁸⁸:

- Numa fase de desenvolvimento inicial, os países exibem uma forte concentração espacial das actividades em parcelas muito restritas do território; este comportamento explica-se pela dificuldade em gerar recursos que sejam suficientes para financiar as infra-estruturas de apoio à actividade económica, a formação de capital humano qualificado e a constituição de centros de competência aptos a responder aos requisitos das empresas e da sociedade.
- À medida que os países se desenvolvem, começam a observar-se dois fenómenos paralelos que estimulam a desconcentração: por um lado, os territórios que exibem uma forte concentração de actividades começam a evidenciar indícios claros de congestionamento e a estar sujeitos a rendimentos marginais decrescentes para os investimentos que neles se localizam; por outro lado, o desenvolvimento económico permite que sejam gerados excedentes que tornam possível uma maior descentralização regional dos investimentos em capital físico, humano e social.

Estes processos de concentração-desconcentração podem ser relativamente penosos para as populações envolvidas pelos seus impactos económicos e sociais. O estudo dos processos de re-estruturação urbana que se verificaram noutros países⁸⁹, podem permitir evitar que se repitam erros que foram cometidos noutros países.

Na sequência do artigo precursor de Williamson, um conjunto assinalável de autores procuram identificar os factores (económicos, territoriais, institucionais, políticas públicas) que influenciam a rede urbana e a concentração de actividades bem como a configuração mais desejável da distribuição territorial das actividades e das populações. Alguns autores evidenciam que existe uma tendência clara para a excessiva concentração urbana nos países em vias de desenvolvimento que, muitas vezes, se deve a deficientes políticas de infraestruturas e à ausência de uma visão estratégica em matéria de ordenamento do território. No entanto, estes autores

⁸⁸ Para mais desenvolvimentos sobre esta matéria, veja-se Williamson, J. (1965), “Regional inequality and the processo of national development”, *Economic Development and Cultural Change*, vol. 13, pp. 3-45. Wheaton (1982), Henderson (1988 e 2003), Ades e Glaeser (1995) apresentam evidência empírica que sustenta esta tese.

⁸⁹ Em Townroe (1981), Chun e Lee (1985) e Henderson, Lee e Lee (1999), são apresentados estudos de caso relativos a cidades brasileiras e sul coreanas.

chamam a atenção para o facto da excessiva concentração territorial das actividades e a sua permanência no tempo resultar de uma atitude e dum comportamento de envolvimento voluntarista dos decisores políticos que acaba por estimular e favorecer a concentração na cidade capital (como acontece, por exemplo, em Bangkok, Cidade do México, Jacarta, Seul, etc.) ou nas cidades onde residem as elites nacionais (como acontece com São Paulo).

4. A nova economia da inovação

4.1. O papel decisivo dos sistemas nacionais de inovação

Durante muitos anos pensou-se e agiu-se como se a tecnologia e o conhecimento fossem bens públicos exógenos ao funcionamento do sistema económico. O progresso técnico assumia a forma de uma espécie de efeito em onda que atingia todas as empresas, regiões e países instantaneamente e que, desta forma, tinha reflexos na eficiência e na produtividade dos processos produtivos. Como vimos anteriormente, esta era, no fundo, a perspectiva neoclássica que a evidência empírica demonstrou não constituir uma boa representação da realidade.

Com efeito, existe, hoje em dia, todo um sistema de protecção da propriedade intelectual que impede que as inovações incrementais ou revolucionárias sejam um bem público apropriável pelos diferentes países ou empresas. Deve realçar-se que, o estabelecimento de direitos de propriedade nesta matéria foi um avanço essencial, já que, como é bem conhecido, se os inovadores não forem devidamente protegidos de forma a serem compensados pelo seu esforço ou mérito, o ritmo de inovações não é tão intenso quanto seria desejável.

Tal como referem Ostry e Nelson (1995), os países e, sobretudo aqueles que assumem uma posição de liderança em termos globais, tendem a exacerbar esta postura defensiva (é o chamado tecno-nacionalismo) e a bloquear ou a deferir no tempo o processo de difusão das inovações, de forma, a prolongarem no tempo o seu avanço tecnológico.⁹⁰

Os estudos existentes fornecem também evidência empírica de que a invenção, a adopção e a difusão de novas tecnologias não são actos isolados mas, muito antes pelo contrário, constituem processos muito complexos, marcados por falhas de mercado de diferentes naturezas (indivisibilidades, incerteza, informação assimétrica, externalidades, economias externas, custos de transacção, entre outras) e que, por isso mesmo, exigem um desenho institucional apropriado para que os processos de inovação e as externalidades e os efeitos de difusão deles decorrentes tenham reflexos em termos de crescimento económico. Esta é a perspectiva das escolas evolucionista e sistémica que consideram que a criação e difusão de inovações resulta da interdependência entre diferentes actores e instituições que interagem ao longo do ciclo de inovação e cujo financiamento e coordenação não podem ser assegurados apenas pelo mercado, cabendo ao Estado, nesta matéria, uma acção relevante.

North (1994) defendia que o desempenho económico de um país é claramente influenciado pela existência daquilo que ele designava pela *“incentive structure of a society”*, isto é, um conjunto de instituições estabelecidas de acordo com um quadro de incentivos que estimulasse a eficiência e a eficácia dinâmica.⁹¹

⁹⁰ Sobre esta matéria, veja-se Ostry e Nelson (1995) ou, ainda, Hart e outros (2000).

⁹¹ Existem outros autores que nos falam de conceitos semelhantes como seja, por exemplo, Gilpin (2001) onde se elabora sobre o *“national system of political economy”*.

A evolução do pensamento sobre estas matérias teve, como não podia deixar de ser, reflexos na formulação de políticas públicas para a inovação.

A preocupação central dos governos foi sempre, ao longo dos últimos 50 anos, a mesma: a constatação de que, apesar de ser óbvio que a adopção de novas tecnologias conduzia a maior rendibilidade, as empresas tendiam a investir menos do que o desejável em I&D devido à existência de falhas de mercado, como sejam, a incerteza, as indivisibilidades e os riscos de imitação.

Para minimizar esta distorção, pensou-se, num primeiro momento, que o Estado devia financiar, sobretudo, a investigação fundamental por ser, a fase do processo de inovação, que tem associada maior incerteza e aquela que suscita maiores problemas de apropriação. Esta postura tem subjacente o pressuposto implícito de que as empresas tenderiam a financiar, adequadamente, as fases seguintes do processo de inovação por se admitir que, os seus resultados seriam menos incertos e mais directamente apropriáveis pelas empresas. Foi esta perspectiva que justificou que, até aos finais dos anos 1960, o papel do Estado se circunscrevia, sobretudo, à criação de laboratórios nacionais que promoviam acções muito orientadas para a investigação fundamental que “no final do circuito económico, o investimento se transformaria em riqueza (Caraça, 1999, pp. 7).”

A realidade veio demonstrar que os processos de inovação não são estritamente lineares e sequenciais e que era necessária actuar não apenas do lado da oferta, mas, simultaneamente, estimular a procura de inovação por parte das empresas. Por isso mesmo, durante os anos 1970, os governos estimularam os investimento em I&D promovidos pelos grandes “campeões nacionais”.

As dificuldades que os Estados nacionais revelaram na identificação dos “campeões nacionais”, com capacidade para se tornarem “cavalos vencedores”, e a importância que o enquadramento institucional tem nos processos de inovação conduziu a que, mais recentemente, se tenda a pensar a política pública em matéria de inovação no quadro do estabelecimento de um sistema nacional de inovação. A institucionalização destes sistemas constitui uma pre-condição essencial para promover o avanço tecnológico, estimular a difusão das inovações, as parcerias e o trabalho em rede, incentivar os saltos qualitativos incrementais ou revolucionários, sobretudo numa situação, como a actual, em que parece estar em curso uma mutação de paradigma tecno-económico.⁹² As situações de mudança de paradigma, em que ocorrem inovações revolucionárias, podem ser exploradas pelos países com *gaps* tecnológicos, tanto mais que, como é salientado por Mancur Olson no seu conhecido livro “*The Rise and Decline of Nations*”, os países que são líderes tecnológicos tendem, na mudança de paradigma, a revelar alguma incapacidade de adaptação, já que o *status-quo* e os interesses estabelecidos pressionam os decisores políticos na condução de acções que tornem possível as reformas económicas e institucionais.

4.2. Inovação, Território e Competitividade

⁹² Parece-nos oportuno referenciar a extrema importância que Rosenberg e Birdzell (1986) atribuem ao quadro institucional enquanto principal e decisivo factor incentivador da inovação. Para se ter um “olhar português” sobre estas matérias veja-se Godinho e Caraça (1999).

Na linha das novas abordagens da geografia económica⁹³, o desafio com que se confrontam os decisores públicos é o de serem capazes de definir políticas que estabeleçam o compromisso certo entre, por um lado, a necessidade de criar centros catalisadores de uma dimensão empresarial e regional, que permitam sustentar uma base económica competitiva Nacional e, por outro lado, criar condições para que as assimetrias inter-regionais, que daí possam resultar, não contribuam para questionar a coesão social e, portanto, o próprio processo de desenvolvimento económico.

Durante muitos anos foi assumido, pelo menos implicitamente, a existência de uma dicotomia entre uma dimensão nacional para as políticas públicas - quando o objectivo central era a modernização e a eficiência do tecido empresarial - e, por outro lado, uma dimensão regional ou local, quando o objectivo, em termos genéricos, era a equidade, embora assumindo expressões concretas muito diversas, como sejam a criação de emprego, o desenvolvimento local ou a coesão social.⁹⁴

Parece-nos, cada vez mais claro, que o território não deverá continuar a ser, como até aqui, o âmbito privilegiado para apostar em estratégias redistributivas, mas, pelo contrário, deverá começar a ser encarado, cada vez mais, como sendo a dimensão natural para concretizar estratégias eficientes.

Apesar das muitas insuficiências e inconsistências teóricas que caracterizam as novas abordagens e que acabam por afectar, naturalmente, a fundamentação das políticas públicas, é hoje muito claro, sobretudo quando se trata de PME, que aquela dicotomia não faz qualquer sentido e que, para além disso, inovação e competitividade devem ser pensadas em articulação com a dimensão territorial e com o desenvolvimento regional.⁹⁵

A focalização recente que se tem vindo a colocar nos *clusters* regionais, como a dimensão espacial óptima para a formulação de políticas para PME, deve-se à conjugação de uma série de factores que, embora com origens perfeitamente independentes, acabam por influenciar exactamente no mesmo sentido.

Em primeiro lugar, o sucesso dos distritos industriais do Norte de Itália, *clusters* industriais tipicamente *marshallianos* muito marcados pela dominância, quase exclusiva, das indústrias tradicionais e que acabaram por ser percursos da emergência, mais recentemente, de novos *clusters*, alguns deles resultantes da dinâmica de actividades *high-tech*, como sejam, Silicon Valley, Route 128, Cambridge, Sophia Antipolis, outros associados ao aparecimento de cidades-empresa, como é o caso de Ludwigshafen, Toyota City e Seattle (Boeing e Microsoft), as capitais da moda, de que se destacam Milão e Paris, e, finalmente, os centros financeiros como sejam, Londres, Nova Iorque e Hong-Kong. Poderíamos citar muitos outros exemplos de *clusters*, associados às decisões de *outsourcing* das empresas, como é o caso de Omaha (*telemarketing*), South Dakota (processamento de cartões de crédito), Irlanda (processamento de *back-office* para serviços financeiros), Sydney (processamento da informação), Bangalore (*software*).

⁹³ Paul Krugman, através do seu livro de 1991 "*Geography and Trade*", acabou por dar, não apenas visibilidade, mas também uma visão mais larga e abrangente a toda uma literatura, pre-existente embora sem o estatuto que lhe deveria ser reconhecido no contexto mais global da teoria económica, que se dedicava à análise da localização espacial das actividades económicas e que punha a geografia económica no centro da sua investigação.

⁹⁴ Dois bons exemplos desta postura metodológica são Curran e Blackburn (1994) e Ozcan (1995).

⁹⁵ Sobre a discussão das interdependências entre inovação, território e competitividade vejam-se, por exemplo, Rosenfeld (2001), Enright (2000) e OCDE (1999).

Em segundo lugar, o reconhecimento de que os processos de inovação são fenómenos complexos que exigem a coordenação de uma multiplicidade de actores que trabalham em rede e de forma sinérgica e que potenciem os efeitos decorrentes da difusão das inovações e da sua apropriação pelo tecido económico. Tal como defende, na sua obra, o Prémio Nobel da Economia Douglass C. North, o desempenho das economias é fortemente influenciado pelo enquadramento institucional e por uma estrutura de incentivos que premeie o mérito e penalize a ineficiência.

Em terceiro lugar, o reconhecimento de que a convergência real automática entre regiões não tem ocorrido, com sucesso, através da promoção de políticas públicas baseadas na transferência de recursos financeiros e no investimento em infraestruturas físicas, reforça a ideia de que a correcção das assimetrias regionais, para ser feita de forma sustentável, exige a aposta em iniciativas que viabilizem a fixação de competências e a estruturação de redes locais que sejam agentes catalisadores da cooperação interempresarial e dos processos de difusão das inovações e, por essa via, actuem como elementos dinamizadores do desenvolvimento endógeno das regiões.

Face à ineficácia e ineficiência de políticas públicas que ignoram que as populações se fixam e as actividades se localizam em territórios, os *clusters* surgem, assim, como uma concretização emblemática e referencial, como uma espécie de alvo em movimento inatingível e irreplicável, no fundo, como uma solução endógena encontrada por algumas regiões para garantir o seu desenvolvimento sustentável. Apesar de cada *cluster* constituir um micro-cosmos específico e, portanto, não imitável, pode-se dizer que se trata de estruturas económicas e sociais que exploram a cooperação e o trabalho em rede, potenciam as economias de aglomeração, valorizam o quadro institucional (ou, talvez melhor, o “capital social” no sentido de Francis Fukuyama) e estimulam a transferência e a difusão de tecnologias e de conhecimentos.

É preciso realçar que esta nova abordagem, até por emergir como uma resultante de diferentes disciplinas e correntes teóricas, revela fragilidades e inconsistências conceptuais que, apenas poderão ser superadas, através de uma estratégia de investigação focalizada na interacção entre nova evidência empírica que possa, entretanto, surgir e o aprofundamento da reflexão teórica. Por isso mesmo, embora seja verdade que, a partir do estado da arte actual não é possível propor, aos decisores políticos, um menu de “receitas” que possam ser utilizadas na formulação de políticas públicas, não deixa, também, de ser verdade que, até pela ineficácia das “receitas” que são aplicadas presentemente, se trata de uma matéria que merece a nossa melhor reflexão.

5. Conclusões

A necessidade de privilegiar a qualidade dos factores produtivos e de promover a oferta de bens públicos que contribuam para melhorar o ambiente em que coexistem as empresas, situa-se na linha de preocupações do chamado crescimento endógeno. Nesta perspectiva, e para além das políticas públicas mais tradicionais, o Estado deve assumir uma atitude voluntarista no estímulo à inovação tecnológica e à produção de conhecimento e na promoção de todos os processos de “produção e difusão de ideias”; na verdade, o Estado ao assumir este papel estimula e reforça um “circulo virtuoso” de causalidade cumulativa com a aceleração do investimento que contribui para contrabalançar os efeitos decorrentes dos rendimentos marginais decrescentes. Só desta forma é possível superar, pela via do estímulo da produtividade global dos factores, o esgotamento inevitável de modelos de crescimento que apenas valorizam a quantidade (e não a qualidade) dos factores produtivos. Situam-se nesta linha de

preocupações, a promoção de políticas de educação e formação que preparem as pessoas para a mudança, a consolidação das infraestruturas tecnológicas e de formação, a focalização nos centros de saber.

Na aceção defendida pelo Prémio Nobel Douglass C. North, parece-nos, também, que o desempenho de uma economia e de uma sociedade é muito influenciado pelo estabelecimento de um sistema institucional e de um sistema de incentivos (no sentido de prémios-penalizações) que estimule comportamentos eficientes e o progresso técnico e social. Sendo de aplicação generalizada, esta perspectiva é particularmente pertinente em matéria de inovação, já que a protecção (e bem!) da propriedade intelectual e um certo tecno-nacionalismo conduzem a posturas defensivas dos países que assumem a liderança tecnológica e, desta forma, impedem que as inovações sejam um bem público apropriável pelos diferentes países ou empresas, condicionando fortemente a linearidade e a fluidez com que se processam os processos de difusão das inovações; para além disso, a invenção, a adopção e a difusão de novas tecnologias não são actos isolados mas, muito antes pelo contrário, constituem processos muito complexos, marcados por falhas de mercado de diferentes naturezas e que, por isso mesmo, exigem um desenho institucional apropriado para que os processos de inovação, as externalidades e os efeitos de difusão deles decorrentes, tenham reflexos em termos de crescimento económico.

Por todas estas razões, o estabelecimento de um sistema nacional de inovação é uma condição essencial para promover o avanço tecnológico, estimular a transferência de tecnologia e a difusão das inovações e, finalmente, incentivar as parcerias e o trabalho em rede.

Ao longo de todo o artigo esteve sempre subjacente a ideia de que uma estratégia de desenvolvimento não pode surgir descontextualizada da noção de território enquanto espaço em que se localizam as pessoas e as actividades económicas e onde também ocorre a difusão das inovações e do conhecimento. Na linha das novas abordagens da geografia económica, o desafio com que se confrontam os decisores públicos é o de serem capazes de definir políticas que estabeleçam o compromisso certo entre, por um lado, a necessidade de criar centros catalisadores de uma dimensão empresarial e regional, que permitam sustentar uma base económica competitiva à escala de cada Estado-Nação e, por outro lado, criar condições para que as assimetrias inter-regionais e inter-empresariais, que daí possam resultar, não contribuam para questionar a coesão social e, portanto, o próprio processo de desenvolvimento económico.

O território não deverá continuar a ser, como até aqui, o âmbito privilegiado para apostar em estratégias redistributivas, mas, pelo contrário, deverá começar a ser encarado, cada vez mais, como sendo a dimensão natural para concretizar estratégias eficientes. Estabeleceu-se, tradicionalmente, uma dicotomia entre, por um lado, as políticas horizontais de âmbito nacional que privilegiam a eficiência e, por outro, as políticas de âmbito local ou regional que, embora com enunciados e terminologias diferenciadas (criação de emprego, desenvolvimento local, coesão social, etc.) visam a equidade. Este posicionamento parece ser contraditório com o reconhecimento de que a inovação, a competitividade e a eficiência têm uma base territorial em que é preciso ter presente a fixação das populações, das actividades económicas e das competências técnicas e científicas e onde é relevante configurar um quadro institucional (os chamados sistemas regionais de inovação) que corporizem e viabilizem os processos de desenvolvimentos endógenos de base territorial.

Referências bibliográficas

- Acs, Z. e Varga, A (2001), *Geography, Endogenous Growth and Innovation*, working paper.
- Ades, A e Glaeser, E. (1995), "Trade and circuses: explaining urban giants", *Quarterly Journal of Economics*, vol. 110, pp. 195-227.
- Barro, R. e Xavier-Martin (1991), *Convergence Across States and regions*, Brookings Papers on Economic Activity, Brookings Institution.
- Caraça, J. (1999), "A prática de políticas de ciência e de tecnologia em Portugal", em Godinho, M. e Caraça, J. (orgs.), *O Futuro Tecnológico*, Celta, pp. 7-18.
- Chun, D. e Lee, K. (1985), *Changing Location Patterns in Population and Employment in the Seoul Region*, World Bank Report nº UDD-65.
- Curran, J. E Blackburn, R. (1994), *Small Firms and Local Economic Networks*, Paul Chapman Publishing.
- Dosi, G. e outros (1988), *Technical Change and Economic Theory*, Pinter.
- Enright, M. (2000), *Regional Clustering: A Policy Perspective*, OECD.
- Freeman, C. e outros (1963), *Science, Economic Growth, and Government Policy*, OECD.
- Gilpin, R. (2001), *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*, Princeton University Press.
- Godinho, M. e Caraça, J., orgs. (1999), *O Futuro Tecnológico: Perspectivas para a Inovação em Portugal*, Celta.
- Hart, J. e outros (2000), "Technonationalism and cooperation in a globalizing industry", em Prakash, A. e Hart, J. (orgs.), *Coping with Globalization*, Routledge, pp. 117-147.
- Henderson, J. (1988), *Urban Development: Theory, Fact and Illusion*, Oxford University Press
- Henderson, J. (2003), *Urbanization, Economic Geography, and Growth*, Draft preparado para o Handbook of Economic Growth, volume 1.
- Henderson, J. Lee, T. e Lee, J. (2001), "Scale externalities in Korea", *Journal of Urban Economics*, vol. 49, pp. 479-504.
- Henderson, J. Shalizi, Z. e Venables, A. (2001), *Geography and Development*, working-paper.
- Krugman, P. (1991a), *Geography and Trade*, The MIT Press.
- Krugman, P. (1991b), "Increasing returns and economic geography", *Journal of Political Economy*, vol. 99 (3), pp. 483-499.
- Lucas, R. (1988), "On the mechanics of economic development", *Journal of Monetary Economics*, vol. 22 (1), pp. 3-42.
- Nelson, R. (1984), *High Technology Policies: A Five Nation Comparison*, American Enterprise Institute.
- Nelson, R. ed. (1993), *National Innovation Systems*, Oxford, New York.
- North, D. (1994), "Economic performance through time", *American Economic Review*, vol.84 (3), pp. 359-373.
- Obstfeld, M. e Rogoff, K. (1996), *Foundations of International Macroeconomics*, MIT Press.
- OECD (1999), *Up-Grading Knowledge and Diffusing Technology in a Regional Context*, OECD.
- Olson, M. (1982), *The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities*, Yale University Press.
- Ostry, S. e Nelson, R. (1995), *Techno-Nationalism and Techno-Globalism: Conflict and Cooperation*, Brookings Institution.

- Ozcan, G. (1995), *Small Firms and Local Economic Development*, Avebury.
- Romer, P. (1986), "Increasing returns and long-run growth", *Journal of Political Economy*, vol. 94, pp. 1002-1038.
- Rosenberg, N. e Birdzell, E. (1986), *How the West Grew Rich: The Economic Transformation of the Industrial World*, Basic Books.
- Rosenfeld, S. (2001), *Backing into Clusters: Retrofitting Public Policies*, OECD.
- Sachs, J. e Larrain, F. (1993), *Macroeconomics in the Global Economy*, Englewood Cliffs.
- Townroe, P. (1981), *Location Factors in the Decentralization of Industry: A Survey of Metropolitan São Paulo*, Staff working paper 517, World Bank.
- Williamson, J. (1965), "Regional inequality and the process of national development", *Economic Development and Cultural Change*, June, pp. 3-45.

Modelos de Desenvolvimento Económico – Breve visão panorâmica com referência à África[©]

- por J. Graça*

“ (...) enquanto desenvolvimento económico e crescimento económico moderno envolvem muito mais do que aumentos no rendimento ou produto interno bruto per capita, não existe desenvolvimento sem crescimento económico.” Perkins, et al, 2001, página 10

1. Introdução

Três quartos da população mundial – que é estimada em 6 biliões de pessoas – vivem em países subdesenvolvidos, caracterizados por elevadas taxas de analfabetismo, baixa esperança de vida à nascença, acesso precário à água potável e ao saneamento básico, altas taxas de desemprego e elevadas taxas de incidência da pobreza.⁹⁶ Para transformar estas condições de subdesenvolvimento e erradicar a pobreza, os governos adoptam estratégias de desenvolvimento económico de longo prazo.

O presente artigo persegue dois objectivos. Primeiro, partindo do carácter nuclear do crescimento económico em qualquer processo de desenvolvimento económico, apresenta, de forma sumária, as teorias de desenvolvimento que se estruturam à volta de um característico modelo de crescimento.

Segundo, investiga a adequação da estratégia de desenvolvimento adoptada pelos líderes africanos a partir de Julho de 2001, através da identificação do modelo de crescimento que lhe é subjacente e da verificação da robustez deste mesmo modelo, à luz de testes econométricos.

Assim, por um lado, o artigo apresenta as teorias dos estágios lineares, neoclássica e do crescimento endógeno, como distintos modelos de desenvolvimento económico, e, por outro lado, considera que o modelo de crescimento endógeno é o alicerce da estratégia de desenvolvimento adoptada pelos líderes africanos. Esta estratégia parece adequada, porque existe evidência empírica a favor do modelo de crescimento endógeno.

Para além desta introdução, o presente artigo tem mais três secções. A segunda secção caracteriza de forma breve as teorias de desenvolvimento que se fundamentam num explícito e distintivo modelo de crescimento económico.

A terceira secção tenta identificar o modelo de crescimento subjacente à nova parceria para o desenvolvimento em África e, valendo-se da evidência empírica, inquire sobre a sua adequação.

Finalmente, a quarta secção apresenta algumas notas conclusivas.

[©] Este texto – escrito à convite do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), endereçado em 03 de Julho 2004 – não deve ser citado ou reproduzido para outros fins, sem a autorização do autor. Quaisquer erros e limitações – que são integralmente assumidos pelo autor – devem-se, em grande parte, à solução adoptada para o dilema tempo disponível e qualidade do texto.

* Docente da Cadeira de Desenvolvimento Económico da UCAN.

⁹⁶ Estima-se que cerca 1,3 biliões de pessoas são pobres, que vivem com, aproximadamente, 1 dólar dos Estados Unidos da América por dia.

2. Breve Visão Panorâmica dos Modelos de Desenvolvimento Económico

Nesta secção, vamos, de forma breve, definir alguns conceitos e, numa perspectiva histórica, sintetizar os mais importantes modelos de desenvolvimento económico, até ao momento, descritos pela literatura.

2.1. Conceitos básicos

Aqui, pretendendo, primeiro, pôr-nos de acordo com o prezado leitor sobre o objecto do presente texto e, segundo, delimitar o universo de modelos que deveremos visitar, adoptamos os seguintes conceitos instrumentais:

Desenvolvimento económico é “um processo multifacético, envolvendo, não só, grandes mudanças nas estruturas sociais, nas atitudes das pessoas e nas instituições nacionais, mas também, a aceleração do crescimento económico, a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza.”⁹⁷

Modelo de desenvolvimento económico é um conjunto de pressupostos, de relações de identidade e de comportamento entre variáveis e parâmetros que representam, de forma deliberadamente simplificada, os aspectos mais relevantes – do ponto de vista do investigador – de um processo real de transformação de uma economia subdesenvolvida numa economia desenvolvida.⁹⁸

Valendo-nos dos conceitos adoptados, e porque o crescimento económico é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento económico, iremos limitar o universo de modelos a visitar, no presente artigo, àquele que inclua modelos que, de alguma forma, explicitem um determinado processo de crescimento das economias.

2.2. Modelos de desenvolvimento económico

Nesta subsecção, vamos proceder à uma apresentação sumária dos modelos dos estágios lineares de crescimento, dos de desenvolvimento neoclássico e dos de crescimento endógeno.⁹⁹ Estas teorias¹⁰⁰ partilham a propriedade comum de explicitarem um modelo de crescimento económico.

⁹⁷ Todaro, M. e Smith S., 2003, “*Economic Development*” 8.^a Edição, Addison Wesley, página 17. O sublinhado é nosso.

⁹⁸ Fica implícito que adoptaremos, na medida do possível, uma *abordagem matemática da economia* ao invés da *abordagem literária da economia*. Ver Chiang A., “*Fundamental Methods of Mathematical Economics*”, 3.^a Edição, McGraw Hill, 1984, página 4, para identificar as vantagens da primeira sobre a segunda.

⁹⁹ Alguns autores identificam, como sendo as mais importantes, as seguintes teorias de desenvolvimento: (i), modelos dos estágios lineares de crescimento; (ii), modelos de mudança estrutural; (iii), modelos da dependência internacional; (iv), modelos neoclássicos de desenvolvimento; e, (v) modelos de crescimento endógeno.

Os modelos de mudança estrutural enfatizam a transformação de uma economia de predominantemente tradicional e agrícola para uma moderna e industrializada. Nesta teoria, o modelo dos dois sectores de Arthur Lewis (1954) é o mais citado exemplo. As principais críticas ao modelo de Lewis são motivadas pelos seus seguintes pressupostos: primeiro, que os salários reais do sector moderno são constantes; e, segundo, que a migração e o emprego no sector moderno crescem proporcionalmente e que não existe desemprego.

Os modelos da dependência internacional consideram que o subdesenvolvimento resulta da exploração, consciente ou não, dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos. Esta exploração é perpetuada

2.2.1. Estágios lineares de crescimento

Breve caracterização geral. Esta teoria enfatiza a escassez de capital físico, a importância da experiência histórica dos países desenvolvidos, o crescimento económico, a especialização e a industrialização.

Os modelos representativos desta teoria assentam nos fundamentais pressupostos Keynesianos do multiplicador do rendimento e do acelerador.¹⁰¹ Estes pressupostos postulam, respectivamente, que a poupança é uma proporção fixa do rendimento e que o rácio do incremento do produto e do incremento do capital é constante.

A inexistência de condições estruturais e institucionais para a efectiva utilização da poupança e o facto das possibilidades de desenvolvimento estarem condicionadas a factores internacionais, não controlados pelos países subdesenvolvidos, são apontadas como as principais limitações desta teoria de desenvolvimento.

Modelo de Harrod e Domar. Este modelo foi desenvolvido por Roy Harrod [1939, 1948 (UK)] e por Evsey Domar [1946, 1947 (USA)]. A função de produção de Leontiev – que assume que capital e trabalho se utilizam sempre em proporções fixas – e a equação dinâmica do estoque de capital, a seguir especificados, sintetizam o modelo:

$$(1) Y_t = \min(A K_t, B L_t),$$

$$(2) K_{t+1} = (1 - \delta) K_t + s Y_t.$$

Nas equações (1) e (2), Y_t , K_t , L_t , A , B , δ e s denotam, respectivamente, o produto ou rendimento, o estoque de capital físico, o estoque de força de trabalho – todas estas variáveis referindo-se ao período de tempo t – parâmetros de produtividade marginal do capital e do trabalho, taxa de depreciação do capital físico e taxa de poupança.

Resolvido o modelo, obtém-se a seguinte equação de crescimento do rendimento per capita:

$$(3) \frac{y_{t+1} - y_t}{y_t} = sA - (n + \delta).$$

Os parâmetros da equação (3), todos exógenos, podem combinar-se de tal modo que obtenhamos, pelo menos, dois casos: (i), $sA > (n + \delta)$, e, (ii), $sA = (n + \delta)$.

No primeiro caso, o produto da poupança com a produtividade marginal do capital físico excede a soma da taxa de depreciação com a taxa de crescimento populacional. A economia cresce até que, num período de tempo finito, a escassez de força de trabalho imponha um limite ao processo de crescimento do rendimento per capita.

pelos elites dos países subdesenvolvidos. Exemplos desta teoria podem encontrar-se no modelo da dependência neo-colonial e no modelo do falso paradigma.

¹⁰⁰ Sem perda de rigor científico, com frequência, utilizam-se como sinónimos as palavras “modelo” e “teoria”. Observar, no entanto, que este último conceito pode, do ponto de vista de âmbito, conter o primeiro.

¹⁰¹ Por esta razão, Wan, Jr. apelida-os de modelos post-Keynesianos.

Atinge-se, deste modo, o equilíbrio de longo prazo caracterizado por desemprego do capital.

No segundo caso, *acidentalmente*, a economia atinge o equilíbrio de longo prazo, com pleno emprego e com o produto, o capital e a força de trabalho crescendo a taxas iguais. O rendimento per capita e o estoque de capital por trabalhador param de crescer. Trata-se de um equilíbrio na bainha da navalha e, portanto, instável.

Decorre da análise anterior, que economias com elevadas taxas de poupança, eficientes no uso do capital e com pequenas taxas de depreciação do capital e do crescimento da população desenvolver-se-ão. Assim, os governos devem ser encorajados a adoptar políticas que, por exemplo, estimulem a poupança e a produtividade marginal do capital.

2.2.2. Modelos neoclássicos de crescimento

Breve caracterização geral. Esta teoria enfatiza o papel da acumulação do capital físico, postula que os mercados são eficientes e a intervenção dos governos é contraproducente e atribui o subdesenvolvimento à falta de incentivos nos países do terceiro mundo.

Os modelos representativos desta teoria têm as seguintes características.¹⁰² Primeiro, incorporam, de igual modo que os modelos da teoria dos estágios lineares de crescimento, o pressuposto do multiplicador do rendimento; porém, ao contrário daqueles, estes consideram que capital e trabalho podem combinar-se em proporções variáveis, durante o processo de produção, visto que capital e trabalho são factores substitutos e respondem às condições do mercado.

Segundo, prescrevem que, no longo prazo, o rendimento per capita e a produtividade do trabalho crescem à uma taxa igual à do progresso tecnológico determinado de forma exógena.

São objecto de crítica, nestes modelos, as seguintes propriedades: primeiro, o facto de fazerem recurso a factores exógenos para explicar o crescimento; e, segundo, o não reconhecimento de que os mercados dos países subdesenvolvidos – quando existem – são frequentemente imperfeitos.

Modelo de Solow. Este modelo foi desenvolvido por Robert Solow em 1957. A função de produção neoclássica – que exhibe taxas de retorno constantes à escala da produção e taxas de retorno decrescentes ao capital ou à força de trabalho, se tomados em separado, e satisfaz as demais condições de Inada – constitui a principal característica do modelo.

O modelo pode ser descrito apenas pela equação dinâmica do estoque de capital (2) e pela função de produção¹⁰³

$$(4) Y_t = A_t K_t^\beta L_t^{1-\beta},$$

¹⁰² Refêrimo-nos à versão simplificada e sem optimização destes modelos. Nos modelos de crescimento económico com optimização, um agente representativo, sujeito à uma restrição orçamental inter-temporal, toma decisões de consumo para maximizar uma função de utilidade. Da solução deste problema de optimização, resulta um sistema dinâmico caracterizador do processo de crescimento.

¹⁰³ Esta especificação da função neoclássica é conhecida por função de Cobb Douglas.

onde $A_t = A_0 e^{gt}$ representa o nível de progresso tecnológico que cresce à uma taxa, g , determinada de forma exógena.

Deste sistema, pode-se derivar a seguinte equação dinâmica do estoque de capital per capita:

$$(5) \frac{k_{t+1} - k_t}{k_t} = s A_t k_t^{\beta-1} - (\delta + n).$$

Tal como se pode provar a partir da equação (5), no longo prazo, o estoque de capital per capita e o rendimento per capita crescem à uma taxa igual à do progresso tecnológico. Dado que o motor de crescimento é determinado de forma exógena, não existe qualquer papel para políticas governamentais.

2.2.3. Modelos de crescimento endógeno

Breve caracterização geral. A teoria de crescimento endógeno começa com o trabalho pioneiro de Paul Romer (1986), que assume que a actividade de pesquisa e desenvolvimento produz externalidades, que, por sua vez, se traduzem no aumento do estoque de capital à disposição de todas as empresas.

Essencialmente, esta teoria incorpora o capital humano na tecnologia de produção. Tomado em conjunto com o capital físico, o capital humano contraria a lei das taxas de retorno decrescentes em relação ao capital e, em consequência, determina níveis sempre crescentes de investimento. Deste modo, o crescimento torna-se um fenómeno endógeno, isto é, por outras, o crescimento económico é determinado, no interior do modelo, pelas decisões dos agentes económicos.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Todaro e Smith, na obra citada, classificam os modelos de desenvolvimento económico em duas grandes classes: *teorias clássicas de desenvolvimento* e *modelos contemporâneos de desenvolvimento*. Enquanto os modelos que apresentamos nas subsecções 2.2.1 e 2.2.2 integram a primeira classe, os modelos de crescimento endógeno integram a segunda classe.

Na segunda classe integram-se modelos que, como, por exemplo, o “big push” de Kevin Murphy et al, tratam, de forma expressa, o fenómeno do “*subdesenvolvimento como falha de coordenação*”. De acordo com esta abordagem, essencialmente, os agentes económicos atingem um equilíbrio inferior àquele que alcançariam se coordenassem as suas decisões, que são, por natureza, complementares.

A estratégia de desenvolvimento económico assente no “cluster” industrial – que se entende como “uma concentração geográfica de empresas que competem entre si, se complementam ou são interdependentes e têm necessidades comuns de talento, tecnologia e infra-estruturas” – parece ser uma forma prática de eliminação de falhas de coordenação. Maior eficiência na utilização do capital físico e do capital humano e inovação são os traços distintivos da abordagem do desenvolvimento com base no “cluster” industrial.

Podem, também, incluir-se na segunda classe, os “*modelos evolucionários de crescimento económico*”, que criticam tanto a teoria neoclássica quanto a teoria do crescimento endógeno em três aspectos fundamentais. Primeiro, deve conceber-se o progresso tecnológico como um processo de desequilíbrio que envolve um elevado grau de incerteza *ex-ante*, dependência de trajectória e processo de ajustamento demorado. Segundo, a teoria de crescimento deveria assentar numa teoria mais realista da empresa, que sublinhasse não apenas o investimento em capital humano e pesquisa e desenvolvimento mas, essencialmente, o investimento nas capacidades estratégicas da empresa em sentido mais amplo. Finalmente, os modelos de crescimento deveriam ter em conta o quadro institucional, que pode explicar as diferenças de taxas de crescimento económico através dos países.

Do nosso ponto de vista, apesar de se terem desenvolvido com relativa independência, tanto os modelos do “subdesenvolvimento como falha de coordenação” quanto os “modelos evolucionários de

Assim, partindo da premissa de que as decisões dos agentes económicos podem ser influenciadas, a teoria advoga políticas governamentais activas para promover o crescimento económico, através de desenvolvimento de infra-estruturas, de programas de educação e saúde e de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas.

Modelo Ak. O modelo Ak – desenvolvido por Sérgio Rebelo (1990) – é o mais simples exemplo da teoria de crescimento endógeno. Este modelo pode ser descrito pela equação (2) e pela função de produção

$$(6) Y_t = A K_t,$$

onde K_t é uma variável de capital composta, resultante de uma combinação do capital físico com o capital humano.

A solução deste modelo dá-nos a seguinte equação de crescimento do estoque de capital per capita:

$$(7) \frac{k_{t+1} - k_t}{k_t} = sA - (\delta + n).^{105}$$

De acordo com esta equação, se a economia for suficientemente produtiva, i.e., se $sA > (\delta + n)$, o rendimento per capita e estoque de capital per capita crescem permanentemente, sem recurso a quaisquer factores exógenos. Assim, por exemplo, estimulando a poupança ou a produtividade do capital, os governos podem promover o crescimento e o desenvolvimento económico.

2.2.4. Síntese dos modelos de desenvolvimento económico

Em síntese, os modelos que visitamos tiveram a seguinte contribuição para a compreensão do fenómeno de desenvolvimento económico pela humanidade. Os modelos post-Keynesianos identificaram a acumulação do capital físico e o seu uso eficiente como factores de desenvolvimento.

Os modelos neoclássicos removeram a instabilidade do processo de desenvolvimento – ao permitirem que, em resposta ao mecanismo alocador dos preços relativos, capital e trabalho pudessem ser substitutos durante o processo de produção – e identificaram o progresso tecnológico exógeno como a locomotiva do desenvolvimento.

Os modelos de crescimento endógeno identificaram o, até então, ausente factor determinante do desenvolvimento – a produção e disseminação de novas ideias aplicadas ao processo produtivo – e tornaram o motor do desenvolvimento inerente ao próprio sistema económico e às decisões dos seus agentes.

crescimento” não se constituem, com certeza, em novas teorias de desenvolvimento. Estes modelos parecem-nos ser casos especiais da teoria do crescimento endógeno, que enfatizam o papel das instituições e da empresa na formação do capital humano e na inovação tecnológica.

¹⁰⁵ Esta equação difere da equação (3), pois que é derivada com recurso à uma função de produção neoclássica modificada e “A” representa a produtividade marginal do capital físico e humano, tomados em conjunto.

Cada uma destas teorias inova e incrementa o estoque de conhecimento do processo de desenvolvimento, numa perspectiva económica. Assim, estas teorias podem, com rigor, integrar o universo dos modelos de desenvolvimento económico, até aqui, produzidos pela humanidade. Este universo, do nosso ponto de vista, deve ser alargado, apenas quando surgir uma outra teoria, realmente inovadora nas contribuições, até hoje inventariadas, para a compreensão do processo de crescimento e desenvolvimento económico.

3. Desenvolvimento Económico de África

A partir de Julho de 2001, o continente Africano passou a contar com a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).¹⁰⁶ Vamos, nesta secção, tentar inferir o modelo de desenvolvimento subjacente à NEPAD, por um lado, e verificar se tal modelo é sustentado pela evidência empírica, por outro lado.

3.1. Modelo implícito na NEPAD

A NEPAD é apresentada como “um quadro de interacção da África com o resto do mundo.”¹⁰⁷ A estratégia da NEPAD estrutura-se à volta de três componentes fundamentais: (i), pré-condições para o desenvolvimento; (ii), sectores prioritários; e, (iii), mobilização de recursos. No longo prazo, os objectivos da estratégia são erradicar a pobreza e colocar os países africanos, tanto individual quanto colectivamente, sobre a trajectória do crescimento sustentável e desenvolvimento económico.

Dentre as componentes da estratégia, podemos destacar a governação económica e corporativa (com enfoque na gestão das finanças públicas), as infra-estruturas, as tecnologias de informação e comunicação e o desenvolvimento humano (com ênfase na educação, na saúde e no desenvolvimento de habilitações profissionais).

Os componentes estratégicos sublinhados no parágrafo anterior – que são factores tecnológicos (capital físico e capital humano) e de políticas governamentais – constituem factores determinantes do crescimento e desenvolvimento económico.¹⁰⁸ Deste modo, tendo em conta o papel central reservado ao capital humano e às políticas governamentais, pode concluir-se que o modelo de crescimento endógeno é o quadro analítico da NEPAD.

3.2. Evidência empírica em África

Na subsecção anterior concluímos que a NEPAD tem implícito o modelo de crescimento endógeno. Poder-se-á colocar a seguinte questão: será esta uma escolha adequada ao continente Africano? Para responder esta questão, vejamos o que se diz, na literatura, sobre a significância do efeito do capital humano – elemento diferenciador dos modelos de crescimento endógeno – sobre o crescimento económico em África.

¹⁰⁶ New Partnership for African Development.

¹⁰⁷ Ver página 11 de “*A New African Initiative*”, 2001.

¹⁰⁸ De igual modo, em “*Can Africa Claim de 21st Century?*”, o Banco Mundial – que identifica, (i), a governação e resolução de conflitos, (ii), o investimento humano, (iii), a competitividade e diversificação económica, e, (iv), a redução da dependência da ajuda internacional e fortalecimento de parcerias, como componentes da proposta de estratégia de desenvolvimento económico em África – adopta o modelo de crescimento endógeno como quadro analítico.

Easterly e Levine (1995) estudam o crescimento económico no período de 1960 a 1989 – utilizando uma variável de efeito específico regional – e concluem que o capital humano tem um efeito positivo sobre o crescimento económico em África.

Savvides (1999) analisa um conjunto de países africanos no período de 1960 a 1984 – utilizando técnicas de estimação de dados em painel e controlando os efeitos fixos temporais e específicos aos países – e conclui que o capital humano tem um efeito negativo sobre o crescimento do rendimento per capita em África.

A correlação estabelecida, entre o capital humano e o crescimento económico, por Savvides, é contrária à esperada, de acordo com a teoria. Trata-se de um resultado anormal. Resultados anormais, em estudos econométricos deste tipo, têm sido atribuídos quer à utilização de variáveis inadequadas para representar o capital humano, quer à má especificação do modelo econométrico.

Segundo Benhabib e Spiegel (1994), uma correcta especificação do papel do capital humano deve ter em conta que, simultaneamente, aquele é um factor de produção ordinário e um factor de progresso tecnológico, isto é, um factor que afecta a produtividade de todos os factores de produção.

Num esforço de superação das limitações daqueles estudos anteriores, Graça (1998) estuda o fenómeno de crescimento económico para um conjunto de países africanos, no período de 1960 a 1985, adoptando a seguinte especificação econométrica, baseada no modelo de Benhabib e Spiegel,

$$(8) \quad g_t^y = c + (j + m)H_t^i - 2mH_t^i \frac{Y_t^l}{Y_t^i} + mH_t^i \frac{Y_t^{l2}}{Y_t^{i2}} + \alpha g_t^K + \beta g_t^L + g_t^\varepsilon,$$

onde, c , $(j + m)H_t^i$, $-2mH_t^i \frac{Y_t^l}{Y_t^i} + mH_t^i \frac{Y_t^{l2}}{Y_t^{i2}}$, g_t^x , i e l representam,

respectivamente, o progresso tecnológico exógeno, o efeito de inovação do capital humano, o efeito de imitação do exterior do capital humano,¹⁰⁹ a taxa de crescimento da variável x , um qualquer país na amostra e o país líder.¹¹⁰

Este autor estima um efeito positivo do capital humano sobre o crescimento – através da inovação doméstica e da imitação internacional – utilizando variáveis diferentes para o capital humano¹¹¹ e técnicas de estimação de dados em painel.

Assim, tendo em consideração os resultados dos estudos econométricos acima referidos, pode concluir-se que é correcta a adopção do modelo de crescimento endógeno, como quadro analítico de base para conceber e implementar estratégias de desenvolvimento económico em África.

4. Breves Considerações Finais

O presente artigo abordou o tema “modelos de desenvolvimento económico”, tentando realizar dois objectivos: primeiro, listar e caracterizar, numa perspectiva

¹⁰⁹ *Catch-up effect*, em inglês.

¹¹⁰ A variável ε representa o erro de estimação, devido à possível exclusão de outras variáveis explicadoras. As demais variáveis têm o significado que lhes é atribuído nas equações anteriores deste texto.

¹¹¹ Média dos anos de escolaridade da população economicamente activa, ao invés das taxas de escolarização.

essencialmente económica, os modelos de desenvolvimento apresentados pela literatura; e, finalmente, inquirir sobre qual seria o modelo de desenvolvimento económico ideal para a África.

Valendo-nos do conceito de modelo de desenvolvimento económico – que tem, no crescimento económico, o elemento nuclear – identificamos os modelos post-Keynesianos, os modelos neoclássicos e os modelos de crescimento endógeno, como verdadeiras teorias de desenvolvimento.

Fazendo recurso às decisões dos líderes políticos de África e aos resultados de estudos econométricos, concluímos com a sugestão de que o modelo de crescimento endógeno é o modelo ideal para a África e, por transitividade, para Angola.

Finalmente, quanto a nós, uma teoria de desenvolvimento económico robusta não pode prescindir do alicerce de um modelo de crescimento económico. Enquanto formadores, esta abordagem rigorosa – que deve ser, aliás, promovida – é, também, um imperativo da análise e formulação de soluções essenciais para os sérios problemas do subdesenvolvimento. E isto ergueu a barreira à entrada de determinados modelos de desenvolvimento económico para o universo que visitámos.

Luanda, 12 de Agosto de 2004

Bibliografia:

African Union, 2001, “*A New African Initiative – Merger of the Millennium Partnership for the African Recovery Programme and OMEGA Plan*”

Benhabib, J. e Spiegel, M., 1994, “*The Role of Human Capital in Economic Development: Evidence from Aggregate Cross-Country Data*”, Journal of Monetary Economics

Easterly, W. e Levine, R., 1995, “*Africa’s Growth Tragedy: A Retrospective 1960-89*”, World Bank, Policy Research Paper 1503

EU Commission, 2001, “*European Competitiveness Report*”

Graça, J., 1998, “*Essays on Capital Market Imperfections, Human Capital and Growth*”, Ph.D. Thesis, University of Essex, UK

Graça, J., 2003, “*Apontamentos de Desenvolvimento Económico*” – UCAN

Munnich, L. et al, 1999, “*Industry Clusters – An Economic Development Strategy for Minnesota*”, Preliminary Report, University of Minnesota

Perkins, D., Radelet, S., Snodgrass, D., Gillis, M. e Roemer, M., 2001, “*Economics of Development*”

Sala-I-Martin, X., 1990, “*Lecture Notes on Economic Growth (I): Introduction to the Literature and Neoclassical Models*”, Working Paper n.º 3563, National Bureau of Economic Research, Inc.

Savvides, A., 1995, “*Economic Growth in Africa*”, World Development

Todaro, M. e Smith, S., 2003, “*Economic Development*”, Addison Wesley

Wan, Jr., “*Economic Growth*”, 1971, Harcourt Brace Jonanovich, Inc.

World Bank, 2000, “*Can Africa Claim de 21st Century?*”, The World Bank, Washington, D.C.